



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 20220301

Termo de Contrato de Prestação de Serviço nº 20220301, que fazem entre si o município de TUCURUÍ, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e SGP-ASSESSORIA E TECNOLOGIA EIRELI

O Município de TUCURUÍ, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na RUA LAURO SODRÉ, Nº 277, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 11.193.159/0001-96, representado pelo Sr. CRISTIANO ANDRADE DE MORAES, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, portador do CPF nº 517.639.742-00, residente na TRAVESSA ORIXIMINÁ, Nº 152, e de outro lado a licitante SGP-ASSESSORIA E TECNOLOGIA EIRELI, inscrita no CNPJ/CPF (MF) sob o n.º CNPJ 18.992.419/0001-32, estabelecida na RUA: MORADA DOS VENTOS Nº 33, MANGUEIRAO, Belém-PA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por HUMBERTO CARLOS THOMAS DE AQUINO, residente na rua mucajas 65 qd 16, Mangueirao, Belém-PA, portador do CPF 627.740.181-53, celebram o presente contrato, do qual serão partes integrantes o edital do Pregão Eletrônico n.º 8/2022-016 e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA às normas disciplinares das Leis n.ºs.8.666/1993 e 10.520/2002 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem como objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação, manutenção e suporte de licença de uso de software para atender o Fundo Municipal de Saúde de Tucuruí..

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
035282	SOFTWARE PARA ATENDER AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE(Gestão da Saúde Pública) 4 Gestão de Saúde Pública Municipal - Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Cadastros e auditoria - Gestão das agendas - Gestão de boletim de produção ambulatorial - Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde ? RAAS - Gestão da Estratégia de Saúde da Família - Gestão de urgência e emergência - Gestão da autorização de exames de média e alta complexidade - Gestão farmacêutica e de estoques, incluindo controle logístico para dispensação domiciliar de materiais e medicamentos - Prontuário eletrônico Multiprofissional e certificação digital	MÊS	12,00	28.600,000	343.200,00

TV RAIMUNDO RIBEIRO



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



padrões definidos segundo norma ABNT-NBR 14565:2019 padrão TIER III ou superior e ter ao menos as seguintes certificações, com validade vigente: "Tier III Certification of Design Documents" concedida pelo Uptime Institute vigente. ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013; ABNT NBR ISO/IEC 27017:2016 ou CSA STAR Certification LEVEL TWO ou superior; ISO/IEC 27018 9.1.20.1 e As certificações ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013, ABNT NBR ISO/IEC 27018:2018 e ABNT NBR ISO/IEC 27017:2016 poderão ser apresentadas nas suas versões originais em inglês; com isso a provável vencedora terá um prazo de até 10 (dez) dias corridos para apresentar esta documentação junto ao contrato devidamente assinado, se não apresentar será desclassificada;

Serviços com verificação de saúde e recuperação de instâncias problemáticas de forma automática. Proteção contra atividades maliciosas por meio de Web Applications Firewall;

Os ambientes de Aplicações e Banco de Dados (SGDB) devem ser dedicados, ou seja, ambientes de uso exclusivo da Entidade, não sendo permitido o compartilhamento de ambiente com demais Entidades, assegurando a integridade e desempenho, baseada nas necessidades técnicas da Entidade;

Ainda sobre o Banco de Dados (SGDB), não será permitido a utilização de Instância ou Banco de dados compartilhado com demais Entidades, ou seja, à Instância deve ser exclusiva de utilização do Município, sendo permitido apenas o compartilhamento para Entidades relacionadas a este órgão, em cumprimento ao SIAFIC (Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle);

O ambiente deve permitir a customização de endereçamento do DNS (Domain Name System, ou sistema de nomes de domínios) conforme as necessidades e definições da Entidade.

Uptime (Tempo de Atividade) de 99,982% e downtime (Tempo de Inatividade) de 1,6 horas por ano;

Dos backups (cópia de segurança), deverão possuir rotina automatizada e serem mantidos em data center próprio ou terceirizado pela empresa proponente, devendo a empresa CONTRATADA fornecer/dispor de cópia dos dados alocados no datacenter para a CONTRATANTE, sendo no mínimo: dos últimos 7 (sete) dias corridos (diferencial ou completos), últimas 4 (quatro) semanas (completos) e últimos 3 (três) meses (completos).

Garantir um SLA (Acordo de Nível de Serviço) físico de no mínimo 99,82%, de acordo com a classificação TIER (Certificação de Nível de Infraestrutura Local) nível 3;

O Datacenter utilizado (próprio ou de terceiros), deverá possuir:

ENLACE EBGP (Protocolo de Roteamento Dinâmico) através dos roteadores com no mínimo 2 operadoras distintas para de garantir a alta disponibilidade do seu bloco IP;

FIREWALL'S de borda redundantes a fim de filtrar técnicas de invasão por falhas nos protocolos TCP/IP;

Recurso de análise do tráfego a fim de inibir ataques do tipo SQL INJECTION e Negação de Serviço, ou seja, esta análise deverá atuar na camada de aplicação;

Tem capacidade de disponibilizar 1 (um) IP público exclusivo para a CONTRATANTE com acesso seguro (HTTPS) e com certificado válido;

Possui serviço de validação que indique ter o domínio de um certificado digital SSL, garantindo que o software é AUTÊNTICO e que as informações são CRIPTOGRAFADAS.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Possui capacidade de fazer upgrade dos recursos computacionais em seu datacenter para atender aumento de demanda desta Administração, tais como: links de internet, espaço em disco, banco de dados e outros servidores para contingência e manutenções, quantidade de memória RAM por servidor, quantidade de vCPUs por servidor;

O Sistema atende simultaneamente mais de um órgão da Administração Municipal, tal que seja transparente aos usuários e que as alterações dos parâmetros e regras de um órgão não influenciam no funcionamento dos demais;

O sistema deve ser implementado para ambiente web, devendo suportar a utilização de todas as suas funcionalidades em qualquer um dos navegadores atuais, nas suas versões mais recentes. Deve suportar os navegadores “Edge”, “Firefox”, “Opera”, “Chrome”, “Safari” e outros que venham a ocupar posição relevante nos rankings globais dos navegadores mais utilizados.

O sistema deve ser acessível através de navegadores WEB que operam em ambientes operacionais Windows, Linux, MacOs, Android e iOS, e em plataforma Desktop, Notebooks e em dispositivos móveis, como smartphones ou tablets.

O sistema deverá operar sem instalação de plug-ins, emuladores ou runtimes;

O sistema deverá possuir API ou integração nativa por view de integração com geoprocessamento;

Os dados devem ser armazenados em banco de dados relacional que garante total integridade das informações.

O banco de dados deverá ser estruturado no conceito de “cadastro único”, tal que não haja redundância de dados distribuídos em mais de uma tabela;

O sistema deverá possuir integração com base unificada de endereços com utilização através do CEP.

As atualizações da solução devem ser realizadas sem necessidade de interferência do usuário;

Quando um novo release for disponibilizado, os usuários devem ser avisados por alertas de e-mail, com disponibilização das novidades através de artigos on-line ou arquivo leia-me;

Permitir ao usuário acesso a qualquer tempo à documentação de cada release lançada ou atualizada;

O sistema deve ser construído com o conceito de “controle de transações” (ou tudo é gravado ou nada é gravado e nada é corrompido/comprometido)?

O sistema deve registrar “log” de todas as operações realizadas no sistema;



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Permitir autenticação dos usuários por Login e Senha, utilizando padrão de CPF, matrícula e/ou integração com LDAP (Lightweight Directory Access Protocol)

As senhas são criptografadas e armazenadas evitando a leitura da senha original;

Permitir criação de usuários com a opção de alteração de senha no primeiro login;

Permitir definir o período de validade do acesso do usuário ao sistema, impossibilitando acesso fora deste período;

Permitir o bloqueio do usuário para acesso ao sistema a qualquer momento, através de suspensão pelo usuário administrador;

Permitir configuração da solução para bloquear o acesso do usuário com cinco tentativas de acesso sem sucesso;

Permitir definição de intervalos de horário nos quais os usuários poderão ou não acessar o sistema, vinculando tais usuários a esses horários;

Permitir ao usuário alterar sua senha pessoal, sem intervenção do administrador do sistema;

Permitir redefinição da senha do usuário pelo administrador;

Permitir configuração de perfis de acesso e vincular usuários a eles;

Permitir configuração de “permissões de acesso” por perfil e também diretamente por usuário;

Permitir criação de novo perfil usando outro já existente como modelo;

Permitir cópia de permissões de acesso (de perfil e de usuário) de um usuário para outro;

Permitir definição de permissão ou restrição de acesso a usuários para órgãos ou entidades (onde isso for aplicável);

Registrar “logs” das operações realizadas pelos usuários do sistema;

Possuir rotina de consulta/auditoria das operações;

A solução é executada em ambiente seguro (SSL/TLS) sob o protocolo HTTPS, utilizando certificado fornecido pelo Município ou pela Contratada;

Efetuar o bloqueio do IP PÚBLICO após a quinta tentativa de senha inválida pelo usuário;

O sistema deverá permitir controle de expiração de senhas, podendo definir a nível de usuário se expira ou não a senha bem como definir o prazo de expiração. O sistema deverá permitir controle de expiração de senhas, podendo definir a nível de usuário se expira ou não a senha bem como definir o prazo de expiração em dias ou uma data específica. Em dias ou uma data específica.

Garantir que as senhas sejam trafegadas pela rede e armazenadas de forma criptografada, seja com algoritmo



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



próprio ou hash padrão como MD5 ou SHA, de forma que nunca sejam mostradas em telas de consulta, manutenção de cadastro de usuários ou tela de acesso ao sistema.

O sistema deve utilizar “português brasileiro” na interface do usuário e em todos os seus componentes (botões, menus, barras, mensagens, etc.);

São realizadas todas as operações com os dados ou informações do sistema, tais como inclusão, alteração exclusão e consulta, através das telas da aplicação, obedecendo as restrições de acesso;

Permitir ao usuário selecionar quais colunas devem ou não ser exibidas no resultado de consultas em tela;

Permitir ao usuário selecionar quais colunas serão usadas para ordenar o resultado de consultas em telas e em relatórios;

Possuir o recurso de paginação dos registros encontrados em consulta tal que o usuário possa navegar pelas página;

Disponibilizar rotina para emissão de relatório a partir do resultado de consultas em tela, tal que observe os filtros e critérios aplicados e ainda possibilita salvá-lo nas mesmas extensões previstas para os demais relatórios do sistema;

A interface deverá possuir suporte para o uso de diversas janelas simultaneamente, separando-as por aba;

Dessas janelas, Permitir redimensionar, mover, maximizar, minimizar, fechar e favoritar e ainda disponibilizar uma barra de tarefas para visualização e seleção das janelas abertas.

Possuir barra de acesso rápido ou link ou tecla-rápida para acesso às telas favoritadas pelo usuário;

Permitir execução de ações em lote nos cadastros através da seleção de múltiplos registros (quando o contexto permitir);

Permitir a geração de relatórios com a definição de variáveis de entrada com especificação do formato ou tipo (numérico, data, texto, etc.) para uso nas instruções ou na composição do relatório e ou consulta.

Permitir a criação e execução manualmente de instruções SQL, validando as instruções para que os comandos sejam estritamente de consulta.

Permitir a definição de leiautes complexos dos relatórios a serem gerados, utilizando textos fixos, variáveis, grids, imagens, cabeçalhos, rodapés, paginação e demais componentes necessários para emissão de qualquer documento. Permitir que sejam exibidos ou ocultados no relatório os parâmetros utilizados na execução.



Permitir que o relatório criado seja disponibilizado para os usuários no mesmo ambiente da aplicação, dentro de determinado módulo do sistema? Permitir “permissionamento” do acesso ao relatório da mesma forma que é feito para os demais menus e ações do sistema.

Permitir a geração do relatório em diversos formatos (PDF, DOC ou docx, ODT, XLS ou xlsx, ODS, HTML, CSV, XML, TXT, etc.).

Permitir a criação de leiautes para geração de etiquetas.

Permitir a utilização de códigos de barras para identificação do documento? Permitir os formatos Padrão 128, Padrão 39, 2/5 Intercalado e QR-Code.

Permitir replicar os modelos dos relatórios padronizados do sistema para alteração a fim de adequá-los às eventuais necessidades do Município.

Permitir selecionar o modelo do relatório (padrão ou o customizado no **momento da execução**).

Possuir ferramenta de monitoramento das sessões dos usuários, filtrando por situação (ativas ou encerradas) e usuário;

Permitir nessa ferramenta a inativação da sessão do usuário;

Possuir ferramenta de monitoramento das operações executadas. Identifica usuário responsável, IP, operação executada e data-horário;

Possuir ajuda online, organizada em tópicos contendo descritivo da funcionalidade. Dispõe de acesso às notas técnicas e FAQ ou Base de Conhecimento integrada a ferramenta de solicitação de chamados de suporte.

Possuir ajuda diretamente na tela (HINT) para funcionalidades mais complexas que podem causar dúvidas quanto ao seu funcionamento;

DOS REQUISITOS FUNCIONAIS POR MÓDULO

Gestão de Processos Digitais;

Permitir o trâmite de todo o processo em meio digital, dispensando movimentos em papéis.

Permitir o controle de numeração de processos com possibilidade de reinício a cada novo exercício.

Permitir o controle de numeração de processos com separação por tipos conforme necessidade da entidade.

Possuir bloqueio para não permitir a duplicidade cadastral em assuntos, documentos e locais.

Permitir a vinculação de roteiros por assunto, inclusive considerando a definição de prazo para cada etapa



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



individual.

Permitir a vinculação de documentos por assunto.

Permitir a configuração de acessos por local aos usuários, não permitindo a tramitação de processos que não estejam nos locais aos quais o usuário possui permissão.

Permitir a configuração de usuários administradores, que possuem acesso a qualquer local.

Possibilitar o relacionamento de requerentes e responsáveis adicionais ao processo.

Possibilitar o relacionamento de endereço complementar ao processo.

Possuir aviso na abertura do processo ao usuário interno, indicando a existência de outros processos do mesmo assunto para o requerente.

Possibilitar a indicação da finalidade do processo, sendo de atendimento ao público ou interno.

Possuir integração com o Sistema de Tributação para demonstrar aviso quando o requerente possuir situação de inadimplência com a entidade.

Possibilitar a ordenação dos processos por ordem de movimentação.

Possibilitar a emissão de comprovante de protocolização com envio por e-mail.

Possuir rotina para definição de graus de sigilo aos processos, bloqueando a sua consulta para locais não relacionados.

Permitir a inclusão de arquivos digitalizados aos processos.

Possuir rotina para geração de documento de arrecadação de acordo com o assunto do processo, com impressão de boleto para recebimento na rede bancária, com a geração de débito no Sistema Tributário. Toda a configuração das receitas e dados específicos é realizada no módulo Tributário.

Possuir rotina de recebimento múltiplo utilizando código de lote gerado nos encaminhamentos dos processos.

Permitir movimentar vários processos em lote, com a possibilidade de informar pareceres diferentes para cada um dos processos, possibilitando o encaminhamento tanto a um local, quanto direcionado a um usuário relacionado ao local de destino.

Possuir rotina de arquivamento múltiplo de processos.

Permitir a transferência entre arquivos, após o processo estar arquivado

Possuir rotina para anexação/apensamento de processos entre si.

Permitir a edição do último trâmite do processo efetuada pelo usuário, evitando a necessidade de nova



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



tramitação para inclusão de novas informações quanto a pareceres.

Possuir rotina para reabertura de processos arquivados, reinserindo a possibilidade de tramitação dos processos reabertos.

Permitir a visualização do histórico de toda a tramitação efetuada nos processos com indicação de datas e usuários que a realizaram.

Possuir rotina para exclusão de trâmites indevidos/errôneos, evitando a necessidade de tramitações para correção.

Possuir indicadores para demonstrar os processos a receber nos locais referentes ao usuário.

Possuir indicadores para demonstrar os processos a receber direcionados diretamente ao usuário.

Possuir indicadores para demonstrar os processos que estão nos locais referentes ao usuário, para possibilitar encaminhamento ágil destes.

Possuir validação para não permitir o cadastro de locais sem a vinculação do respectivo responsável.

Permitir a execução das movimentações nos processos através da leitura dos códigos de barras inclusos em etiquetas e comprovantes.

Possuir consulta das tramitações dos processos pelos requerentes através de senha e CPF/CNPJ.

Possuir rotina para abertura de processos externamente pelos requerentes, sem necessidade de deslocamento até a entidade para efetuar a protocolização.

Possuir rotina para que na abertura externa, por assunto seja definido termo de aceite para a conclusão da abertura do processo.

Permitir a indicação de nota explicativa no ambiente de abertura externa para facilitar a utilização pelos requerentes.

Permitir ao requerente na abertura externa de processos a demonstração dos valores a serem recolhidos de acordo com o assunto do processo. Permitindo a geração de documento para arrecadação na abertura externa de acordo com o assunto do processo.

Permitir a demonstração ao requerente dos documentos necessários para abertura do processo de acordo com o assunto.

Possuir rotina de disparo de e-mail ao Requerente na Abertura e em todas as tramitações do processo.

Permitir a inclusão de documentos digitalizados na abertura externa de processos diretamente pelo requerente.

Permitir a inclusão de documentos digitalizados na consulta externa do requerente, possibilitando a complementação de documentos solicitadas por meio de tramitação do processo.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Permitir a abertura de processos de ouvidoria com requerente anônimo, com a possibilidade de informar telefone e e-mail para contato.

Possuir rotina de Disparo de e-mail aos usuários quando encaminhado processo a locais que possuam acesso.

Possuir rotina de Controle de Tramitação por Roteiro, com possibilidade de que em assuntos específicos seja possível a tramitação somente para os locais e sequências definidas no roteiro, tanto na Abertura, Encaminhamento e Arquivamento dos processos, com identificação dos locais em que é possível o arquivamento.

Possuir rotina para atualização de endereço do requerente com base nos dados da abertura externa.

Possuir rotina para avaliação dos processos abertos externamente, para que somente seja possível o recebimento de processos que estejam avaliados.

Possuir dashboards gerenciais para rápida identificação dos processos pendentes e sob responsabilidade do local e usuário.

Possuir dashboard estatístico para os processos, com filtros por local, período, assunto, situação, dentre outras possibilidades.

Permitir a visualização da data de previsão para finalização do processo conforme prazo estipulado no cadastro de assuntos, demonstrando em destaque os processos com prazo vencido.

Permitir a paralisação de processos, com possibilidade de filtrar os processos paralisados conforme necessidade.

Possibilitar a emissão de etiquetas para os processos.

Permitir a emissão de etiquetas e comprovantes com identificação do processo por código de barras.

Permitir a impressão da ficha do processo contendo todas as tramitações e pareceres.

Permitir a impressão da papeleta do processo, devendo possibilitar a emissão da papeleta de encaminhamento em cada um dos trâmites referentes.

Possibilitar a emissão de comprovante de encaminhamento entre períodos para envio aos setores de destino.

Possibilitar a emissão de relatório de processos com opções de agrupamentos diversos como, por exemplo, por requerente e local.

Sistema de Gestão do Controle de Patrimonial dos Bens Móveis e Imóveis;

Possibilitar a utilização de caracteres alfanuméricos no cadastro dos bens.

Possibilitar que os níveis de classificações de locais/centros de custos e categorias sejam definidos conforme necessidades da entidade, não existindo forma padrão fixa no software.

Possuir rotina para zerar as categorias dos bens, para que nova parametrização seja efetuada de maneira mais



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



assertiva, com rotina para vinculação das novas categorias em lote, ou seja, não necessitando vincular um a um.

Possibilitar a personalização de modelos de impressão considerando inclusive parametrização para o cabeçalho e rodapé padrão na emissão, podendo ser alterado conforme necessidade no ato da impressão. A personalização deve ser possível ao menos para os termos de responsabilidade, baixa e transferência.

Possibilitar a definição de data de corte para o início das depreciações, com base em que os bens adquiridos após esta data entram em processo de depreciação e os adquiridos anteriormente necessitam de reavaliação para início da depreciação.

Possibilitar que a depreciação seja realizada ao menos nas formas mensal ou anual.

Possibilitar o cadastro personalizado dos tipos de incorporação e baixas a serem utilizados pela entidade.

Possibilitar o cadastro de fórmulas para reavaliação, utilizando variáveis do software, bem como operadores matemáticos, permitindo sua elaboração através da montagem visual de fluxograma e também de forma inversa com a fórmula manual sendo convertida em fluxograma para melhor visualização do conteúdo das variáveis cadastradas.

Possibilitar o cadastro de tipos de situações conforme necessidades da entidade para aplicação nos bens conforme necessidade para melhor identificação, como por exemplo: Em uso, Aguardando Inventário, Em Desuso etc.

Possibilitar o cadastro de campos personalizados para utilização no cadastro de bens, com no mínimo dados específicos dos tipos texto, valor e número.

Possibilitar o cadastro de moedas para conversão automática no momento do tombamento, quando bens adquiridos em outras épocas.

Possibilitar o cadastro de naturezas de despesa para parametrizar conforme necessidade da entidade para quais naturezas serão admitidas nos tombamentos de bens e movimentações quando utilizados empenhos.

Permitir cadastro gerais de tipos conforme o critério da entidade para: tipo de conservação; tipo de ocorrência; tipos de controle; tipo de cobertura de apólice e tipo de atribuição nas comissões.

Permitir o cadastro histórico das ocorrências dos bens.

Possibilitar a vinculação da entidade de origem do bem em caso de tombamento referente a cisão/fusão.

Possibilitar a inclusão de arquivos digitalizados ao cadastro do bem de maneira em quantidade ilimitada por bem.

Possuir rotina que permita a atualização múltipla de bens, com alterações como descrição e situação.

Permitir ao usuário a possibilidade de visualizar somente os bens sob a sua responsabilidade.

Possibilitar o cadastro para os bens da entidade, devendo no mínimo possibilitar o preenchimento das seguintes informações: processo licitatório; empenho fornecedor de aquisição; estado de conservação valor de aquisição;



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



data de tombamento; local de origem; descrição; observação; tipo de incorporação; plaqueta patrimonial; categoria; dados sobre garantias e dados sobre vida útil e valor residual para posterior depreciação.

Possibilitar o cadastro de bens em grande quantidade a partir de um cadastro já efetuado, gerando uma movimentação de geração de novos bens em lote.

Possibilitar que no cadastro de bem seja inclusa sem limitação de caracteres a especificação integral do bem.

Possibilitar a geração de registro da fase de Em Liquidação a partir dos movimentos de tombamento no módulo Contábil, enviando dados do bem, nota fiscal e responsável, agilizando o processo de liquidação de despesas, conforme são recebidos os bens permanentes.

Permitir cadastro para bens imóveis, com endereço, registro do imóvel, tipo de uso e coordenadas geográficas.

Possibilitar registros de veículos e seus dados relevante tais como: Data de entrada; Descrição; RENAVAM; Estado de Conservação; Fornecedor; Espécie do Veículo; Lotação; Ano; Cor; Tipo de Combustível; Modelo; Marca; Centro de Custo; Capacidade do Tanque; Média de Consumo informada pelo fabricante e Dados de Seguro. O cadastro dos veículos deve ser realizado no módulo de Patrimônio exclusivamente;

Possibilitar a consulta de todas as operações realizadas para o bem diretamente no seu cadastro.

Possibilitar a emissão de ficha cadastral dos bens, com seleção dos dados de movimentação que deverão ser gerados. Deve ser possível a geração múltipla da ficha de diversos bens conforme seleção.

Possibilitar a visualização de dados históricos do bem diretamente na tela de cadastro como ocorrências, manutenções, transferências entre outros.

Possibilitar a inclusão de bens patrimoniais proveniente de empenho da contabilidade ou de ordem de compra, permitindo a importação dos itens sem a necessidade de redigitação dos descritivos, fornecedor, valor e conta contábil.

Possibilitar a identificação de bens compartilhados entre setores, com identificação dos setores corresponsáveis e identificação destes na emissão de termos de responsabilidade.

Possuir rotina para geração de operações patrimoniais para qualquer caso que seja necessária a movimentação de valores nos bens patrimoniais, possibilitando a inclusão individual ou múltipla de bens, dados de empenhos, com rotina para estorno.

Permitir alteração da placa do bem informando a data de alteração, visualizando todas as placas utilizadas pelo bem;

Permitir alteração da categoria do bem, informando a data de alteração, visualizando todas as categorias em que o bem já foi vinculado, controlando as contas contábeis do bem, de acordo com cada categoria, e com referência as datas de troca;

Permitir informar o valor (%) residual do bem e a vida útil, de maneira individual ou pela natureza do bem;



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Possibilitar que seja feita a reavaliação individual do bem, através de acesso a rotina de reavaliação diretamente pelo cadastro do bem.

Permitir reavaliação de bens de forma individual e por lote, permitindo a utilização de fórmulas previamente criadas, que podem ser alteradas pelos usuários.

Possuir rotina para solicitação de transferência de bens patrimoniais com aceite do setor recebedor, para efetivar as transferências;

Permitir controle de transferência de bens entre os diversos locais, possibilitando a emissão do relatório de transferências, incluindo também a emissão como Termo de Transferência de Bens. Deve ser possível a transferência utilizando multiseleção de bens.

Possibilitar aviso por e-mail aos responsáveis de origem e destino das transferências de bens.

Possibilitar o controle de transferências provisórias com avisos sistemáticos quando a data de devolução estiver excedida.

Possuir rotina de transferência de bens entre entidades, realizando a baixa e incorporação automática, com possibilidade de estorno, evitando a necessidade do retrabalho na incorporação dos bens na entidade de destino.

Permitir encerramento mensal de competência, não permitindo movimentos com data retroativa ao mês/ano encerrado, possibilitando o estorno deste encerramento.

Permitir inserir no cadastro dos bens um valor mínimo residual para os bens, para controle das depreciações em casos de exceção.

Possuir rotina para geração de depreciação de bens na forma de linha reta ou cotas constantes, de acordo com os parâmetros de vida útil e percentual de valor residual dos bens, podendo ser realizada de forma mensal ou anual.

Permitir efetuar baixas individuais ou múltiplas por bens, locais, estado de conservação, permitindo informar histórico e informações complementares como: lei, portaria e processo licitatório, possibilitando nos casos de alienação o respectivo vínculo com as contas de receita referentes do módulo contábil;

Emitir etiquetas de controle patrimonial, inclusive com código de barras para leitura óptica.

Emitir termo de responsabilidade de guarda dos bens por responsável ou por órgão/centro de custo/local.

Possuir rotina para inventário por locais, importando dados capturados por coletor de códigos de barras.

Permitir transferência de bens localizados em inventários quando pertencentes a outro setor, de maneira automática quando concluído o inventário.

Possibilitar o controle da movimentação dos bens encaminhados à manutenção, possibilitando controles e informações no mínimo quanto a data de envio, previsão e retorno, situação, tipo e motivo.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Possibilitar aviso sistemático com relação aos bens que estejam com o retorno da manutenção constando a data de previsão de entrega vencida.

Possuir rotina para conferência entre os valores movimentados no Patrimônio e Liquidados no Contábil para fechamento das contas, com a possibilidade de geração de tombamentos a partir desta, otimizando os lançamentos e facilitando a usabilidade da rotina.

Permitir a parametrização das contas contábeis para integração contábil, tanto por tipo de movimento, quanto por operação e tipo de movimento.

Possibilitar integração com o módulo contábil através de contabilização mensal, gerando lançamentos de movimentação financeira de acordo com as operações entre as contas específicas dos bens e as contas de contrapartida de acordo com cada tipo de operação.

Possuir rotina de inventário geral, com no mínimo as seguintes possibilidades:

Registro de início e fim;

Permitir a inclusão dos bens através de inúmeros filtros como: responsável; local; fornecedor; nota fiscal; data de aquisição; tombamento entre outros de modo a permitir uma amplitude maior de possibilidades ao usuário;

Permitir a emissão de relatório que conste somente os bens em inventário não concluído;

Possuir bloqueio na movimentação de bens relacionados ao inventário;

Possuir rotina para exportação dos bens do inventário com retorno através de importação ou acesso direto nos locais através da aplicação, para possibilitar a atualização dos dados alterados, como descrição, local e valores;

Possibilitar no fechamento do inventário de rotina que atualize os bens que foram alterados no inventário, considerando valores, transferências e atualização cadastral.

Possuir emissão de relatórios de confrontação dos valores iniciais e finais, com possibilidade de agrupamento por contas contábeis de forma sintética e analítica;

Possuir emissão de relatório que destaque as diferenças encontradas no retorno do inventário.

Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas do Estado, oferecendo críticas na geração de informações obrigatórias não constantes nos cadastros,

Emitir relatório de baixas de bens com seleção por período de baixa, com detalhamentos por conta contábil.

Emitir relatório identificando os bens com sua conta contábil.

Emitir termos de uso e responsabilidade inclusive com o detalhamento dos bens com compartilhamento de responsabilidade.

Emitir relatório em formato de Balanço Patrimonial com filtros por período e contas contábeis, devendo listar no



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



mínimo as informações de valor no início do período, aquisições no período, reavaliações no período, baixas no período, depreciação no período e valor contábil no final do período.

Emitir relatório que possibilite visualizar a evolução do valor patrimonial por exercício com base nos meses devendo possuir exibição gráfica.

Emitir relatório para demonstrar os dados de depreciação com agrupamento por conta contábil, sendo possível o detalhamento dos bens ou somente os totais por conta.

Emitir relatório que demonstre todas as operações patrimoniais por período.

Emitir relatório completo que demonstre o valor total do Patrimônio com base em determinada data, demonstrando os bens relacionados as contas, com opção de demonstrar somente os dados consolidados por conta.

Permitir gerar relatório contendo as permissões de acesso por usuário.

Sistema de Gestão de Controle de Almoxarifado e Estoques;

Possibilitar o acesso à ferramenta de Suporte Técnico no interior do sistema facilitando a comunicação dos operadores com o corpo técnico para registro de atendimento.

Possibilitar o registro de licença de uso de forma automática ou manual no interior do sistema

Permitir a alternância entre os demais exercícios e entidades sem a necessidade de sair do sistema atual, facilitando a transição entre eles.

Permitir o controle de acesso dos usuários aos sistemas, determinando restrição de acesso a rotinas, bem como ações de inclusão, alteração e exclusão.

Permitir o controle de acesso dos usuários a centros de custos específicos, com distinção entre origem e destino.

Possibilitar a consulta aos logs do sistema, pesquisando por rotinas, para identificar quando ocorreram alterações em registros como inclusões, exclusões e alterações.

Possibilitar que os níveis de classificações de materiais e localizações sejam definidos conforme necessidades da entidade, não existindo forma padrão fixa no software.

Possuir rotina para zerar as classificações dos produtos e itens, para que nova parametrização seja efetuada de maneira mais assertiva, com rotina para vinculação das novas classificações em lote, ou seja, não necessitando vincular um a um.

Possuir rotina de aviso automático quando houver materiais em ponto de pedido, alertando o almoxarife para verificação dos materiais com parâmetros próximos do desabastecimento.

Possuir a definição e utilização de detalhamento nos centros de custos, para criação de níveis inferiores para utilização na distribuição dos materiais.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Possibilitar a utilização de códigos de barras para as movimentações do Almoxarifado.

Possuir rotina de moderação na Requisição ao Estoque, para que usuários com permissão avançada autorizem as solicitações para então serem analisadas e atendidas pelo Almoxarifado;

Possuir parametrização para os tipos de movimentação utilizados pelo sistema para rotinas automáticas, como por exemplo entradas e saídas por inventário e entradas e saídas por fracionamento.

Possuir integração com módulo de Frotas para que na geração de saídas de materiais de manutenção para veículos, se vinculado o veículo no movimento, gerando um gasto de frota automaticamente para o veículo.

Possuir rotinas para gerenciamento físico dos materiais em estoque, possibilitando a utilização de coletores para o gerenciamento, através de acesso direto ao software, para execução de etapas de conferências, separação, transferências físicas e outras que possam ser especificidades da entidade.

Permitir que o usuário do sistema bloqueie a realização de movimentações do almoxarifado até uma determinada data.

Bloquear as movimentações de estoque nos períodos fechados.

Possuir cadastro dos centros de destino e origem para armazenamento e distribuição de materiais, com possibilidade de distinção entre centros que utilizem o armazenamento físico e para os que não utilizem, controlando as movimentações a partir desta parametrização.

Possuir no cadastro dos centros de destino e origem o vínculo do respectivo órgão e unidade, vinculando por exercício.

Possuir no cadastro das localizações físicas de materiais com a separação do tipo de local, sendo Picking ou Pulmão. Picking equivale ao local de retirada dos produtos para entrega, como uma prateleira de supermercado e pulmão os locais fechados, que posteriormente abastecem os locais do tipo picking.

Possuir cadastro de unidades de medida com possibilidade da definição do código a ser utilizado para posterior prestação de contas.

Possuir cadastro de classificações para vinculação aos itens e produtos, com possibilidade de no mínimo vinculação de: dados de despesa, vinculação de codificação para prestação de contas e contas contábeis com a possibilidade de exceções entre as contas.

Possuir cadastro de natureza da despesa para parametrização da utilização apenas com intuito de registro no Almoxarifado ou para movimentações de estoque, com referência as movimentações de entrada oriundas de empenhos do módulo contábil.

Possuir rotina de solicitação de cadastro de itens, com opção para aprovação ou rejeição, e em caso de aprovação relacionando o item criado na solicitação, com tela de demonstração dos status das solicitações efetuadas;

Possibilitar que o usuário possa configurar no cadastro de produtos campos cadastrais de sua escolha desde



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



campos numéricos, textos ou listagem pré-definida, através de definição destes campos conforme a classificação dos materiais.

Possuir no cadastro de materiais, contendo campos para descrições sucintas e detalhadas sem limitação de caracteres, através de uma especificação integral.

Possuir no cadastro de materiais, campos para identificação de no mínimo: Controle ou não de vencimento, Dados de distribuição e armazenamento, código de barras, não sendo limitado a um por cadastro de produto.

Possibilitar o relacionamento do produto com seu CATMAT (Catálogo de Materiais do Governo Federal).

Possibilitar a vinculação dos itens de romaneio referentes ao material para posterior utilização nas movimentações de entrada no estoque.

Permitir anexar arquivos digitalizados para os itens cadastrados.

Possuir cadastro para identificar empenhos bloqueados para evitar movimentações de entrada para estes.

Possuir cadastro para agendamentos de entregas, com possibilidade de visualizar as entregas pendentes conforme agendamento.

Permitir o controle de toda movimentação de entradas, saídas, devoluções, controles de prazos de validade e transferência de materiais no estoque, tanto na parte virtual do sistema quanto o controle físico por mapeamento devendo realizar a atualização do estoque de acordo com cada movimentação realizada.

Permitir o gerenciamento integrado dos estoques de materiais não existindo limite para a quantidade de centros estocadores ou almoxarifados.

Permitir que já no registro da entrada no estoque, itens que possuam controle de validade já tenham os lotes com vinculação de fabricante, quantidade e data de validade registrados.

Possuir a possibilidade de geração de registro da fase de Em Liquidação a partir dos movimentos de entrada no módulo Contábil, enviando dados de itens, nota fiscal e responsável, agilizando o processo de liquidação de despesas, conforme são recebidos os materiais.

Possuir a possibilidade de inclusão de arquivos digitalizados nas rotinas de Entrada e Saída do Estoque.

Possibilidade na entrada do item, informar um código diferente para diferenciar o item empenhado do item em almoxarifado, sem perder o controle de quanto já foi entregue do empenho;

Possuir rotina que na entrada do material no Almoxarifado já exista a substituição do material conforme parâmetros de fracionamento já realizados, bem como para substituição de itens por itens de romaneio para facilitar os controles e posterior distribuição dos materiais pelo almoxarife.

Possuir rotina para registro das movimentações de consumo imediato, que geram a entrada e saída, para registro contábil posterior e rastreamento das movimentações por conta, não necessitando elaboração de lançamentos manuais



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



de saída;

Possuir rotina de controle de entrada de itens de produção com o desmembramento quantitativo automático, conforme a parametrização da composição do item, como por exemplo asfalto, que é composto de areia, brita, dentre outros materiais;

Possibilitar o controle de contas por classificação com exceção conforme o centro de custo, como por exemplo uma classificação de gêneros alimentícios em que os itens que a compõem quando forem destinados a distribuição gratuita, possuem contas distintas conforme a destinação;

Efetuar cálculo automático do preço médio dos materiais, bem como a sua atualização a cada movimentação do produto no almoxarifado.

Possuir rotina para que a requisição de materiais seja realizada via sistema, podendo ser parametrizado para somente serem requisitados itens que constem no estoque, com validação das permissões de acesso dos usuários requisitantes aos centros de custos aos quais tem acesso, tanto para origem quanto destino.

Possuir rotina de moderação na Requisição ao Estoque, para que usuários com permissão avançada autorizem as solicitações para então serem analisadas e atendidas pelo Almoxarifado;

Possuir controle das requisições de materiais, permitindo atendimento parcial de requisições e mantendo o controle sobre o saldo não atendido das requisições, devendo possibilitar diversas saídas para a mesma requisição, desde que com materiais distintos já disponibilizados.

Possuir rotina rápida para visualização das requisições em aberto, otimizando os trabalhos de separação e análise do almoxarife.

Possibilitar gerenciamento da necessidade de reposição de materiais de acordo com os parâmetros de ponto de pedido e consumo médio, devendo ter a possibilidade configuração dos períodos diretamente pelo usuário conforme sua necessidade.

Permitir controle dos limites mínimos e de reposição de saldo físico em estoque.

Possibilitar que no caso da movimentação de transferências entre centros estocadores, a movimentação somente seja completada com o aceite do centro de destino.

Possuir rotina para definição de cotas de consumo dos materiais para os setores, com a possibilidade de definição de materiais exclusivos para determinados centros de destino.

Possuir rotina para remanejamento de lotes e cadastro de lotes de materiais que já estejam no estoque para controle dos vencimentos dos produtos.

Possuir rotina para conferência dos valores movimentados com comparação com os valores e quantitativos liquidados e movimentados para fechamento dos lançamentos;

Possuir rotina para contabilização mensal, com agrupamento por tipos de operação e contas para registros contábeis diretamente no módulo de Almoxarifado. Com a definição das parametrizações tanto diretas como nos



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



tipos de movimentação, como individuais por conta e tipo de operação.

Possuir rotina para geração de fracionamento de itens já existentes no estoque com relação a unidade de compra e unidade de distribuição.

Possuir rotina de inventário por centros de custo, bloqueando as operações para o centro de custo enquanto o inventário não estiver finalizado, além de na finalização do inventário gerar automaticamente entradas e saídas dos itens após conferência física.

Possibilitar que o inventário seja registrado através da importação de dados oriundos de coletores de dados ou outro meio de conferência com a inserção dos itens e quantidades aferidas para agilização no processo de inventário.

Possuir rotina para agendamento de transferências entre centros estocadores, com a configuração da periodicidade e materiais relacionados para que automaticamente seja possível o abastecimento dos centros conforme dados parametrizados, com a possibilidade de execução manual, demonstrando na rotina as execuções efetuadas.

O software deve possuir rotinas próprias para gerenciamento de armamento com operações de logística interna com as seguintes características básicas:

Permitir que a definição dos níveis de localização física seja definida de acordo com as necessidades da entidade.

Permitir o cadastramento dos endereços ou localizações físicas com os tipos de picking e pulmão.

Permitir a consulta da localização física do material dentro do almoxarifado.

Permitir o controle separado entre centros de custos que utilizam ou não armazenagem, com controles específicos para cada tipo.

Permitir a geração de guia cega para conferência dos materiais recebidos.

Permitir a configuração de restrições de armazenagem por nível, volume e exceções de armazenamento.

Possibilitar o abastecimento de picking de forma automática ou manual.

Possibilitar que na entrada dos materiais já seja realizada a distribuição física dos materiais conforme endereçamentos, gerando mapa de armazenagem de acordo com a parametrização dos itens e locais físicos.

Possibilitar a seleção automática de pulmão no armazenamento, abastecendo o picking e indicando as demais localizações físicas para armazenamento conforme os endereços físicos vagos mais próximos.

Possibilitar que na saída de materiais, com o gerenciamento da retirada, indicando os endereços físicos mais próximos para a separação, com exceção de itens com validade, quando os endereços selecionados serão aqueles de validade menor, gerando o mapa de retirada.

Possibilitar o bloqueio de endereços físicos.

Possibilitar a transferência virtual entre centros de custos que geram armazenagem gerando mapa de transferências para movimentações físicas.

Possibilitar a geração de inventário por itens e locais, bloqueando as movimentações físicas destes.

Possibilitar a utilização de coletor de dados para otimização das tarefas dos operadores com opções básicas como o cadastro de código de barras, consulta de locais e as operações de movimentação de estoque.

Possibilitar o acompanhamento dos status das movimentações geradas quando utilizado coletor de dados.

Possibilitar que para o coletor de dados, de modo a otimizar a tarefa dos operadores, que no mínimo tenham as funções para entradas, saídas e transferências, além de consultas de itens e endereços físicos e cadastramento



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



de código de barras.

Possibilitar emissão de relatório de ficha de controle de estoque, mostrando as movimentações por material e período.

Possibilitar emissão de relatório de balancete de estoque, demonstrando os totais e valores movimentados por entradas, saídas, saldo anterior e saldo atual por período.

Possibilitar emissão de relatórios de controle de validade dos lotes de materiais.

Possibilitar emissão de relatório de consumo médio mensal e anual por material.

Possibilitar emissão dos mais diversos relatórios de movimentação de estoque, como entradas, saídas, posição de estoque, devendo existir a possibilidade de consulta das movimentações por conta contábil.

Possibilitar a emissão de relatório de consumo na forma ABC.

Possibilitar a emissão de relatório de posição de estoque com o período desejado, para identificar o estoque na data desejada.

Possibilitar a emissão de relatório de requisições com possibilidade de identificação das solicitações não atendidas integralmente.

Permitir gerar relatório contendo as permissões de acesso por usuário.

Sistema de Gestão de Saúde Pública Municipal - Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES)

As licenças necessárias podem ser adquiridas em nome da proponente, visando melhorar o equilíbrio econômico-financeiro.

Não serão admitidas licenças parciais ou que apresentem qualquer tipo de restrição de funcionalidade em relação a versão mais completa do produto licenciado.

O SRES não deve possuir nenhum tipo de bloqueio quanto ao número de usuários que poderão acessá-lo simultaneamente.

O SRES não deve possuir nenhum tipo de bloqueio ou limite em relação ao número de unidades de saúde a serem gerenciadas.

O SRES oferecido deve obrigatoriamente ser multiusuários e multitarefas, permitindo o controle de tarefas concorrentes com acesso simultâneo ao banco de dados sem perda da integridade referencial.

O SRES ofertado deverá permitir que cada operador abra várias janelas do browser, possibilitando desta forma maior agilidade na sua operação, sem que haja nenhuma perda de integridade das informações a serem armazenadas.

O SRES não precisa apresentar a organização estrutural expressa no edital, dado que a organização aqui exposta não é reflexo da visão do construtor da ferramenta.

Independente da organização e arquitetura do SRES, o mesmo deve conter entre todas as instâncias, estruturas



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



e módulos, total e irrestrita integração, sem que para isso, seja necessária qualquer ação dos usuários.

O SRES deve ser integralmente projetado e desenvolvido para utilização em ambiente WEB, não sendo aceitos quaisquer tipos de emulação, excetuando-se recurso de Interfaceamento laboratorial, PACs e Biometria, dada as características dos hardwares utilizados.

Deve ser possível implementação de arquitetura de sistemas distribuídos, utilizando-se diversos servidores unificados através de um middleware ou equivalente, para garantir alta disponibilidade e alta performance. Neste cenário, a distribuição de carga deve ser dinâmica e não fixada.

Por tratar-se de solução web, necessariamente deve ser executado em servidor web (Apache, Nginx, Xampp, THTTPD, IIS ou outro).

Na camada de negócios, espera-se que exista controle de todas as regras existentes na aplicação, de modo que os dados somente sejam persistidos caso estejam em acordo com as regras.

Na camada de dados, espera-se todas características próprias de um sistema de gerenciamento de banco de dados objeto relacional (SGDBOR), além de outros que sejam necessários e, eventualmente, reforço nas regras de negócio.

O SGDBOR deve possuir todas as características de um sistema gerenciador de bancos de dados relacional;

O SGDBOR deve possuir controle de concorrência multi-versão;

O SGDBOR deve permitir indexação;

O SGDBOR deve não possuir limitação em relação ao tamanho do banco de dados;

O SGDBOR deve não possuir limitação em relação ao número de acessos ou transações (limitado a capacidade dos servidores);

O SGDBOR deve permitir minimamente 30 TB por tabela em sua estrutura;

O SGDBOR deve permitir número ilimitado de linhas em uma tabela;

O SGDBOR deve não limitar o número de índices (minimamente deve suportar minimamente índices b-tree, hash, gist, spgist, gin, e brin);

O SGDBOR deve possuir forma de realização de cópia de segurança íntegra sem impactos em performance, com garantia de integridade;

O SGDBOR deve permitir realização de cópia de segurança incremental, sem impactos em performance, com garantia de integridade de dados em um momento específico;

O SGDBOR deve permitir o uso de replicação;

O SGDBOR deve permitir o uso de pool para gerenciamento de conexões;

O SGDBOR deve permitir o uso de cache para acesso rápido a dados com alto consumo;

O SGDBOR deve permitir uso de objetos espaciais, como pontos, linhas, segmentos, polígonos, sem uso de



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



artifícios não nativos ao banco de dados;

O SGDBOR deve exigir o tráfego com uso de criptografia. Para criptografia, deve ser possível usar certificados emitidos pelo letsencrypt ou outra fonte gratuita e confiável;

O SGDBOR deve possuir garantia de atomicidade das transações;

O SGDBOR deve possuir garantia de consistência dos dados, através da execução de transações isoladas;

O SGDBOR deve possuir garantia de isolamento das transações;

O SGDBOR deve permitir o uso de particionamento dos bancos de dados;

O SGDBOR deve possuir todos os recursos administrativos (usuários, grupos de acesso, partições de dados, e outros) sem limitações de qualquer tipo em relação as funcionalidades existentes;

O SGDBOR a ser utilizado deverá obrigatoriamente possuir recursos de arquivamento de log;

O SGDBOR deve possuir recurso para recuperação automática após queda (crash) do sistema;

O SGDBOR deve possuir mecanismo de controle de concorrência de multi-versão (MVCC);

O SGDBOR deve ser baseado em arquitetura TOAST (The Oversized Attribute Storage Technique);

O SGDBOR deve permitir a criação, pelo operador, de novos: Tipos de dados, Funções, Operadores, Funções de Agregação, métodos de índice;

O SGDBOR deve permitir a utilização de mais de uma linguagem procedural;

Deve ser possível cadastrar de forma irrestrita, perfis de acesso ao sistema, delimitando as operações que serão permitidas em cada recurso do mesmo.

Deve ser possível cadastrar usuários do sistema, atribuindo aos mesmos, perfis de acesso, tantos quanto desejados.

Todo permissionamento deve possuir controle de duração em relação a tempo (data inicial e final de validade).

Todas as inserções, atualizações e deleções realizadas pelos operadores deve gerar trilhas de auditoria.

De forma parametrizável, todos os acessos, mesmo que somente leitura, devem poder ser auditados.

O SRES deve possuir ferramenta para consulta de auditorias, permitindo a usuários que possuam permissão de acesso, identificar quem fez determinada operação, e quando a mesma foi feita.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Cadastros e auditoria;

Deve ser possível cadastrar de forma irrestrita, perfis de acesso ao sistema, delimitando as operações que serão permitidas em cada recurso do mesmo.

Deve ser possível cadastrar usuários do sistema, atribuindo aos mesmos, perfis de acesso, tantos quanto desejados.

Todo permissionamento deve possuir controle de duração em relação a tempo (data inicial e final de validade).



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Todas as inserções, atualizações e deleções realizadas pelos operadores deve gerar trilhas de auditoria. De forma parametrizável, todos os acessos, mesmo que somente leitura, devem poder ser auditados.

O SRES deve possuir ferramenta para consulta de auditorias, permitindo a usuários que possuam permissão de acesso, identificar quem fez determinada operação, e quando a mesma foi feita.

O SRES deve possuir parametrização para o local de armazenamento dos logs de utilização do sistema (auditoria), permitindo que o mesmo seja armazenado em outro banco de dados, visando melhorar performance e segurança.

O SRES deve possuir integração com barramento SOA - SUS Cartão Nacional de Saúde, com as interfaces PIX/PDQ.

O SRES deve possuir integração com SIGTAP, de forma versionada.

O SRES deve permitir que sejam definidos períodos de acesso aos operadores, visando garantir que os mesmos somente possuam acesso ao SRES durante seu horário de expediente.

O SRES deve permitir que existam operadores sem restrições de horário, de forma que possam acessar o SRES a qualquer momento.

O SRES deve respeitar a norma NGS1.04.06 do SBIS, que impede que os usuários alterem suas próprias permissões.

O SRES deve permitir que os usuários sejam vinculados com as unidades de saúde onde trabalham, limitando seus acessos as unidades adequadas.

O SRES deve possuir exigência de complexidade de senhas em conformidade com o SBIS. Todos os relatórios da solução devem ser gerados em formato texto simples(txt), arquivo separado por vírgulas (csv), e Formado de documento portátil (pdf), minimamente. (não estão cobertos por esta regra, impressões que exijam assinatura eletrônica, que devem ser emitidas unicamente em PDF assinado, ou PDF simples para assinatura externa).

O SRES deve disponibilizar ao usuário recursos de informação sobre o que um botão, menu ou ícone faz ao posicionar o cursor sobre ele.

O SRES deve exibir mensagens de advertência ou erro informando ao usuário um determinado risco ao executar funções solicitando sua confirmação.

Deve haver cadastro de municípios compatível com lista emitida pelo IBGE.

Deve haver cadastro de municípios em conformidade com CNS, respeitando estrutura mínima do PIX/PDQ do CadSUS.

Deve haver cadastro de ocupações, conforme padrão do Ministério da Economia.

Deve haver cadastro de unidades de saúde compatível com SCNES.

Deve haver cadastro de profissionais compatível com SCNES.

Deve haver rotina de importação do SCNES, que permita importar unidades de saúde e profissionais com base em arquivo gerado no SCNES.

Deve haver cadastro de bairros.

Deve haver cadastro de logradouros.

Deve haver funcionalidade para unificar bairros criados erroneamente em duplicidade.

Deve haver funcionalidade para unificar logradouros criados erroneamente em duplicidade.

Deve haver forma de vincular bairros e logradouros, de modo a impedir cadastros equivocados de endereços de pacientes.

Deve ser possível cadastrar cidadãos sem endereço fixo, registrando-se neste caso o motivo de ausência do endereço.

Deve ser possível alterar a situação do cadastro do cidadão, utilizando-se situações cadastráveis, que inativam ou não o cadastro.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Deve registrar de forma simples, todos os telefones fornecidos pelo cidadão para contato. Deve possuir integração com plataforma online para obtenção de latitude e longitude (o custo deve ser explícito na proposta de preços).

O SRES deve permitir o registro de documentos que o paciente eventualmente possua nas unidades de saúde, de forma a 'indexar' os mesmos.

No cadastro do cidadão, deve ser possível registrar as deficiências do mesmo.

Deve ser possível registrar a fotografia do cidadão em seu cadastro, visando aumentar a biossegurança. Deve haver recurso para unificar cadastros duplos de cidadão, através de ferramenta específica, com acesso controlado, internamente na própria ferramenta.

Deve haver forma de identificar em lote, cadastros possivelmente duplos, com base em critérios pré-definidos. Deve haver forma de emitir cartão municipal de Saúde, utilizando-se de impressoras térmicas, conforme layout definido pelo município, utilizando as impressoras Zebra GC420d, recebidas do Ministério da Saúde para este fim.

Deve permitir registro de Declarações de Nascido Vivo no SRES, em conformidade com padrão nacional.

Deve permitir o registro de biometria dos pacientes, identificando o dedo e a biometria. Deve ser possível capturar a biometria de minimamente 4 dedos diferentes, escolhidos pelo usuário.

Deve permitir aos perfis autorizados, configurar a obrigatoriedade de campos do cadastro do paciente, conforme a unidade de atendimento. Ex.: Não exigir o número do CPF na UPA mas, exigir nas unidades de ESF.

Deve permitir a perfis autorizados, cadastrar críticas e bloqueios relativos a duplicidade de cadastros. Ex.: Alertar sobre dois cadastros com mesmo nome e data de nascimento e, bloquear dois cadastros com mesmo CPF.

Deve respeitar a lista de termos inválidos do barramento CadSUS.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão das agendas;

O SRES deve permitir o cadastro de especialidades

As agendas devem usar o cadastro de unidades e profissionais previamente feito ou importado do SCNES.

O SRES deve permitir que sejam criadas agendas para os profissionais, respeitando intervalos pré-determinados (agendamento com horário marcado).

O SRES deve permitir que sejam criadas agendas para os profissionais, por ordem de chegada.

O SRES deve permitir aos profissionais que sejam criadas agendas em várias especialidades ao mesmo profissional, usando o mesmo CBO.

Deve existir funcionalidade para configuração de impressão de comprovante de agendamento ao final do agendamento. Este comprovante, deve conter as informações do compromisso e do paciente, sendo parametrizável conforme definição do gestor, mesmo que via solicitação ao desenvolvimento.

Deve existir funcionalidade para emissão de ficha de atendimento, a ser usada como forma de contingência, em caso de falta prevista do sistema.

Deve permitir o cadastro de cotas por unidade de saúde destino, período de vigência e especialidade, sendo possível vincular as unidades de origem com suas quantidades ou percentuais.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Deve ser possível, para cada cronograma, definir vagas normais, de encaixe e de retorno.

Deve possibilitar configurar para cada cronograma os dias para visualização retroativas e/ou a frente para as vagas existentes.

A tela de agenda deve disponibilizar minimamente os seguintes filtros:

Unidade;
Especialidade;
Profissional;
Data;
Turno;

Deve haver forma de listar todas as agendas do dia, visando facilitar a utilização do recurso;

Deve haver forma de listar todas as agendas de uma determinada especialidade, visando facilitar a localização de vagas conforme as possibilidades.

Ao agendar um cidadão, devem ser exibidos dados básicos do mesmo, minimamente:

Nome e/ou nome social;
Foto (se houver);
Endereço (de forma resumida, para simples conferência);

Deve ser possível parametrizar o tempo de validade de um cadastro para realização de agendamentos, em conformidade com as políticas municipais.

O SRES deve possuir listagem dos pacientes de uma determinada agenda, minimamente diferenciando:

Pacientes que agendaram consulta mas, ainda não compareceram à unidade para atendimento.
Pacientes que agendaram consulta para hoje e estão aguardando atendimento.
Pacientes que já foram atendidos.
Pacientes cancelados.

Na lista de pacientes, deve ser possível realizar minimamente as seguintes ações:

Triagem (acolhimento).
Atendimento (prontuário).
Cancelamento.
Confirmação de presença.

A ação de cancelamento das consultas agendadas, deve ter como opção o estorno das vagas.

Deve haver forma de reagendamento para os pacientes.

Deve haver relatório de pacientes agendados.

Deve haver relatório de pacientes cancelados.



Deve haver relatório de pacientes atendidos.

Deve haver forma de registrar bloqueios de agenda, para determinado dia (ex.: feriado).

Deve haver forma de alterar o horário de uma agenda previamente estabelecida, de forma excepcional.

Deve haver forma de alterar o número de vagas de uma agenda previamente estabelecida, de forma excepcional.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão de boletim de produção ambulatorial;

O SRES deve coletar, em todas as atividades cotidianas possíveis, de forma automática, os procedimentos em conformidade com o padrão BPA (para fins de prova de conceito, exibir 2 (duas) situações em que é informado um dado clínico, ou registrado um processo e a partir disso, sem intervenção do usuário, é realizado o faturamento de um procedimento).

O SRES deve realizar a geração de arquivos de BPA em conformidade com o layout disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

O SRES deve realizar controle dos procedimentos registrados já faturados, visando impedir cobranças em duplicidade de modo sistematicamente repetido.

O SRES deve permitir, na rotina de geração do BPA, seleção de diversas competências, com indicação da competência de apresentação, visando permitir a cobrança de competências retroativas quando necessário.

O SRES deve permitir a geração de BPA de diversas unidades ou até mesmo, de todas elas, em um único processo, visando facilitar a geração e exportação do(s) arquivo(s)

Para procedimentos que permitam registro individualizado e consolidado, o SRES deve dar ao usuário a opção de definir o formato de apresentação, no momento da geração do arquivo ou em parâmetro que possa ser controlado pelo usuário.

O SRES deve conter, visando manter compatibilidade com SIGTAP, terminologia CID-10 incorporada ao mesmo.

O SRES deve possuir rotina para importação do SIGTAP sob demanda do usuário.

O SRES deve possuir funcionalidade que faça a obtenção e importação automatizada do SIGTAP, sem que para isso seja necessária intervenção do usuário. Este recurso pode usar o crontab, agendador de tarefas ou outro recurso equivalente para funcionar.

O SRES deve possuir versionamento do SIGTAP.

O SRES deve possuir funcionalidade para definição de competências para BPA, garantindo flexibilidade em relação à data inicial e final da mesma.

O SRES deve permitir o encerramento de competências para registro de BPA, impedindo o registro de novos procedimentos ou alteração dos procedimentos já existentes nesta.

O SRES deve realizar validação de toda digitação BPAMAG a fim de evitar glosas. Deve haver forma de



registro consolidado de produção para casos de necessidade ou contingência.

Toda produção captada no sistema deve ser feita preferencialmente de forma individualizada, mesmo que o procedimento em questão seja consolidado, afim de construir o prontuário do paciente. Procedimentos consolidados devem ser agrupados na geração do arquivo de transmissão.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde - RAAS

O SRES deve possuir cadastro de origem do paciente compatível com RAAS.

O SRES deve possuir cadastro de destino do paciente compatível com RAAS.

O SRES deve possuir recurso no prontuário que permita digitação do RAAS Psicossocial.

O SRES deve possuir recurso no prontuário que permita digitação do RAAS Domiciliar.

O SRES deve possuir recurso para digitação isolada do RAAS Psicossocial.

O SRES deve possuir recurso para digitação isolada do RAAS Domiciliar.

O SRES deve dispor de recurso para validação das informações RAS-AD e RAS-PSI, exibindo ao usuário a situação, sendo que quando inválido informar qual o motivo para que este possa ser corrigido ou complementado de acordo com as regras de validação do sistema RAAS.

O SRES deve permitir a geração de faturas por equipamento de saúde e exportação de arquivos para o sistema RAAS de acordo com manual de integração fornecido pelo Datasus.

O SRES precisa possuir minimamente relatórios estatísticos de produção que apresentem informações referentes a:

Atendimentos;

Atendimentos por profissional;

Atendimentos por idade;

Atendimentos por procedimento;

Atendimentos por diagnóstico;

Estatístico de atendimentos;

Resumo de produção por profissional;

Atendimentos por idade e sexo;

Faturamento do corpo clínico;

Faturamento mensal;

Procedimentos mais realizados;

Procedimentos não faturados;

Produção por unidade;

Produção por especialidade.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão da Estratégia de Saúde da Família



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Possuir cadastro de segmento, área e micro área.

Possuir importação do cadastro de equipes do SCNES;

Possuir integração de todas as fichas do e-SUS (na data de publicação deste edital, sendo):

Ficha de Cadastro Individual;

Ficha de Cadastro Domiciliar e Territorial;

Ficha de Atendimento Individual;

Ficha de Atendimento Odontológico Individual;

Ficha de Atividade Coletiva;

Ficha de Procedimentos;

Ficha de Visita Domiciliar e Territorial;

Marcadores de Consumo Alimentar;

Ficha de Avaliação de Elegibilidade;

Ficha de Atendimento Domiciliar;

Ficha complementar - Síndrome neurológica por Zika / Microcefalia.

Permitir que o cadastro individual seja o mesmo usado em outras partes do sistema, realizando complementação das informações necessárias para registro de informações sociodemográficas e de saúde referentes ao e-SUS.

Permitir registro de morador de rua, conforme Ficha de Cadastro Individual do e-SUS.

Permitir o cadastro de domicílios conforme Ficha de Cadastro Domiciliar e Territorial do e-SUS.

Permitir o cadastro de famílias e integrantes, conforme Ficha de Cadastro Domiciliar e Territorial e Ficha de Cadastro Individual do e-SUS.

Possuir gatilho que garanta que o cidadão somente pode pertencer a uma família de forma ativa.

Garantir a manutenção do histórico das famílias do cidadão ao longo de sua vida.

Possuir recurso administrativo que permita a redistribuição do território, através da migração em massa (lote) dos domicílios entre micro áreas ou equipes, conforme a necessidade.

Possuir forma visual de controle do envio das fichas para o e-SUS.

Garantir de forma visual o controle de compatibilidade de versão com o e-SUS.

Garantir integração com o e-SUS na versão vigente do LEDI-e-SUS-AB, conforme disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

Garantir que todas as fichas disponíveis no layout de integração do e-SUS possam ser usadas no SRES.

Permitir filtrar as fichas que deseja-se exportar, por unidade de saúde, período e tipo de ficha.

Possuir relatório de fichas exportadas em determinado lote.

Possuir log da exportação, minimamente, visualizando os erros.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Possuir integração com prontuário eletrônico, permitindo ao profissional preencher as fichas durante o atendimento (quando pertinente).

Deve possuir relatórios, minimamente:

- Acompanhamento de visita dos ACSs;
- Atendimentos dos cidadãos (fichas);
- Cadastros de domicílios por Agente Comunitário de saúde;
- Cadastros individuais por Agente Comunitário de saúde;
- Condutas registradas nas fichas;
- Conferência de produção;
- Consolidado de cadastros;
- Consolidado por Profissional;
- Domicílios registrados no sistema;
- Informações para preenchimento do programa 'Mais médicos';
- Marcadores de consumo alimentar;
- Procedimentos faturados e-SUS/BPA;
- Produtividade Odontológica Mensal;
- Totais de famílias e integrantes;
- Visitas domiciliares;
- Visitas domiciliares por ACS;
- Visitas domiciliares não realizadas.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão de urgência e emergência

Deve ser possível usar o sistema em mais de um ponto de atendimento, com identificação da unidade e dos setores necessários.

Durante o atendimento, deve ser possível registrar, minimamente:

- Anamnese;
- Procedimentos;
- Exames solicitados;
- Prescrição de medicamentos, soluções e nebulizações;
- Cuidados e recomendações para enfermagem;
- Evolução;
- Aferições vitais;
- Diagnósticos com terminologia CID-10;
- Solicitação de avaliação;

Para cada ponto de atendimento, deve permitir a configuração dos itens usados no atendimento, bem como sua ordenação.

Para cada ponto de atendimento, deve permitir criar as questões da anamnese, visando melhorar a aderência do SRES à realidade.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Deve permitir o cadastro de questionários personalizados para uso nos atendimentos. Para cada campo criado, deve-se poder definir o tipo de dado esperado, inclusive, com possibilidade de lista de opções para seleção de uma ou mais opções.

Deve permitir a criação de impressos personalizados por local de atendimento.

Deve haver forma de anexar arquivos ao atendimento (ex.: imagens, documentos digitalizados).

Além da prescrição para uso imediato, deve haver funcionalidade para a emissão de receituário, de modo que o paciente tenha prescrição para uso domiciliar. Este documento deve ser registrado e impresso.

A impressão do receituário deve ser personalizável por ponto de atendimento.

Deve ser possível realizar a impressão das solicitações de exames.

Deve ser possível a emissão de atestado para paciente e acompanhante, quando necessário.

Deve ser possível o controle de localização do paciente dentro do local de atendimento.

Deve ser possível a classificação de risco do paciente, conforme protocolo do Ministério da Saúde.

Deve haver painel para chamada de pacientes para triagem e consultórios nos locais de atendimento.

Ao realizar a triagem, devem ser coletados, minimamente, as seguintes informações:

Alergias;
Pressão arterial;
Frequência cardíaca;
Frequência respiratória;
Temperatura;
Peso;
Altura;
Classificação de risco;

Os atendimentos devem ser ordenados, inicialmente pela ordem de chegada, para triagem.

A partir da triagem, os atendimentos devem ser ordenados pela classificação de risco e, em seguida, pela ordem de chegada.

Para cada classificação, deve haver indicativo do tempo limite para atendimento, demonstrando, de forma visual o tempo restante para atendimento ao paciente em conformidade com o protocolo adotado.

Na recepção deve ser possível selecionar informações para auxílio da priorização da triagem.

Durante a prescrição, o SRES deve alertar sobre alergias previamente registradas.

O histórico do paciente deve ficar visível ao profissional durante o atendimento.

Deve ser possível aos médicos criar modelos de prescrição, para uso dos mesmos.

Deve ser possível aos médicos, durante o atendimento, usar os modelos de prescrição, podendo alterar os



mesmos, inserindo ou removendo informações durante o atendimento.

Deve ser possível aos médicos, durante o atendimento, criar e usar modelos de evolução, podendo cadastrar o modelo e, posteriormente selecioná-lo no atendimento. O uso deve permitir que sejam inseridas e/ou removidas informações na evolução criada a partir do modelo.

Na triagem, deve haver alertas para valores considerado atípicos. Para cada aferição, deve-se poder cadastrar minimamente os valores normais, visando receber alerta quando o valor da aferição estiver fora destes.

Deve possuir relatório estatístico para acompanhar os atendimentos de um período por classificação de risco, com minimamente opções de acompanhamento por dia, semana ou mês.

Deve possuir relatório para acompanhamento do tempo de espera do paciente até o seu atendimento, computando o tempo até a triagem bem como até o atendimento médico com minimamente filtros por período e classificação

Deve possuir relatório que mostra um estatístico de atendimentos por fluxo e discriminação utilizado no protocolo, filtra minimamente o período, o profissional que atendeu o paciente, o fluxo e discriminador do protocolo e a classificação do atendimento.

Deve possuir relatório dos atendimentos de um período, listando o total dos atendimentos de pacientes por município, e classificação dos atendimentos.

Deve possuir relatórios para medição da produtividade dos profissionais, listando os atendimentos efetuados em um período com e sem observação.

Deve possuir mecanismos para o usuário criar versões personalizadas de todos os relatórios.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão da autorização de exames de média e alta complexidade

Possibilitar o cadastro de preparo de procedimentos para que seja impresso junto com o comprovante da autorização, com objetivo de informar ao paciente como se preparar para a realização do procedimento.

O SRES deve possuir cadastro de convênios com objetivo de possibilitar a diferenciação de valores de exames por convênio, e assim ser possível controlar e diferenciar valores para um mesmo exame em diferentes convênios.

O SRES deve possuir cadastro de grupos de procedimentos.

O SRES deve possuir cadastro de exames possibilitando informar código, descrição, tempo de atendimento, indicação de status, bem como possibilitar a sua ligação com o cadastro de grupo e a vinculação do mesmo com a tabela de procedimentos oficial SIGTAP.

O SRES deve possibilitar a vinculação de cada exame a grupo(s) orçamentário(s), utilizados para elaboração dos orçamentos de tetos físicos e ou orçamentário para controle das autorizações.

O SRES deve possibilitar que sejam criados exames compostos por mais de um procedimento SUS através do vínculo do procedimento SIGTAP e quantidade do mesmo para formar a composição de valor do exame criado.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



O SRES deve possibilitar a definição de tetos orçamentários anuais por município de modo que o valor mensal possa ser acumulado para o próximo mês se houver saldo não utilizado, a definição deste orçamento deve ser possível de ser lançada por grupo e ou procedimento bem como a possibilidade que o teto seja definido por quantidade e ou valor.

O SRES deve possuir mecanismo para definição de tetos orçamentários por município, prestador, unidade de saúde e profissional, atribuindo-se a eles quantidade e ou valor orçado.

Durante a autorização dos procedimentos, a aplicação deve permitir que sejam informados o nome do cidadão, a data da autorização, unidade de saúde que solicitou, unidade que autorizou, profissional solicitante, indicação de gravidez a cidadã do sexo feminino, tipo da autorização (normal, urgência ou retorno), número da requisição, exame(s), data da realização, prestador, turno, horário, quantidade e observação.

Durante a autorização o SRES deve exibir as últimas autorizações disponibilizadas ao cidadão.

Deverá possuir mecanismo para consultar o saldo disponível a ser utilizado pelo prestador selecionado a atender a mesma.

O SRES deve possuir mecanismo para criação de cronogramas de atendimento para cada exame, determinando os dias e horários em que o mesmo poderá ser marcado para atendimento pelo prestador.

Deve ser possível a criação de exceções onde as mesmas deverão bloquear autorizações com base na exceção criada.

Durante o processo de autorização a aplicação deverá obedecer rigorosamente aos tetos orçamentários definidos, não permitindo os mesmos sejam ultrapassados.

O SRES deve possuir mecanismo de controle que obrigue os prestadores registrarem os exames realizados com opção para anexar o laudo eletrônico do exame realizado, permitindo o controle do pagamento de cada prestador com base nos exames realizados.

O SRES deve permitir, de modo que ser configurado se desejável, que sejam autorizados exames sem que seja indicado o prestador que irá realizá-los, de modo a garantir a livre escolha do cidadão do prestador.

O SRES deverá possibilitar a busca de solicitações realizadas pelo profissional em seu atendimento no prontuário eletrônico, restando ao operador a tarefa de confirmar os procedimentos a serem autorizados, a escolha do prestador em que será realizado data e hora.

Deverá possibilitar por meio de configuração prévia do sistema que a autorização possa ser atendida apenas por completo e sempre utilizando o mesmo prestador para atendimento total da requisição.

Deverá ser possível o cancelamento por completo de uma requisição que ainda não tenha sido atendida pelo prestador, bem como a sua replicação por completo para outra data.

O SRES deverá possibilitar a configuração de bloqueios de procedimentos e ou grupos de procedimentos por quantidade máxima a ser autorizada, número de dias de intervalo de realização entre autorizações e ou bloqueio por não retirada do resultado por determinado tempo.

Deverá possuir tela para gerenciar os cidadãos que estejam com procedimentos bloqueados de maneira que operador autorizado possa realizar a liberação.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



O SRES deverá possibilitar a contratante que personalize o layout do impresso de autorização podendo o layout ser diferenciado por prestador.

O SRES deverá disponibilizar mecanismo para confirmação de realização dos procedimentos autorizados e executados pelo prestador, bem como a possibilidade do mesmo anexar resultados, mediante chave de confirmação impressa na autorização entregue ao cidadão.

O SRES em sua funcionalidade de confirmação de realização pelo prestador, deverá listar as autorizações que contenham o prestador previamente definido na autorização ao seu executante, bem como possibilitar a busca de autorizações utilizando filtros como número de autorização ou cidadão, tanto para as autorizações com prestador pré definido ou não.

Deverá possibilitar a configuração de tempo (em dias) limite para que o prestador possa confirmar a realização dos procedimentos bem como este tempo(dias) poder ser contado tanto pela data da sua autorização quanto pela data do lançamento da mesma.

Deverá possibilitar a configuração da aplicação de modo que a mesma realize automaticamente o cancelamento das autorizações que não tenham sido confirmadas pelo prestador até o prazo limite para a confirmação, bem como permitir que seja configurado que ao realizar os cancelamentos o SRES retorne o saldo das mesmas aos seus respectivos orçamentos e fiquem disponíveis para serem utilizados por novas autorizações.

Possuir minimamente os seguintes relatórios:

Procedimentos autorizados por paciente;

Procedimentos autorizados por prestador;

Procedimentos autorizados por unidade solicitante;

Procedimentos autorizados por unidade autorizadora;

Saldos dos orçamentos (por unidade solicitante ou autorizadora e prestador ao menos)

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão farmacêutica e de estoques, incluindo controle logístico para dispensação domiciliar de materiais e medicamentos

O sistema deverá possuir controle de medicamentos constantes das listas da Portaria SVS/MS/Nº344, de 12 de maio de 1998 /98 (ANVISA) e suas alterações.

Possuir cadastro de fornecedores contendo minimamente o CNPJ, data do cadastro, razão social, dados de endereço (logradouro, bairro, complemento, cidade, CEP, uf), telefone, e-mail, nome do responsável. Deve ainda haver a possibilidade de indicar se o mesmo fornece medicamentos controlados, seu número de alvará, número da licença, número da licença especial e o tipo do fornecedor (Distribuidora, indústria, farmácia ...).

Deve possuir cadastro de Motivos de Acertos de Estoque, contendo minimamente a descrição.

Deve possibilitar o cadastro de fabricantes, contendo minimamente os campos de descrição, CNPJ, razão social, dados para endereço (logradouro, bairro, complemento, cidade, Cep, uf), telefone, e-mail, nome do responsável.

Possuir cadastro de centro de custo, contendo minimamente a descrição, CNPJ e o CNES.

Possuir cadastro de listas de entorpecentes, assim como de suas versões.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Deve possuir cadastro de DCB's (Denominação Comum Brasileira), contendo minimamente, a descrição, o código e a lista de entorpecentes.

Permitir cadastrar grupos e subgrupos para os materiais.

O sistema deve permitir identificar quando o material é do tipo medicamento.

O sistema deve permitir definir os materiais e medicamentos que necessitam de controle por lote e validade.

Deve permitir gestão de estoque dos materiais/medicamentos com controle por lote e validade, permitindo identificar o fabricante, o lote a data de validade e a quantidade em estoque para cada Equipamento.

Deve possibilitar que seja definido quais medicamentos que necessitam de preenchimento do laudo LME, e caso seja dado baixa nesses medicamentos, permitir o operador a imprimir o laudo LME (imprimir recibo de dispensação do medicamento).

Deve permitir que sejam cadastradas as diversas formas nas quais o medicamento pode estar disponível para consumo.

Deve permitir identificar um material/apresentação do sistema, com um material da catalogação dos materiais (CATMAT)

O sistema deve permitir identificar um material/apresentação, com um procedimento da tabela SIGTAP.

Deve possuir mecanismo para informar os estoques mínimos para material, apresentação em cada ponto de distribuição de materiais/medicamentos em funcionamento na contrat ante, e permitir alertar o operador que realiza as baixas dos materiais, quando o mesmo atingiu o limite de estoque.

Deve possuir cadastro de competências específicas para o gerenciamento de estoque.

Permitir definição da administração, para quantidade máxima de dias de atraso que pode registrar uma compra (com base na data da compra).

Permitir definição da administração, para quantidade máxima de dias de atraso que pode registrar uma saída (com base na data da saída).

Permitir definição da administração, para quantidade máxima de dias de atraso que pode registrar uma transferência (com base na data da transferência).

Deve possuir mecanismo para controle de patrimônio, contendo os minimamente as seguintes informações: número do patrimônio, data da garantia, número da nota fiscal, material, fornecedor, unidade de saúde, centro de custo, localização, indicação se o mesmo foi baixado, data da baixa e campo para observações.

Deve permitir o gerenciamento e controle de medicamentos de rotina, contendo minimamente a data e hora, cidadão, o medicamento, observação e quantidade a ser dispensada.

Possuir rotina para pesquisa da posição de estoque utilizando filtros como competência inicial e final, material/forma de apresentação e ponto de distribuição.

Deve possuir mecanismo para gerenciamento entrega parcial de medicamentos por licitação contendo minimamente as informações de Data da Licitação, número, item da licitação (Material/Medicamento),



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



quantidade, valor unitário, fornecedor e campo para observações.

O sistema deve permitir o ponto de distribuição de trabalhar com utilização de etiquetas de códigos de barra, e permitir o desenvolvimento padronizados desses modelos de etiqueta a ser utilizado.

O sistema deve dispor de mecanismo de impressão de etiquetas informando minimamente o material/apresentação, fabricante, lote/validade e quantidade.

Deve possuir controle de entrada e compras de Materiais e Medicamentos com base na nota de compra, contendo minimamente as seguintes informações: data da entrada, ponto de distribuição a onde está sendo realizada a entrada, fornecedor, licitação, data da compra, número da nota fiscal, série, valor de frete, valor de acréscimo, descontos, lista como os materiais/medicamentos, centro de custo, fabricante, a quantidade e o valor total do material/medicamento.

Deve possuir mecanismo para aceitar entrada de materiais e medicamentos recebidos através de doações.

O sistema deve possuir mecanismo que não permita o lançamento de valores e quantidades incorretas com base nas informações da nota fiscal de entrada.

Para toda compra de materiais/medicamentos, o sistema deve dispor da emissão do extrato da compra.

Deve possuir mecanismo para fechamento/encerramento de lançamentos dos itens da compra, e cálculo do custo médio de cada um dos itens que fazem parte da nota de compra.

Deve possuir na compra recurso para atender a uma requisição de compra de materiais/medicamentos.

Deve possuir mecanismo de requisição de materiais para que os pontos de distribuição possam solicitar os materiais e medicamentos que julgarem necessários, contendo minimamente as informações de data da requisição, qual unidade de saúde que está solicitando a compra, e a quantidade e itens de materiais/medicamentos.

O sistema deve possibilitar o cadastro das licitações realizadas, permitindo cadastrar o número da licitação, data, observações, e os materiais/medicamentos pertencentes a essa licitação, contendo minimamente as informações de nome do material/medicamento, quantidade, valor unitário, valor total, número de parcelas e o fornecedor.

O sistema deve permitir a entrada no estoque a partir de uma licitação, contendo um mecanismo ou funcionalidade que neste tipo de entrada de itens no estoque, não permita o operador lançar quantidade do material/medicamento ou valor diferente do registrado na licitação.

Deve possuir mecanismo para gerenciamento de entrega parcial de medicamentos por licitação contendo minimamente as informações de Data da Licitação, número, fornecedor, item da licitação (Material/Medicamento), quantidade total, valor unitário, quantidade entregue, quantidade restante e número de parcelas totais e número de parcelas entregues.

A aplicação deve possuir funcionalidade para geração da transferência dos materiais e medicamentos solicitados pelos pontos de distribuição, com base na requisição de abastecimento.

Deve possuir relatório de abastecimento dos pontos de distribuição, mostrando minimamente as informações de consumo, quantidade em estoque e estimativa do número de dias que o estoque atual conseguirá suprir com base no consumo.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



O sistema deve possuir mecanismo de conferência das transferências realizadas entre pontos de distribuição de materiais/medicamentos do município.

O sistema deve dispor de impressão dos itens de uma nota de transferência, contendo minimamente as informações de: material/medicamento, unidade, quantidade.

O sistema deve permitir registrar a devolução de materiais/medicamentos para o fornecedor, identificando qual o fornecedor, a data da devolução, os materiais/medicamentos, quantidade, validade caso houver e o motivo da devolução. O sistema deve possuir mecanismo que só permita devolver itens de compras/entradas realizadas pelo fornecedor informado.

Deve permitir fazer a devolução de uma saída de materiais/medicamentos, contemplando minimamente as informações de Data, cidadão ou centro de custo, e os materiais/medicamentos quantidade e validade caso houver. O sistema deve possuir mecanismo que só permita devolver itens de saídas/dispensação realizadas para o cidadão ou centro de custo informado.

O sistema deve conter mecanismo para que possam ser realizados acertos de estoque em cada ponto de distribuição contendo minimamente as informações de data do acerto, motivo, material/medicamento, unidade, data da validade, quando necessário, a quantidade real em estoque e um campo de texto livre para observações.

O sistema deve permitir o operador cadastrar e gerenciar as receitas do cidadão, contendo minimamente as informações de: cidadão, profissional da receita, data da receita, data de validade da receita, e lista de materiais/medicamentos prescritos, contendo o nome/apresentação do material/medicamento, quantidade prescrita, a quantidade máxima que o cidadão pode retirar por vez, a posologia, a quantidade já entregue do medicamento e disponibilizar o salto por item.

Deve possuir mecanismo para registro das dispensações de materiais e medicamentos para os cidadãos deve possuir minimamente as informações de ponto de distribuição onde a baixa foi realizada, data, número da receita, cidadão, profissional e programa. Nos itens de dispensação deve ser possível registrar as seguintes informações: material e sua forma de apresentação, lote de validade, quantidade, quantidade prescrita, duração.

Na tela de dispensação de materiais/medicamentos, a aplicação deve permitir encontrar o cidadão (cadastrado no sistema) com base em qualquer uma das informações: nome, sobrenome, cartão sus, nome da mãe e data de nascimento.

Permitir realizar baixas de materiais e medicamentos para centro de custo.

Permitir realizar baixas de materiais pelo código de barras (deve permitir definir o código de barras na apresentação do material/medicamento).

O sistema deve possuir identificador de medicamentos controlados de acordo com a lista de entorpecentes a qual o medicamento controlado pertence, obrigando em uma dispensação deste tipo de medicamento que o operador indique a data e número da receita e o número da notificação.

Na dispensação de medicamentos para o cidadão, o sistema deve avisar/alertar o operador de quando o cidadão estiver retirando um medicamento antes da data prevista para sua retirada.

O sistema deve disponibilizar um comprovante de baixa/saída dos materiais/medicamentos.

Na tela de dispensação de medicamentos para o cidadão, o sistema deve possuir mecanismo para que sejam



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



consultadas as últimas dispensações de medicamentos realizadas para o cidadão que está sendo atendido.

Deve permitir o operador que realizará a dispensação/baixa de medicamento para o cidadão, visualizar os últimos medicamentos entregues ao cidadão.

Deve possuir mecanismo para registro dos materiais/medicamentos solicitados e não disponíveis nos pontos de distribuição, contendo minimamente as informações de: qual o ponto de distribuição, data da demanda, cidadão, centro de custo, material/medicamento, quantidade em estoque, quantidade a ser dispensada e quantidade reprimida.

Deve permitir identificar quais os pontos de estoque que podem realizar entradas, limitando a funcionalidade para apenas esses pontos de estoque.

Deve possuir parâmetro para indicar se é possível que o ponto de distribuição possa inserir uma saída de material/medicamento, sem informar o cidadão, apenas informando o centro de custo.

Deve possuir parâmetro para indicar se é possível que o ponto de distribuição possa inserir uma saída de material/medicamento, sem informar o cidadão nem o centro de custo.

Permitir o gestor do sistema obrigar a informação do profissional que recebeu o medicamento, durante a dispensação do mesmo.

O sistema deverá possuir rotina para acompanhamento de medicamentos vencidos, contendo minimamente as informações de Equipamento de saúde, material/medicamento, fabricante, validade e quantidade.

Deve possuir parâmetro para indicar se o tempo de utilização do material/medicamento vai ser obrigatório informar no cadastro de uma saída ou dispensação.

O sistema deve disponibilizar um mecanismo que identifique no momento do lançamento de uma dispensação, que o material/medicamento, não está disponível em estoque, podendo o operador, lançar a demanda reprimida sem ter que trocar de tela.

Permitir o administrador de estoque configurar se o sistema permitirá ou não aceitar acertos de estoque com datas retroativas.

Permitir o administrador de estoque configurar se o sistema permitirá ou não a transferência de medicamentos vencidos.

Permitir o administrador de estoque configurar se o sistema deve emitir um aviso ao operador, assim que o material/medicamento atingir sua quantidade mínima em estoque.

O sistema deve possuir rotina para acompanhamento dos medicamentos com estoque abaixo da quantidade mínima.

Possibilitar o controle dos antimicrobianos em conformidade com os padrões da ANVISA.

Possuir mecanismo ou funcionalidade que permita importar o arquivo de produtos disponibilizados pelo Web Service Base Nacional da Assistência Farmacêutica.

O sistema deve disponibilizar a funcionalidade de integração com o sistema da Base Nacional da Assistência



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Farmacêutica.

O sistema deve possuir relatório de balancete demonstrativo físico dos materiais/medicamentos.

O sistema deve possuir relatório de balancete demonstrativo financeiro dos materiais/medicamentos.

O sistema deve dispor de relatório de análise de consumo de materiais/medicamentos dos cidadãos em um determinado período.

O sistema deve dispor de relatório de análise estatístico curva ABC.

Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório a movimentação de estoque de um Equipamento de saúde em um determinado período.

Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório o total de materiais/medicamentos em estoque para cada Equipamento de saúde.

Deve dispor de relatórios básicos de compras, saídas, transferências, acertos do estoque, e validade dos materiais em estoque.

Deve possuir mecanismo para cadastramento dos cidadãos em programas de distribuição domiciliar de medicamentos e materiais.

Deve possuir funcionalidade para cadastramento das receitas do cidadão, permitindo incluir materiais e medicamentos com suas respectivas datas de validade.

Deve possuir campos para identificar a data de cadastro dos pacientes em cada programa, a data de atualização dos seus dados em cada programa bem como a data da baixa de cada paciente em cada programa.

O sistema deve possuir locais para informação do número da renovação da receita em cada programa, competência da receita e competência da validade.

A funcionalidade deve permitir o gerenciamento de receitas do cidadão, permitindo sua renovação por um período determinado.

Deve possuir mecanismo para geração de roteiros de entrega de medicamentos para os pacientes inseridos em ações programáticas por programa de saúde, bairro, rua, paciente e período de validade.

Deve possuir funcionalidade para geração dos pacotes a serem entregues para cada paciente contendo seus materiais e medicamentos.

A montagem dos pacotes deve ser feita através de um processo de linha de montagem, visando otimizar o fluxo de trabalho, de forma a atender ao menos as seguintes etapas:

Geração dos pacotes;

Confecção dos pacotes;

Conferência dos materiais;

Registro da dispensação do pacote para o entregador;

Registro da entrega do pacote ao destinatário.

Deve permitir que todas as etapas da montagem do pacote sejam registradas com validação minimamente de um



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



dos itens:

Utilização de login e senha;
Utilização de biometria.

Deve permitir que mais de um roteiro seja criado com os mesmos filtros, inserindo nele apenas as receitas ainda não atendidas por roteiros anteriores.

Deve possuir funcionalidade para emissão dos recibos de entrega para cada paciente contendo no mesmo informações sobre os medicamentos e materiais contidos no pacote.

Deve possuir funcionalidade para baixa automática do estoque dos materiais e medicamentos contidos nos pacotes entregues.

Deve possuir mecanismo para acompanhar através de mapas os locais onde são entregues os medicamentos.

Deve possuir recurso para baixas em lotes sem a geração de pacotes para itens que não se enquadram na geração de pacotes, efetuando a geração automática da baixa contendo as seguintes funcionalidades:

Listagem de cidadãos do processamento;
Rotina de processamento (baixa) dos itens do estoque;
Relatório de itens dispensados por cidadão;
Relatório de itens que não foi possível efetuar a baixa.

Deve permitir a inativação dos cadastros de cidadãos nos programas, evitando a geração de pacotes a cidadãos que não estão mais no programa.

Deve prover relatórios para extração minimamente das seguintes informações:

Previsão de consumo de itens para montagem de pacotes;
Pacotes não entregues por falta de estoque;
Previsão de entrega de itens para cidadãos;
Roteiro e entrega;
Saldo de estoque de itens para montagem;
Validades das receitas.

O sistema deve possuir funcionalidade ou mecanismo para controle de processos judiciais, contendo minimamente as informações de número do processo, data de abertura, cidadão, equipamento de saúde de cobertura e campo para observações.

Deve permitir que os processos sejam classificados segundo sua situação.

No cadastro do processo judicial, deve dispor de campo para definição da patologia, data do pedido, data de recebimento, número da regional e indicativo do despacho (União, Estado ou Município).

Deve permitir que seja informado para cada processo se o mesmo gera algum tipo de bloqueio, se gera algum tipo de multa, sendo neste caso possível informar também o valor da multa.

Para o controle dos processos judiciais, o sistema deve possuir campos para informação dos dados do advogado, sendo possível informar nome do advogado responsável, número na OAB e telefone.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Deve possuir campo para indicar se o processo encontra -se ativo ou inativo, e caso o processo esteja inativo, o operador deverá informar o motivo de inativação do processo e a data de fechamento.

O sistema deve dispor de cadastramento dos materiais/medicamentos que serão identificados nos processos judiciais.

Para um processo judicial, deve permitir cadastrar todos os materiais/medicamentos referentes ao processo.

O sistema deve possibilitar o operador a cadastrar para cada material/medicamento definido no processo, as informações de quantidade, valor unitário, desconto, identificar se é de uso contínuo, identificar se é genérico, por quem será fornecido e um campo para observações.

Deve permitir definir a situação do material no processo judicial.

Deve possuir mecanismo para gerenciamento das entregas de medicamentos judiciais contendo minimamente as informações de material/medicamento, data da última entrega, data da próxima entrega, quantidade do processo, saldo e quantidade atual em estoque, para cada item de material/medicamento contido no processo.

O sistema deve permitir que os operadores de dispensação de medicamentos, ao identificar um cidadão para dispensação que possui processo judicial, consigam visualizar os materiais/medicamentos do cidadão em processos judiciais, dispondo minimamente as informações de: material/medicamento, e a quantidade.

Deve possuir mecanismo para impressão de comprovantes de entrega dos itens contendo os materiais e medicamentos dispensados.

O sistema deve possibilitar em forma de relatório gerencial, a verificação das informações dos processos judiciais, disponibilizando a informação do cidadão, o número do processo, a data de abertura, os materiais/medicamentos e sua quantidade.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Prontuário eletrônico Multiprofissional e certificação digital

Deverá permitir a realização de acolhimento sob demanda, sem a necessidade de haver uma consulta ou agendamento prévio sendo necessário apenas identificar o cidadão através do seu cadastro na aplicação.

A solução deve permitir que os pacientes a sem acolhidos sejam pesquisados ao menos por: nome, sexo, data de nascimento, nome da mãe, CPF, CNS com ao menos três destas informações simultaneamente.

Deve possuir registro do peso, estatura, quadril, cintura, temperatura, pressão arterial, frequência respiratória, frequência cardíaca, pulsação, saturação de O₂, saturação CO₂, circunferência braquial e percentual de gordura cutânea, além de registrar o valor de glicemia, informando se o exame foi feito em jejum ou se é pós-prandial, data e hora das coletas.

Deve gerar o IMC com base nas leituras realizadas considerando sexo e faixa etária do paciente conforme manual do SISVAN.

Quando paciente em questão for uma criança a solução deve permitir o registro de perímetro cefálico e torácico, situação vacinal e tipo de aleitamento.

Caso o paciente em atendimento seja mulher em idade fértil, a aplicação deve registrar se a mulher está



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



gestando, caso sim, registrar a data da última menstruação, peso pré-gestacional, altura uterina, toque vaginal, batimentos cardíacos do feto, posição do colo, data provável do parto, se a gestação é planejada, se é gestação de risco bem como criar acompanhamento através de controle gestacional alertando outros profissionais de que esta paciente está em acompanhamento gestacional.

Possuir funcionalidade para registro das anotações de enfermagem e das queixas do paciente.

Todas as informações que caracterizem realização de procedimentos realizados durante o acolhimento deverão automaticamente gerar produção ambulatorial (BPA).

A aplicação deve possuir mecanismo para digitação de produção, de maneira que o profissional possa pesquisar todos os procedimentos compatíveis segundo regras do SIGTAP, podendo registrar a execução de quaisquer procedimentos permitidos.

A solução ofertada deve possuir mecanismo para que sejam listados ao profissional, durante o atendimento, procedimentos previamente relacionados aos seu CBO, agilizando assim a indicação dos procedimentos realizados pelo profissional no atendimento.

A aplicação deve possuir gráfico para acompanhamento do perímetrocefálico e peso corporal de crianças, para adultos gráfico de acompanhamento de peso/altura, glicemia e pressão arterial, evolução do IMC, evolução da frequência respiratória/pulsação e para evolução cintura/quadril.

Deve permitir que o profissional realize a classificação de risco do paciente.

A solução deve possuir mecanismo ou funcionalidade para coletar todos os dados necessários para alimentação dos dados do e-SUS durante o atendimento dos pacientes, sem que haja necessidade de nova alimentação de informações.

O atendimento do acolhimento deve permitir que seja registrado em destaque no prontuário dados relevantes a todos os atendimentos subsequentes, de modo que estas informações sejam exibidas em destaque a partir do momento do seu registro.

A solução deve permitir a emissão de declaração de comparecimento, contendo, no mínimo, informações de data, horário inicial, horário final e observações, além de registrar se o paciente estava acompanhado.

Deve haver interoperabilidade com o painel de avisos e quando o profissional acessar o prontuário através da fila de atendimento o paciente deverá ser chamado pelo painel indicando o consultório onde o profissional se encontra.

Deverá possibilitar a parametrização de funcionalidade que permita que o profissional possa alterar a data e hora do atendimento, de forma a ser mantida a data e hora de registro dos mesmos.

Deverá possibilitar lançamento em forma de lista de problema no prontuário eletrônico de maneira que um problema possa evoluir ou ser mesclado em um novo ou então em outro já existente.

Na lista de problemas deve ser possível registrar:

Descrição do problema;

Terminologia relacionada;

Indicação de ser agudo ou crônico, minimamente



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Observações;

Tempo de ocorrência.

Deve ser possível informar se um problema está sendo tratado no atendimento atual;

Deve gerar um novo problema com base no selecionado.

Deve ser possível mesclar problemas existentes.

Deve possibilitar a informação de alergias do paciente através de cadastro de alergias, bem como apresentar a informação referente a alergia em todos os atendimentos realizados ao paciente bem como indicação de alergia em caso de medicamentos indicados e que possam reagir a alergia e que estejam previamente cadastrados e vinculados a alergia em questão.

Deve permitir que as informações coletadas durante o atendimento sejam armazenadas no formato SOAP (Subjetivo, Objetivo, Avaliação e Plano), deve ainda sugerir CIDs na seção Avaliação, bem como sugerir CIAP2 em todas as seções do SOAP.

Deve possuir o registro de anamnese conforme resolução 2056 de 2013 do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Permitir a elaboração de questionários personalizáveis para serem sugeridos aos profissionais conforme seu CBO no atendimento.

A solução deve estar adequada às regras do e-SUS, coletando todas as informações necessárias para alimentação das fichas do e-SUS durante os atendimentos dos pacientes, bem como possibilitar a obrigatoriedade de preenchimento das mesmas conforme configurações prévias.

Permitir o preenchimento das fichas de atendimento do e-SUS, sendo estas a Individual, Odontológica, de Procedimentos, Síndrome neurológica por Zika/Microcefalia e Consumo Alimentar, sem a necessidade de sair do atendimento atual pelo prontuário eletrônico e atendendo às regras estabelecidas pelo e-SUS para a compatibilização.

Consultar e registrar as informações e ações do paciente quanto a Atenção Domiciliar referente ao Registro de Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS);

Consultar e registrar as informações e ações do paciente quanto a Atenção Psicossocial referente ao Registro de Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS);

Deve possuir campo específico para registro de informações que o profissional julgar importantes, estas informações deverão ser mostradas em destaque durante os atendimentos.

Deverá possuir campo para informar as queixas do paciente.

Deve possuir local para registro das anotações de enfermagem.

Possibilitar o registro de informações referentes a Exames Físicos de modo que possa ser informado dados gerais do exame contendo:

Campo texto para descrição do Aspecto;

Campo texto para descrição da Postura corporal;



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Campo texto para descrição da Cor da pele;

Todos os campos devem possuir a possibilidade de informar codificação CID-10 ou CIAP-2;

Deve possuir local para registro da Avaliação antropométrica e Aferições vitais contendo a mesma estrutura utilizada para o preenchimento do acolhimento descrito anteriormente.

Deve possuir funcionalidade para registro da propedêutica com a possibilidade de registro de data e hora fracionada (mantendo a data e hora do registro), com campos de texto livre para informar no mínimo os seguintes dados e suas respectivas avaliações:

Cabeça e pescoço;

Boca, nariz, faringe e laringe;

Olhos;

Sistema auditivo;

Sistema nervoso;

Sistema respiratório;

Sistema circulatório/vascular;

Sistema digestório;

Sistema gênito-urinário;

Pele, mucosas e anexos;

Sistema musculoesquelético;

Sistema endócrino;

Saúde mental.

Deve apresentar lista dos acolhimentos lançados ao paciente.

Deve possuir campo para anotação específica do profissional, estas anotações não devem aparecer em impressões e são de utilização exclusiva do profissional sobre o paciente em atendimento.

Deve haver possibilidade de compartilhar a anotação registrada com outros profissionais, CBOs e ou formas de atendimento.

Deve possuir campo de texto livre para informar planos terapêutico, preventivo, Hipótese Diagnóstica e prognóstico.

Deve possuir recurso para informar terminologias CID-10 e CIAP-2.

Quando CID notificável a solução deve exibir alerta ao profissional e registrar dados para preenchimento da ficha de notificação com opção de escolha para preenchimento imediato ou posterior.

A terminologia deve ser populada automaticamente com dados coletados anteriormente como por exemplo a informação de CID e ou CIAP nas seções anteriores.

Quando do preenchimento de ficha de notificação, nesta já deve estar informados os dados básicos do paciente e da notificação, cabendo ao profissional informar os dados necessários.

Deve possuir campo de texto livre para informar o serviço.

Deve possuir a funcionalidade de escolher e solicitar Testes Rápidos previamente definidos, emitindo a solicitação dos mesmos, bem como possibilitar o lançamento de resultado dos exames que tenham sido



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



realizados.

A solução deve possuir funcionalidade para emissão de solicitações de exames com registro do profissional solicitante, data, observações, dados clínicos, materiais a examinar e exames a serem realizados e resultados.

O mecanismo de solicitação de exames deve permitir que sejam criadas solicitações padrões de exames agilizando o processo de emissão da solicitação.

Deve possuir funcionalidade para registro de resultados de qualquer exame realizado pelo paciente.

Deve permitir vincular o resultado digitado do exame com o exame solicitado, permitir lançamento de resultados de exames realizados com ou sem solicitações existentes, controle do estado da solicitação de exame (solicitado, realizado ou avaliado), bem como possibilitar o envio de anexos referentes a imagens e laudos de resultados de exames, bem como a possibilidade de recuperação dos mesmos para avaliação.

Deve disponibilizar automaticamente no prontuário os resultados de exames que tenham sido realizados pela própria aplicação.

As solicitações ao serem impressas devem respeitar os vínculos de grupos de exames para que as mesmas saem separadas de forma que cada solicitação impressa possua apenas exames do mesmo grupo.

Deve possuir funcionalidade para requisição de exames de mamografia, requisição de exame histopatológico de colo de útero e exame citopatológico de colo de útero com emissão dos formulários padrões da contratante.

Deve possuir recurso fora do prontuário para registro de resultados de exames, permitindo assim que profissionais técnicos não autorizados a visualizar o prontuário do paciente também possam registrar estas informações.

Deve possuir mecanismo para emissão de receitas de medicamentos com funcionalidade para pesquisa em receitas padrões pré-cadastradas, identificando o medicamento, quantidade, via e posologia.

Deve possuir funcionalidade para cadastramento de receitas padrões agilizando o processo de criação do receituário.

O mecanismo de controle do receituário deve permitir que várias receitas sejam emitidas durante o atendimento do paciente.

Deve emitir receita normal, controlada e de controle especial de acordo com os medicamentos inseridos pelo profissional;

Deve conter mecanismo a fim de possibilitar profissional solicite informações a outro profissional de maneira que o profissional solicitado seja informado sobre o questionamento e possa responder ao profissional solicitante, que receberá aviso de recebimento do retorno do seu questionamento, podendo este questionamento ser finalizado

Sistema deverá prover alerta de itens do componente especializado, LME, para emissão de laudo padronizado para a solicitação e autorização dos mesmos, bem mecanismo para preenchimento dos mesmos.

No receituário o profissional deve poder verificar quais medicamentos possui na rede de saúde, bem como se o mesmo pertence a lista de medicamentos básicos, porém deve haver a possibilidade do lançamento de medicamentos que não sejam encontrados na rede municipal de saúde.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Deve ser possível identificar o medicamento como sendo de uso contínuo na receita a ser emitida ao paciente, bem como demais informações como, via de administração, quantidade e posologia.

Deve possuir recurso para exibir e adicionar medicamentos ativos que o paciente está utilizando.

Deve exibir lista de medicamentos dispensados para o paciente nas unidades de saúde de toda a rede municipal integrada ao sistema.

Deve possuir funcionalidade para emissão de atestado contendo número de dias, número de horas, data do atestado, acompanhante (caso atestado de acompanhante), observações e opção para indicação se o CID deverá ou não ser impresso.

Possibilitar a criação de layout personalizado para a emissão do atestado.

Deve possuir funcionalidade para emissão de encaminhamentos com registro da especialidade, indicação de urgência, indicação para impressão ou não do CID e campo para descrição do motivo.

Deverá permitir através de parametrização a possibilidade de encaminhamento para profissional registrado na rede municipal.

No prontuário médico multiprofissional deve haver a possibilidade de criação de prescrição médica para paciente em observação, permitindo que sejam listados o medicamento, sua administração, posologia e horário da administração com campo para checagem de realização do mesmo.

Deve possuir mecanismo de consulta as imunizações recebidas pelo paciente bem como mecanismo que possibilite o lançamento de imunização ao paciente a partir do atendimento do mesmo.

Deve possuir impressão de "Termo de Consentimento Informado" para assinatura do paciente com opção para indicar se paciente assinou durante o atendimento.

Deve possuir mecanismo para geração da produção ambulatorial com verificações para que não sejam gerados procedimentos não compatíveis com as regras do SIA e possibilidade de inclusão de procedimentos extras que venham a ser realizados, registrando o profissional, grupo, procedimento, quantidade, CBO e CID10 do atendimento realizado.

Deve possuir recurso de lista de procedimentos que serão exibidos de acordo com parametrização por CBO com opção de informar os realizados e ação para confirmação da produção destes procedimentos.

Deve permitir o acesso as informações registradas durante o processo de triagem dos pacientes.

Possuir funcionalidade para impressão da ficha clínica do paciente e de seu prontuário do atendimento atual ou completo.

Na impressão do prontuário deve ser registrar o objetivo, para quem foi entregue, qual foi o profissional que gerou, data e hora, número do documento da pessoa que retirou, campo para informar se o retirante apresentou documento e observações e emissão de recibo para assinatura.

Deve possuir mecanismo para informar o desfecho onde a data deve permitir informar fracionada, poder escolher uma classificação de especialidade referente ao atendimento caso não tenha sido informado no início, deve permitir informar o tipo de desfecho cadastrável, campo para informar se foi verificado por médico



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



responsável e campo para registrar observações do desfecho do atendimento.

Deve permitir assinar digitalmente em meio eletrônico os documentos do atendimento com a utilização de certificado eletrônico válido ICP-Brasil.

Esta assinatura assinará os dados salvos no banco de dados impossibilitando sua alteração, garantindo desta forma a invalidação das informações caso estes dados sejam alterados indevidamente.

Deve possuir ação para validar se o atendimento assinado digitalmente é válido e não sofreu ou adulterações.

O documento somente poderá ser assinado por profissional detentor de certificado digital válido ICP-Brasil.

O certificado a ser utilizado deve estar vinculado em seu cadastro, que no momento do registro será validado através do seu CPF.

O certificado a ser utilizado não pode estar expirado.

O certificado a ser utilizado não pode estar com problemas de integridade.

O certificado a ser utilizado não pode estar revogado.

Deve no momento da assinatura exibir o documento que será assinado para conferência e validação do profissional assinador.

Deve possuir recurso para o profissional efetuar o gerenciamento de atendimentos não assinados e possa assiná-los caso não os tenha conseguido no momento do atendimento.

Deve possuir registro administrativo para gerenciamento de assinaturas não efetuadas.

Deve possuir delegação de poder para registro de dados no prontuário de modo que o atendimento seja assinado posteriormente pelo responsável que delegou poderes ao usuário.

A solução ofertada deve possuir mecanismo de assinatura digital de registro eletrônico em saúde certificado de acordo com o Manual de Certificação para S-RES v4.2 (Edição 2019 ou mais recente) SBIS/CFM (Sociedade Brasileira de Informática em Saúde / Conselho Federal de Medicina) certificado nos Requisitos do Nível de Garantia de Segurança 2 (NGS2).

Os componentes do módulo devem estar aderentes ao DOC-ICP-155, da ICP-Brasil, que trata sobre a normalização de assinatura digital, para o padrão de "assinatura digital com referências básicas (AD-RB)", sendo recomendado a utilização do padrão de "assinatura digital com referências para validação (AD-RV), com os objetos referenciados estando no domínio da instituição, ou padrão de "assinatura digital com referências completas (AD-RC)"

Todas as funcionalidades do módulo devem ser disponibilizadas em componentes modulares distintos, que permitam assinar, validar as assinaturas digitais, verificar e validar certificados no momento da assinatura.

Todos os componentes do módulo devem ser capazes de permitir a geração, visualização e armazenamento de registro eletrônico (LOG) dos procedimentos executados bem como das informações pertinentes ao usuário e rede, para fins de auditoria.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Deverá dispor minimamente as seguintes funcionalidades:

Assinador para geração de assinatura digital em documentos eletrônicos;

Verificador para verificar validade de assinatura digital em documentos eletrônicos;

Validador para verificar validade de certificado digital e sua correspondente cadeia de certificação;

Deve gerar assinaturas simples, coassinaturas e contra-assinaturas no padrão CMS Advanced Electronic Signature - CADES de acordo com o DOC-ICP 15.03.

Deve gerar assinatura digital seguindo todas as políticas de assinatura definidas pela ICP-Brasil no DOC-ICP 15.03:

Deve verificar a validade do certificado digital do signatário e sua correspondente cadeia de certificação no momento da geração da assinatura digital.

A Solução deverá ter a funcionalidade de gerar assinatura digital em lote de documentos de acordo com as definições da resolução nº. 76 de 31 de março de 2010 do ITI e com a segurança necessária de acordo com as definições do documento DOC-ICP-15.01 da ICP-Brasil.

Deve validar o certificado digital do signatário (válido, inválido revogado, expirado) no ato da conferência da assinatura e permitir que, para cada assinatura digital, seja visualizada a situação da verificação ou a descrição do erro caso a assinatura digital seja inválida.

Deve armazenar e alertar ao usuário sobre pendências, possibilitando a este assinar em momento futuro os documentos não assinados no momento do atendimento.

Deve possuir tela de gerenciamento para gestores, para verificação de documentos pendentes de assinaturas e seus respectivos responsáveis.

Deve permitir ao profissional a possibilidade de visualizar o documento antes de sua assinatura.

Deve permitir ao profissional selecionar em sua lista de pendências e assinar vários documentos de uma mesma vez.

Permitir planejamento do atendimento odontológico realizado através da apresentação da arcada dentária em modo gráfico com distinção entre dentes permanentes, dentes decíduos, faces entre outros.

Na arcada dentária deve usar distinção por cores entre procedimentos realizados e procedimentos a serem realizados em cada face de cada um dos dentes.

Deve permitir que o profissional clique sobre a face de cada dente e registre seu estado inicial bem como os procedimentos a serem realizados.

Deve possuir mecanismo para lançamento de procedimentos para todos os dentes.

Deve disponibilizar ao odontólogo todas as funcionalidades do prontuário do paciente.

A aplicação deve permitir que sejam selecionados um ou mais dentes para o lançamento de um ou mais procedimentos.

A solução ofertada deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a seleção de uma ou mais faces,



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



pertencentes a um ou mais dentes, para informação de um ou mais procedimentos.

O sistema oferecido deve possuir campo para indicar para cada atendimento se o mesmo foi para: 1ª Consulta Odontológica Programática; Escovação Dental Supervisionada; Tratamento Concluído; Urgência; Atendimento a Gestantes;

A solução deve possuir funcionalidade para consulta do histórico de todos os atendimentos em um único odontograma ou ainda, cada tratamento realizado em um odontograma.

A solução deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a seleção dos dentes no odontograma pelo sextante, permitindo que sejam lançados um ou mais procedimentos para um ou mais sextantes.

A solução deve permitir a seleção de dentes no odontograma por arcada superior ou inferior, permitindo que sejam lançados um ou mais procedimentos para a arcada selecionada

A solução deve permitir em casos de múltipla seleção no momento de lançamento da condição inicial ou do procedimento escolher se quantidade será aplicada para todos os dentes, para cada arcada, para cada sextante, para cada dente ou para cada face conforme o enquadramento da seleção.

A solução deverá dispor de relatórios com base no prontuário contendo minimamente:

Atendimentos por programa

Atendimentos por CID10/CIAP2

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão da rede de frio

Deverá permitir o cadastramento das doses de vacinas a serem fornecidas.

Deverá possuir o cadastro de vacinas contendo minimamente a descrição e a ordem na carteira de vacinação do paciente.

Deverá permitir o cadastramento de grupos para imunização.

O sistema deverá permitir o cadastramento das faixas etárias utilizadas na imunização, de forma personalizável, contendo minimamente a descrição, idade inicial e idade final e sexo.

Deverá possuir funcionalidade para cadastramento de imunizações, contendo minimamente a vacina, a dose, as faixas etárias e o sexo.

Deverá permitir o cadastramento dos calendários de vacinação.

Deverá possuir o cadastro detalhado de tempos para utilização nos calendários de vacinação contendo minimamente a descrição, o calendário de vacinação onde será utilizado, idade inicial em anos, mês e dia e a idade final em anos, mês e dia.

Deverá ser capaz de registrar todas as imunizações administradas ao cidadão, contendo minimamente as informações de data da aplicação, lote, validade, dose, tipo de imunobiológico e todas as demais requeridas pelo SI-PNI, ficando estas informações registradas no prontuário do cidadão.

O sistema deverá permitir o cadastramento e gerenciamento das salas/módulos de vacinação disponíveis da rede



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



municipal de saúde contendo minimamente descrição e a unidade de saúde onde está localizada.

O sistema deverá possuir controle de estoque de imunizações minimamente por lote e validade, deverá possibilitar o gerenciamento e controle de estoque por cada sala/módulo.

Deverá possuir funcionalidade para cadastramento dos tipos de baixa a serem utilizados pela imunização.

Deverá ser capaz de gerar alerta internamente no sistema, todo cidadão que possui carteira de vacinação e o mesmo estiver com qualquer vacina em atraso deve gerar um aviso/alerta para o operador, em qualquer operação e módulo do sistema.

Deverá ser capaz de cadastrar as alergias do cidadão no cadastro da aplicação da vacina.

O sistema deverá gerar aviso/alerta de todas as alergias cadastradas para o cidadão, para fins de visualização do operador, minimamente na carteira do cidadão e na aplicação de uma vacina.

Deverá controlar o calendário de vacinação incluindo intervalo mínimo e recomendado entre as doses do mesmo imunobiológico, bem como idade mínima e máxima do cidadão que pode receber a dose, sendo que a plataforma utilizará estes valores para realizar o aprazamento automaticamente das próximas doses no prontuário do cidadão.

Deverá permitir a atualização do registro de vacinação do cidadão por meio de inserção manual de registros realizados fora da rede municipal, com destaque de que se trata de atualização manual e não aplicação de imunobiológico.

O sistema deverá possuir mecanismo para gerenciamento e emissão das carteiras de vacinação utilizando cores para diferenciação entre vacinas em dia, atrasadas e futuras, contendo o número de dias restantes para aplicação e data das imunizações já realizadas.

O sistema deverá permitir o lançamento de vacinas que não fazem parte do calendário de vacinação normal do cidadão.

A aplicação deve possuir mecanismo que permita o lançamento de imunizações através de planilhas de digitação contendo minimamente o nome do cidadão, a carteira de vacinação o profissional que realizou a imunização, a vacina, dose, lote/validade e quantidade, e deve permitir firmar a situação de gestante para cidadã.

O sistema deverá possuir mecanismo para registrar as entradas de imunizações, alimentando automaticamente o controle de estoque.

O sistema deverá permitir o gerenciamento de estoque pelo gestor, permitindo realizar acerto dos valores do estoque da imunização para o lote/validade já existentes, podendo diminuir a quantidade em estoque ou aumentar a quantidade em estoque.

Deverá possuir mecanismo ou funcionalidade para controle de transferências de imunizações entre as salas/módulos de vacinação.

Deverá possuir mecanismo para gerenciamento das saídas de imunizações contendo minimamente as salas/módulos de vacinação, a data da saída, o motivo/tipo da baixa, as vacinas, lote/validade e quantidade.

O sistema deverá possuir mecanismo ou funcionalidade que permita o acompanhamento da movimentação do estoque de imunizações por salas/módulos de imunização, permitindo o gestor verificar a disponibilidade dos



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



produtos por tipo de imunobiológico, permitindo monitorar o total de imunizações utilizadas e aplicadas, as perdas físicas e perdas técnicas.

O sistema deverá ter a possibilidade de fazer o envio das aplicações ao sistema oficial do governo SI-PNI.

O sistema deverá permitir a impressão da caderneta de vacinação.

Deverá possuir relatório de balanço físico de imunizações por sala/módulo de imunização.

Deverá possuir relatório para emissão do Boletim de Imunizações.

Deverá possuir relatório de acompanhamento de imunizações por bairro.

Deverá possuir relatórios de gerenciamento com a visualização dos movimentos de estoque de mensal das imunizações.

Deverá possuir relatórios para acompanhamentos das imunizações por lote e validade.

Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório a existência de imunizações atrasadas.

Deverá permitir o gestor verificar as vacinações realizadas, e lista de vacinados por tipo de vacina.

O sistema deve disponibilizar de mecanismo para importação de dados legados do sistema SIPNI, possibilitando a importação dos cidadãos e das vacinas aplicadas por cidadão.

Deve possuir integração com RNDS para envio de vacinas COVID.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão de frotas e controle de tratamento fora do domicílio

O sistema deve possuir o cadastro de tipos de veículos.

O sistema deverá possuir campos para cadastro básico de veículo, contendo, minimamente descrição, tipo, placa, marca, número do chassi, RENAVAM, ano do veículo sua capacidade/lotação, tipo do combustível e data da validade do extintor de incêndio.

Deve permitir a criação de rotas contendo minimamente sua descrição, município de saída e município de destino.

Deve possuir cadastro para lançamento de dotações orçamentárias contendo minimamente a descrição e o número.

Deve possuir cadastro de recursos contendo minimamente a descrição e número.

O sistema deve permitir o cadastro de motoristas contendo minimamente o nome, CPF, telefone, endereço, município, complemento, CEP, tipo de veículo de condução, número da sua carteira de habilitação, categoria da carteira, data do vencimento da carteira.

A aplicação deve possuir cadastro de itens de consumo com minimamente sua descrição, unidade de apresentação e fornecedor padrão.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Deve possuir cadastro de eventos do veículo.

A plataforma deve possuir funcionalidade ou mecanismo para lançamento de eventos para cada veículo contendo minimamente sua data de criação/atualização, evento, data do vencimento, número de dias que o evento pode ser postergado, indicação se o evento foi realizado, data da realização, observações da realização e observações gerais do evento.

O sistema deve gerar aviso/alerta para o operador quando o veículo for relacionado para algum tipo de viagem durante o período de vigência de um determinado evento a ele atrelado.

Deve possuir cadastro de tipos de viagem com indicação se o tipo da viagem deve ser utilizado nos processos de TFD.

Deve possuir cadastro de tipos de despesa e adiantamentos contendo minimamente sua descrição e seu valor unitário.

Deve possuir cadastro de destinos contendo minimamente nome, município onde se localiza e telefone.

O sistema deverá possuir registro de viagem, informando minimamente data e hora da saída, data e hora prevista para retorno, tipo da viagem, auxiliar, motorista, veículo, local de destino, cidade de destino, rota, dotação orçamentária e recurso.

Nesta mesma ferramenta supracitada, deve permitir que sejam atrelados a cada viagem os cidadãos e acompanhantes com seus devidos locais de saída hora da saída, locais de destino, telefone, documentos, tipo da viagem (ida, ida e volta), acompanhantes, data do aviso ao cidadão, horário do aviso e observação.

O sistema deve permitir o gerenciamento das viagens permitindo o gestor visualizar a quantidade de vagas disponíveis por ida e quantidade de vagas disponíveis por volta.

Deve permitir no cadastro da viagem que sejam relacionados Km inicial, km final, nome da empresa (no caso de terceira) valores adiantados e km rodados.

Deve permitir que sejam lançados um ou mais adiantamentos para cada viagem, contendo minimamente o tipo do adiantamento, valor, quantidade e valor total.

A plataforma deve possuir funcionalidade ou mecanismo para lançamentos das despesas da viagem contendo minimamente a informações como data e hora de saída, data e hora da chegada, km inicial, km final, km rodado, número do documento da despesa, data da despesa, tipo da despesa, valor unitário, quantidade, total, local/fornecedor, um campo texto livre e campo indicativo permitindo informar se a viagem já foi finalizada.

Deve possuir funcionalidade para lançamento de manutenções com o veículo contendo minimamente a data da solicitação, data programada da manutenção, data previsão de conclusão, veículo, quilometragem, nome do solicitante, dados do local da manutenção (local, telefone, nome do contato na manutenção), descritivo do motivo pelo qual a manutenção está sendo requerida.

Nesta mesma ferramenta supracitada, o sistema deve permitir que sejam lançados todos os itens da manutenção contendo minimamente o nome do item, indicação se o era problema em peça original, data da próxima troca, km da próxima troca, número do documento, quantidade, valor unitário, valor total e campo livre para observações.

A aplicação deve possuir mecanismo para lançamento de acordos de manutenção com o fornecedor contendo



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



minimamente a data da entrega, indicação se o acerto foi finalizado, item, data da próxima troca, km da próxima troca, documento, quantidade, valor unitário, valor total e observações.

Deve possuir mecanismo para lançamento de gastos gerais com veículo por tipo de gasto, incluindo a data da autorização, fornecedor, veículo, quilometragem, motorista, documento de referência, item, quantidade, valor e indicação se o mesmo foi autorizado ou cancelado.

A aplicação deve possuir mecanismo para gerenciamento dos saldos com cada fornecedor, levando em consideração os valores creditados a ele e os gastos realizados com cada um em quantidade e valor.

O sistema deve permitir adicionar créditos ao fornecedor contendo minimamente a data, o fornecedor, qual o item ao qual o crédito é realizado, valor e quantidade.

O sistema deve possuir mecanismo para gerenciamento de solicitações de ambulância contendo minimamente a data da solicitação, data e hora da saída, cidade de destino, local de destino, veículo, motorista, pacientes na ida e pacientes no retorno e campo livre para anotações.

A solução deve possuir mecanismo que permita um controle em filas de espera para processos de TFD.

A solução deve possuir mecanismo que permita a publicação das filas de espera para transporte na internet para consultas públicas (sem necessidade de login) ao sistema.

O sistema deve permitir que sejam criados os processos de TFD contendo minimamente número do processamento, data da abertura, cidadão, profissional responsável, CID, tratamento solicitado, tipo do atendimento e um campo texto livre para justificativa.

Deve permitir para cada processo de TFD haver a indicação da situação do processo, se o mesmo foi autorizado, cancelado enviado para o estado, negado ou se está inconcluso e um campo livre texto para justificativa da situação e um campo livre texto observações gerais.

Deve possuir mecanismo para criação de viagens para processos de TFD com base nos processos de TFD a serem atendidos.

A solução deve permitir realizar o lançamento de todas as viagens necessárias para o processo TFD, contendo minimamente a data da solicitação, cidade e local de destino, transporte recomendado, veículo, motorista, data e hora da viagem, campo para observação da viagem, previsão de retorno e campo de observação para a previsão de retorno.

A solução deve possuir funcionalidade para renovação de processos de TFD já concluídos.

O sistema deve disponibilizar informações referentes ao andamento dos processos de TFD nas recepções das unidades de saúde, contendo minimamente o cidadão, a situação e o número do processo.

Deve possuir mecanismo para geração automática dos procedimentos de transporte do cidadão e seu acompanhante, com base na quilometragem percorrida.

Deve possuir controle de manutenção e do abastecimento dos veículos.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gerenciamento de diagnósticos por imagem



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Equipe responsável pelos exames de imagem devem conseguir importar no sistema as solicitações das UBS e UPA.

Deve ser possível consultar o histórico das solicitações de exames solicitadas.

Na rotina de exames deve ser possível imprimir etiquetas térmicas.

Deve ser possível durante o atendimento informar se o exame de imagem necessita de contraste, ao importar a solicitação esta informação deve ser exibida na requisição gerada.

Deve ser possível realizar a movimentação de exames para laudar. Para isso, faz-se necessário selecionar todos os exames presentes em determinado local de um determinado período e informar para qual local de destino deseja que este exame seja movimentado.

Deve conter um cadastro de locais para movimentação de exames, neste cadastro deve ser colocado o nome do local e ter a opção de desativá-los.

Na rotina de movimentação de exames deve ter uma forma de consultar todas as movimentações realizadas no exame, nesta rotina deve ter listado as informações do movimento:

Data da movimentação

Responsável pela movimentação

Local onde estava o exame

Local de destino do exame

Faz-se necessário que o sistema crie de forma automática um número sequencial para cada exame, este número sequencial deve ser reiniciado anualmente.

Na impressão da etiqueta térmica do exame deve aparecer o número sequencial.

Preenchimento do Laudo no sistema deve permitir formatar o conteúdo, podendo alterar:

Tamanho e estilo do texto com negrito, itálico e sublinhado;

Utilizar marcações no texto seja com um número ou símbolo na frente do texto;

Alinhamento do texto podendo colocar como alinhado no centro, direita, esquerda ou justificado;

Inserir tabela;

Inserir linha horizontal;

Impressão do Laudo deve trazer o laudo digitado de forma fiel ao preenchimento. Ou seja, se o texto conter espaços, linhas, tabelas ou estilos em negrito, itálico e sublinhado, na impressão deverá aparecer da mesma forma que foi preenchido.

Deverá ter um relatório de exames de imagem que foram realizados. Este relatório deverá trazer o paciente, data da requisição e o exame realizado. No final do relatório deve conter o total de solicitações que foram atendidas e o total de exames realizados.

Relatório deve ter nas opções de seleção:

Data da requisição;



Data que foi realizado o exame;
Data que foi executado o Laudo;
Data que foi criado a solicitação durante o atendimento;
Escolher opções pela qual devem ser agrupados os exames;
Escolher a ordem das informações, por data de realização ou por ordem alfabética.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Regulação de encaminhamentos a especialistas e cirurgias eletivas

A aplicação deve permitir a regulação dos encaminhamentos solicitados por profissionais nos equipamentos de saúde.

A aplicação deve permitir minimamente as seguintes ações de regulação:

Agendamento ou Fila de Espera, configurável por especialidade;
Recusa;
Solicitação de esclarecimento;
Cancelamento.

A aplicação deve gerar alertas ao profissional do encaminhamento, bem como o responsável pelo equipamento referente a solicitações de esclarecimento avisando sobre o prazo limite (configurável) para resposta.

Ao acessar o sistema, o regulador deve receber em forma de aviso/alerta, que existem encaminhamentos que estão aguardando análise.

Deve possuir cadastro para os motivos de cancelamento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.

Deve possuir cadastro para os motivos de esclarecimento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.

Deve possuir cadastro para os motivos de recusa pelo regulador, contendo minimamente a descrição.

O sistema deve permitir que o regulador possa recusar o encaminhamento, devendo o mesmo indicar um motivo já pré-definido e um campo texto livre para justificativa.

A aplicação deve permitir replicar os encaminhamentos recusados e encaminhá-los novamente.

A aplicação deve permitir anexar documentos necessários a análise do profissional regulador.

A aplicação deve permitir ao regulador consultar o prontuário do paciente objeto da regulação sem a necessidade de sair e/ou trocar de tela.

A aplicação deve gerar alertas ao profissional que solicitou o exame, referente a solicitações de esclarecimento do regulador, avisando sobre o prazo limite (configurável) para resposta.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão das armadilhas da dengue (com aplicativo móvel integrado)

O sistema deve permitir o cadastramento dos tipos de recipientes e dos recipientes disponíveis.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- O sistema deve gerar QRCode único por recipiente, com as informações do mesmo, em etiqueta adesiva.
- O sistema deve gerar ainda, na etiqueta, numeração específica para uso em caso de danificação do QRCode.
- O SRES deve possuir aplicativo móvel para instalação e acompanhamento das armadilhas.
- O aplicativo móvel deve, quando online, obter a lista de armadilhas disponíveis, de modo a conseguir registrar os acompanhamentos.
- Deve ser possível, mesmo estando off-line, cadastrar novas armadilhas (e recipientes, inclusive).
- Deve haver o registro da posição, data e horário em cada informação inserida no aplicativo.
- Deve ser possível identificar instalação, identificação de foto, coleta de material para análise, coleta de materiais inservíveis, coleta de recipientes, desarmamento de armadilhas.
- Deve ser possível registrar ocorrências textuais das armadilhas.
- Deve ser possível registrar imagens das armadilhas nos acompanhamentos pelo aplicativo móvel.
- O sistema deve possibilitar as informações de investigação de dengue em forma de relatório, possibilitando minimamente a informação de quantitativos recipientes de investigação para cada tipo de imóvel, e quantitativo de locais que precisam de tratamento.
- O sistema deve disponibilizar a impressão dos registros das atividades de prevenção e recolhimento de pequenos recipientes inservíveis.
- O sistema deve disponibilizar a impressão de consolidação das atividades de prevenção e recolhimento de pequenos recipientes inservíveis.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Registro de óbitos

- A plataforma deve permitir registrar o óbito de um cidadão já cadastrado no sistema, utilizando a busca do cidadão no sistema minimamente pelo nome ou cartão SUS.
- Deve possibilitar o operador informar o óbito e os dados de mortalidade do cidadão, contendo minimamente, a data e hora do óbito, o cidadão, profissional responsável, o local da ocorrência, as causas do óbito.
- Deve possibilitar o operador informar no cadastro do óbito, o cartório e registro, bem como as causas externas ligadas ao óbito.
- O sistema deve possibilitar a verificação em forma de relatório gerencial, os óbitos ocorridos no município por doença, sexo e faixa etária.
- Ao registrar o óbito do cidadão, o mesmo deverá ser inativado para o sistema.
- Permitir inativar um integrante de uma família pelo motivo de óbito do cidadão.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gerenciamento de painéis de chamada



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



A aplicação deve possuir mecanismo de painel para utilização nas salas de espera dos pontos de atendimento.

O mecanismo do painel eletrônico possibilita o chamamento do cidadão através do seu nome indicando para qual consultório ou sala que o mesmo deverá se deslocar para ser atendido.

O painel deve possibilitar que sejam inseridas informações ou vídeos a serem exibidos nas salas de espera entre um atendimento e outro, permitindo definir o tempo de exibição para cada vídeo.

A alimentação das informações da fila de atendimento deverá ser realizada automaticamente pelo sistema, com base no processo da recepção do cidadão na unidade, e da definição de grau de risco realizado na triagem, sem que seja necessária a intervenção de qualquer operador.

Deve possuir no momento da implantação informações visuais relacionados com o formato de atendimento e triagem (baseado no protocolo de Manchester) com objetivo de orientar aos cidadãos na maneira como as filas de atendimento serão estabelecidas, para serem exibidos nas salas de espera onde o painel será utilizado.

Deve permitir envio de mensagens ou avisos ao painel, com opção de aviso sonoro.

Permitir parada das chamadas no painel, devido a situações adversas.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gerenciamento de painéis de chamada

O SRES deve possuir cadastro para os níveis de urgência a serem utilizados nas filas de espera contendo minimamente a descrição e a ordem.

Deve possuir cadastro de Tipos de Filas de Espera (exames, consultas, transporte).

Deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permitam que as filas sejam alimentadas nos locais de atendimento à população.

O sistema deve permitir que sejam criadas e gerenciadas filas de espera para cada tipo de especialidade disponível na rede de saúde.

A plataforma deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a marcação das consultas da fila de espera em lote, permitindo que o operador selecione um ou mais cidadãos da fila e determine em que agenda de atendimento os mesmos devem ser inseridos.

O sistema deve permitir avisar/alertar o operador de possíveis problema na marcação de consultas em lote como em casos de falta de horários disponíveis.

A solução deve possuir mecanismo que permita a publicação das filas de espera para consultas públicas (sem necessidade de login) ao sistema.

Deve possuir mecanismo que permita ao gestor identificar quais filas estarão abertas/disponíveis para consultas públicas.

Deve possuir mecanismo que permita ao gestor configurar quais informações da fila devem estar visíveis nas consultas públicas contendo minimamente as informações: número do protocolo de atendimento; código do paciente; nome do paciente; nome social do paciente; nome da mãe; iniciais do nome do paciente; iniciais do nome social do paciente; iniciais do nome da mãe; data de nascimento; número do cartão nacional de saúde;



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



número do cpf.

Deve possuir mecanismo que permita ao gestor configurar algumas filas de espera para passar por processo de regulação/autorização, enquanto outros tipos permitam apenas o fluxo simples.

Deve possuir mecanismo que permita ao gestor configurar para a fila de espera que possui processo de regulação, a obrigatoriedade da análise de um regulador, fazendo com que esse registro na fila fique em aguardo até finalização do processo do regulador para a mesma.

Nesta mesma funcionalidade supracitada, o sistema deve permitir ao regulador reclassificar a prioridade do atendimento na fila de espera, além de autorizar ou negar o atendimento, mediante justificativa.

O sistema deverá permitir anexar e visualizar os documentos/arquivos do cidadão ao inserir o mesmo em uma fila de espera ou pelo regulador durante a regulação, permanecendo possível a visualização destes documentos durante todo o fluxo do registro, até a consulta.

Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório o tempo médio de espera nas filas, com base em um período estipulado.

Deverá permitir o gestor verificar a ordem dos cidadãos em uma fila.

A plataforma deverá conter uma forma de agendamento automático pelo sistema, dos cidadãos que estão na fila de espera, conforme disponibilidade de vagas e ordem de posição do paciente na fila.

O sistema deve permitir o operador visualizar todas as filas que um cidadão se encontra, disponibilizando minimamente as informações do tipo da fila, especialidade, ordem, data de entrada na fila.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gerenciamento e regulação de exames laboratoriais (serviço próprio)

A plataforma deve permitir o administrador a quantificar o tempo médio de dias para o avaliador da regulação, permitindo assim o gerenciamento e controle para evitar atrasos.

Ao acessar o sistema, o regulador deve receber em forma de aviso/alerta, que existem exames que estão aguardando análise.

Deve possuir cadastro para o motivos de cancelamento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.

Deve possuir cadastro para o motivos de esclarecimento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.

Deve possuir cadastro para o motivos de negação pelo regulador, contendo minimamente a descrição.

A plataforma deve permitir a configuração dos exames que deverão ser passados pela avaliação do médico regulador.

O sistema deve permitir o administrador a quantificar o tempo máximo de regulação por exame.

O sistema deve detectar automaticamente os exames e situação dos exames que devem ser regulados e avisar/alertar o operador para que permita que o mesmo consiga fazer o agendamento do exame para uma data possível de agendamento do mesmo, considerando no algoritmo do cálculo, o tempo máximo de regulação do



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



exame.

O sistema deverá possuir funcionalidade ou mecanismo que envie um exame para a regulação quando houver a repetição do exame pelo cidadão, definindo um período mínimo a ser considerado como repetição do exame.

O operador de agendamento dos exames deve poder acompanhar a situação do exame que foi enviado para a regulação.

Deve permitir ao regulador verificar a lista de exames pendentes de regulação e autorizar ou negar o exame do cidadão.

O sistema deve permitir que o regulador do exame possa negar um registro, devendo o mesmo indicar um motivo já pré definido e um campo texto livre para justificativa.

Deve permitir que o regulador possa agendar o exame autorizado.

Deve permitir que o regulador possa anexar documentos.

O sistema deve disponibilizar um comprovante quando houver a negação do exame pela regulação.

O Regulador deve poder visualizar os dados do pedido do exame realizado pelo médico e poder consultar o prontuário do cidadão objeto da regulação sem a necessidade de sair e/ou trocar de tela.

Deve permitir o gestor visualizar a situação dos exames na regulação (negadas, autorizadas, ou aguardando análise).

O sistema deverá possuir funcionalidade ou mecanismo que permite o regulador solicitar mais informações ao operador que pediu o exame do cidadão, e o mesmo enviar a resposta contendo minimamente um campo texto livre para a resposta do operador.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão de benefícios concedidos (ações extrateto e não pactuadas)

A aplicação deve possuir cadastro de benefícios contendo minimamente a descrição, o valor e procedimento.

Deve possuir cadastro de locais para encaminhamento do benefício.

O sistema deve possibilitar a configuração de obrigatoriedade de controle de saldo para cada benefício.

Deve possuir controle de tetos orçamentários por benefício em quantidade ou valor.

Deve possuir funcionalidade para identificação dos processos de concessão de benefícios segundo seu estado: Em Andamento, Autorizado e Negado.

Deve possuir funcionalidade ou mecanismo para emissão do Laudo Social contendo minimamente as informações de: gestor, número do laudo social, número da lei, identidade e CPF.

Deve possuir um campo de texto livre para informações do histórico da solicitação do benefício.

Deve possuir um campo de texto livre para observações no recibo de entrega de cada benefício.

A aplicação deve permitir que vários benefícios sejam atrelados a um mesmo processo de concessão de



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



benefícios contendo minimamente as informações de benefício, a quantidade, o valor, o profissional, o local de retirada e observações.

Deve possuir mecanismo para gerenciamento e emissão de encaminhamentos para cada cidadão, contendo minimamente as informações de: cidadão, profissional, descrição do encaminhamento, trabalho do cidadão, renda do cidadão, data, hora, dia da semana, valor do encaminhamento e campo de texto livre para observações.

Deve permitir a emissão de recibo de entrega dos benefícios.

Deve permitir o gestor verificar em forma de relatório quais os cidadãos que receberam um determinado benefício, a data e o valor recebido.

Deve possuir relatório de extrato dos benefícios, permitindo selecionar um período e o benefício desejado.

Deve possuir relatório de gerenciamento dos saldos mensais dos benefícios, permitindo selecionar o mês desejado.

Deve possuir impressão para requerimento de auxílio financeiro, para envio ao fundo municipal de saúde.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão de internações em clínicas e comunidades terapêuticas

O sistema deve possibilitar o registro da internação do cidadão em uma clínica, hospital ou instituição terceirizada, controlando os dados da internação e da alta.

Deve permitir o cadastro de motivo da internação, a ser informado no registro da internação, contendo minimamente a descrição do motivo.

Permitir informar minimamente três CID's em uma única internação.

O sistema deve permitir identificar se a internação do cidadão foi voluntária ou involuntária (compulsória).

Para internação involuntária, o sistema deve possibilitar o operador informar o motivo da internação involuntária, se foi a família ou ordem judicial.

Para internação involuntária judicial, o sistema deve permitir informar o número do processo.

Para registrar a alta do cidadão na internação, o sistema deve permitir registrar se o tratamento foi ou não completado, e em caso de interrupção do tratamento, indicar se o motivo foi voluntário do cidadão.

Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório quais os cidadãos internados.

No registro da internação, o sistema deve possuir indicador para registrar se o cidadão passou por uma desintoxicação antes da internação.

Deve possibilitar identificação de reincidência do cidadão automaticamente, no momento de lançamento de uma internação. O sistema deve considerar como uma reincidência caso seja registrado o mesmo motivo e cidadão



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



de uma internação anterior.

O sistema deve possibilitar a verificação em forma de relatório gerencial, o controle de cidadão que internaram e que estão internados, em um determinado período, permitindo o gerenciamento minimamente por instituição, motivo de internação, cidadão e faixa etária.

O sistema deve gerar um alerta/aviso para o operador ao tentar registrar uma nova internação para um cidadão que já encontra-se com uma internação não finalizada no sistema (sem registro de alta).

O sistema deve permitir o operador registrar uma nova internação para um cidadão que já encontra-se com uma internação não finalizada no sistema (sem registro de alta).

O sistema deve dispor de algoritmo de cálculo dos custos da internação, baseado no custo unitário diário, data de entrada na internação e data de alta, disponibilizando o valor total para o operador durante o registro da alta.

Deve permitir o gestor verificar em forma de relatório o total de internações em um determinado período e os custos totais de internações em um determinado período.

Deve permitir o gestor verificar em forma de relatório o custo por internação em um determinado período, identificando o cidadão da internação.

Deve disponibilizar relatório que permita obter informações de previsão e de altas efetivadas em um determinado período.

Integrar os dados da internação ao prontuário eletrônico do cidadão, constando minimamente as informações para histórico de quando, onde, por qual motivo internou, quando foi a alta.

Possibilitar o registro de impressão de laudo médico para a internação.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Comunicação unilateral com a comunidade (envio de mensagens de texto e e-mails)

Possuir mecanismo para parametrização do envio de mensagens contendo o tipo do envio (sms/e-mail), identificação do remetente, usuário e senha a serem utilizados, DDD padrão para o envio de mensagens, configuração para envio de SMS longo e ainda possibilidade de configuração por unidade de saúde para envio automático de sms/e-mail.

Possuir cadastro de eventos para envio de mensagens, de modo que o sistema possa identificar através dos eventos, em que momento será realizado o envio de sms (dispensação de medicamentos, agendamento de consultas, agendamento de transportes, e outros), possibilitar configurar o evento para que o mesmo possa ser do tipo Instantâneo, onde seu envio ocorrerá no momento do evento, Programado, onde o mesmo terá uma programação pré-definida para ou envios u ainda do tipo manual, onde o operador é quem realizará o envio conforme evento definido.

Possuir mecanismo de resposta de SMS e que o mesmo possa ser configurado por evento.

Possuir mecanismo de envio de sms/e-mail em lotes através da utilização de filtros como tipo (sms/e-mail),



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



evento para o qual se deseja enviar a mensagem, sexo, paciente, idade inicial e final, bairro, logradouro ou município, unidade de origem, unidade de destino, profissional, serviço procurado, tipo de consulta, status do agendamento, período da consulta e texto a ser enviado.

Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Comunicação unilateral com a comunidade (envio de mensagens de texto e e-mails)

A plataforma deverá possibilitar a customização de fichas de investigação da vigilância epidemiológica, contendo minimamente, descrição, CID's 10 compatíveis.

O programa deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a criação das perguntas que compõe cada ficha de investigação contendo minimamente, Ordem de visualização das perguntas, campo para observação da resposta firmada e campo para inserção de ajuda para cada pergunta

O tipo da resposta a ser aceito para cada pergunta deve poder variar entre campos descritivos, numéricos, campos para datas e múltipla escolha, neste caso permitindo que sejam informadas as opções para cada pergunta, sendo possível definir na pergunta se permite a seleção de um ou mais itens de resposta.

A plataforma deverá possuir ferramenta para gerenciamento e monitoramento dos agravos de notificação, contendo minimamente o agravo, tipo da notificação (negativa, individual, surto ou Inquérito Tracoma) a data dos primeiros sintomas, a data da notificação, situação da notificação (registrado, avaliando, investigando, providenciado, cancelado e rejeitado), município, unidade de saúde notificadora, responsável pela notificação, e os dados do cidadão.

Nesta mesma ferramenta supracitada deverá haver minimamente os dados do cidadão: Nome, data de nascimento, número do cartão SUS, idade (em Anos, Meses, Dias e Horas), sexo, raça/cor, nome da mãe e escolaridade.

Permitir o detalhamento da residência do notificado contendo minimamente: bairro, cep, latitude, longitude, logradouro, número, complemento, pontos de referência, ddd, telefone e zona (rural ou urbana).

A plataforma deve permitir o cadastro inicial do surto, com data do primeiro caso suspeito, número de casos suspeitos, local inicial da ocorrência (residência, hospital/unidade de saúde, creche/escola, outras instituições, restaurante/padaria, casos dispersos no bairro ou município, casos dispersos em mais de um município e outros), permitindo ainda a identificação de outros locais iniciais de ocorrência.

A plataforma deve possuir funcionalidade ou mecanismo para gerenciamento que permita que sejam listados na vigilância epidemiológica todos os CID's relacionados nos atendimentos médicos em locais informatizados, que forem notificáveis.

Deverá possuir mecanismo ou funcionalidade que permita o envio de e-mails e sms para os responsáveis pelo setor de epidemiologia em intervalos pré-definidos, listando todos os CID's notificáveis relacionados em atendimentos médicos nos locais informatizados.

A plataforma deverá apresentar um sistema de alerta ao usuário para a notificação compulsória sempre que



houver a digitação do CID ou CIAP, nos campos específicos, correspondente a agravos de notificação.

Gerenciamento de dispositivos móveis para agentes comunitários de saúde (ACS)

O aplicativo deve funcionar nos dispositivos móveis minimamente sob a plataforma ANDROID.

O aplicativo deve trabalhar off-line, não necessitando de internet ou outro tipo de rede para funcionamento, exceto para enviar e receber informações com o servidor.

O aplicativo deve solicitar usuário e senha para conectar-se ao servidor e para o acesso ao aplicativo.

O aplicativo deve gerenciar a micro área de cada agente de saúde.

O aplicativo deve receber do servidor todas os dados cadastrais dos domicílios, famílias e seus integrantes, do servidor referentes à micro área do agente de saúde que opera o dispositivo móvel.

O aplicativo deve alertar quando existem dados para serem sincronizados.

O aplicativo deve possibilitar o envio dos registros novos ou atualizados para o servidor, receber e fazer atualização de dados mais atuais daqueles que o aplicativo está gerenciando.

O aplicativo deve ser compatível com as fichas e regras CDS do e-SUS, contendo minimamente as fichas:

Ficha de Cadastro Individual,
Ficha de Cadastro Domiciliar,
Ficha de Visita Domiciliar,
Marcadores de Consumo Alimentar

O aplicativo deve estar disponível na loja virtual Google Play com download gratuito para instalação e atualização.

O aplicativo deve relacionar todas os domicílios que a micro área possui cadastrados.

O aplicativo deve possuir diversas formas de pesquisa de domicílios, tais como por logradouro, bairro ou mesmo pelo nome de qualquer dos integrantes, bem como CNS-Cartão SUS, entre outros.

O aplicativo deve possibilitar inclusão ou atualização de dados cadastrais de cada Domicílio no formato exigido pelo e-SUS.

O aplicativo deve possibilitar inclusão ou atualização de dados cadastrais das famílias para cada domicílio.

O aplicativo deve possibilitar inclusão ou atualização de dados cadastrais de cada Integrante do domicílio e informar a qual família ele pertence.

O aplicativo deve possibilitar identificar o chefe da família.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- O aplicativo deve possibilitar ao agente de saúde, gerenciar suas visitas domiciliares, no formato e-SUS.
- O aplicativo deve solicitar os dados da visita domiciliar seguindo o modelo especificado pelo e-SUS.
- O aplicativo deve possibilitar ao agente de saúde, identificar os domicílios que ainda não foram visitados nos últimos dias e também exibir a data da última visita efetuada em cada um.
- O aplicativo deve realizar as validações necessárias com base nas regras de validação por ficha do e-SUS.
- O aplicativo deve possuir tabela cadastral de todos os países e municípios do Brasil, e para essas tabelas uma forma de pesquisa que faça o trabalho de auto completar, facilitando a seleção do registro desejado.
- O aplicativo deve capturar o posicionamento das coordenadas GPS durante todo o trabalho da ACS bem como em qualquer ação que venha a realizar utilizando o sistema.
- O aplicativo deve gerar LOG em todas as atividades que a ACS venha a realizar utilizando o aplicativo.
- O aplicativo deve fornecer um cadastro e gerenciamento de ocorrências adversas enfrentadas pela ACS, tanto na Visita Domiciliar como em qualquer momento que isso venha a ocorrer, acrescentando ainda a inclusão de imagens(fotos) acompanhadas de um descritivo informando o que é observado na imagem coletada.
- O aplicativo deve permitir a transferência cadastral de Integrantes entre micro áreas, através de solicitação no próprio aplicativo, evitando recadastro de Integrantes.
- O aplicativo deve permitir a ação de coleta de imagem(foto) do Integrante no momento da realização da Visita Domiciliar, bem como coletar sua assinatura e possibilitar também à ACS registrar sua assinatura. Nas assinaturas, o sistema deve gravar o posicionamento GPS visível na imagem.
- O aplicativo deve possibilitar a coleta de imagem(foto) de cada Integrante no Cadastro Individual.
- O aplicativo deve permitir que a ACS capture sua própria imagem através de foto capturada pelo próprio dispositivo, armazenando essa imagem no servidor.
- O aplicativo deve permitir o preenchimento de formulário para Marcadores de Consumo Alimentar, realizando as validações do e-SUS, impedindo erros de digitação.
- O aplicativo deve permitir a realização de Visitas Domiciliares e coleta de Marcadores de Consumo Alimentar, também em Integrantes que não estejam cadastrados na micro área da ACS.
- O aplicativo deve possibilitar a edição de um local para informações extras nos Domicílios no caso de Visitas Domiciliares, essas anotações são de caráter individual de cada ACS.
- O aplicativo deve disponibilizar nele mesmo, acesso a vídeo aulas online sobre a operacionalização do aplicativo.

Gerenciamento de aplicativo móvel para população (Acesso Saúde)



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- O aplicativo deve funcionar nos dispositivos móveis minimamente sob a plataforma ANDROID.
- O aplicativo deve trabalhar off-line, não necessitando de internet ou outro tipo de rede para funcionamento, exceto para o registro do Cidadão, além da sincronização de dados com o servidor.
- O aplicativo deve solicitar usuário e senha para o acesso.
- O aplicativo deve, quando off-line, alertar quando existir dados locais para serem sincronizados, quando on-line o aplicativo deve sincronizar automaticamente os dados pendentes de sincronização.
- O aplicativo deve estar disponível na loja virtual Google Play com download gratuito para instalação e atualização por qualquer Cidadão com dispositivo móvel compatível ao aplicativo.
- O aplicativo deve, quando no primeiro acesso do Cidadão, solicitar o número do CNS-Cartão Nacional de Saúde ou o seu número de CPF, além do Nome, Data de Nascimento, Município, e-mail válido e senha para autenticação no servidor central.
- O aplicativo deve validar o cadastro do Cidadão no Município e confirmar via e-mail informado, somente após essa etapa, o Aplicativo dará acesso às funcionalidades.
- O aplicativo deve possuir um sistema de recebimento de mensagens enviadas pelo município, podendo ser geral ou individual para determinados Cidadãos.
- O aplicativo deve possuir um sistema de recebimento de questionários para serem respondidos pelo Cidadão, enviado em qualquer momento e com gerenciamento das respostas.
- O aplicativo deve possuir meio de consultar o histórico de cada Cidadão em nível de atendimentos e demais informações de suas atividades na Secretaria da Saúde.
- O aplicativo deve armazenar no dispositivo esses históricos do cidadão com a data e hora de cada consulta efetuada, para visualizá-las posteriormente, inclusive quando off-line.
- O aplicativo deve disponibilizar nele mesmo, o acesso à vídeo aulas online sobre a operacionalização do aplicativo.

Gestão da vigilância sanitária e zoonoses

A solução deve permitir solicitação de vistoria (alvará), renovação de alvará solicitação de licença de transporte; baixa de licença e renovação de licença de transporte, solicitação de alteração de responsável técnico, baixa de responsável técnico.

Sistema deverá conter Cnaes liberados pela ANVISA para constarem como autodeclarantes. Estes no momento do cadastro deve automaticamente ser identificados como atividades liberadas de fiscalização prévia, ficando



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



sujeitas à fiscalização posterior.

Deve permitir a emissão de boletos bancários com taxas necessárias.

Acompanhamento dos processos do respectivo estabelecimento do usuário logado.

Sistema deve conter tutorial com descritivo das atividades e funcionalidades do sistema.

Sistema deve possuir como Anexo ou pasta a Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

O sistema deve possibilitar o cadastramento dos Estabelecimentos com atividades CNAE autodeclarantes pré-carregadas. Atividades liberadas por RDC ANVISA.

Envio de Denúncias por meio do canal web sem necessidade de login. Onde toda denúncia seja sigilosa, porém todo denunciante tenha que se identificar a vigilância sanitária.

Cadastro de denúncia deve conter os seguintes campos obrigatórios para o denunciante:

Tipo de denunciante (pessoa física ou Jurídica)

CNPJ ou CPF do denunciante

Nome ou Razão Social

Telefone

E-mail

Dados da Denúncia

Data do ocorrido

Hora do ocorrido

Campo para descrição do ocorrido.

Sistema deve solicitar os seguintes dados do denunciado:

Nome ou Razão Social

Endereço contendo CEP, Logradouro, Número, Bairro.

Localização através de mapa com georreferenciamento.

Possuir funcionalidades de Denúncia Anônima, possibilitando a partir da escolha de um assunto Pré-cadastrado pela vigilância, o denunciante descrever o teor da denúncia, com respectiva identificação do estabelecimento, data e hora.

Funcionalidade para que o Denunciante possa ter através da consulta do protocolo o andamento e resultado final



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



da denúncia.

O sistema deve prover a criação de usuários e configuração de perfis de acesso.

Alimentação dos Questionários de Vistoria e Fiscalização para todas as Atividades CNAE e seleção de documentos obrigatórios na vistoria.

Análise do pedido de Vistoria efetuado pelo Estabelecimento e registro de observações e pendências com emissão de notificações (quando for o caso).

Geração e emissão de boletos bancários relativo às Taxas de Vistoria e de Solicitação de Alvará Sanitário.

Geração e Alvará Sanitário e ou licença Sanitária.

Painel de avisos (liberado para visualizar sem necessidade de login).

Painel de informativos Vigilância Sanitária, onde a vigilância possa estabelecer o texto com a informações de interesse a comunidade.

Módulo de caixa de e-mail onde a vigilância e o contribuinte possam enviar e receber e-mails, deve existir a possibilidade de criar grupos para envio de e-mails, de forma a ser selecionado vários endereços para envio simultâneo.

Análise de documentação e liberação de Alteração de Responsável técnico.

Análise de solicitações de exumação e traslado, Geração de Boletos com as respectivas taxas.

Análise da Solicitação de Licença de Transporte, liberação e Geração da Licença de Transporte e respectivas Taxas (boletos bancários).

Gerador de Relatórios e de Gráficos dinâmicos com filtros e ordenadores.

Painel de Controle configurável para visualização de Consultas e Gráficos Dinâmicos. Atualização automática do painel de indicadores.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Agenda do Fiscal deve possibilitar visualizar a sua agenda com tarefas criadas com dia, mês e ano.

Relatório de inspeção Dengue e inspeções Diversas.

Deve possuir aplicativo móvel para os fiscais usarem na rotina de visitas e inspeções.

Módulo Web deve possuir integração com o software de aplicação interno.

Deve disponibilizar parametrização de informações relativa a usuários e dispositivos móveis a serem utilizados pelos Fiscais da Vigilância Sanitárias para fazer as inspeções e fiscalizações em campo.

Poder Definir os dados a serem carregados e/ou enviados pela Aplicação Móvel (rodando nos Tabletes) De e/ou Para o Banco de Dados utilizado pelo Sistema de Vigilância fornecido pelo Contratado.

Aplicativo Móvel para rodar na plataforma Android (Versão 3.x ou Superior), que permita a comunicação com o Servidor remoto da Aplicação de Vigilância através de conexão de rede Wifi e/ou 3G (dados) para baixar dos dados necessários que permitam ao Fiscal fazer Vistorias e Fiscalizações de Vigilância em campo, devendo possibilitar:

Registro das vistorias e fiscalizações através das validações dos itens dos questionários disponibilizados para as atividades do CNAE do estabelecimento.

Registro de fotos para as vistorias e fiscalizações.

Possibilitar gerar auto de infração ao final de inspeção.

O Sistema deverá permitir ao administrador criar os Perfis de usuários, os usuários e vincular os usuários a um ou mais perfis.

O sistema deverá permitir ao Estabelecimento efetuar seu cadastro (sem efetuar login);

O sistema deverá permitir aos Contribuintes efetuar o registro de denúncias sobre estabelecimentos (sem efetuar login);

Deve existir formulário para cadastro e manutenção de dados da Vigilância Sanitária (Entidade subordinada, Nome do Órgão de Vigilância Sanitária, CNPJ, endereço, nome e cpf do responsável e demais informações para uso em relatórios e demais documentos a serem gerados); Dados de Boleto Bancário: dados da conta corrente e convênio de arrecadação para as Taxas de Alvará Sanitário e Taxa de Licença de Transporte.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Atividades Econômicas (CNAE):

Disponibilizar ferramenta que permita manter a tabela de Atividades CNAE com os respectivos campos de dados (Código CNAE, Descrição da Atividade);

Permitir informar o valor em UFM (Unidade Fiscal Municipal) para atividade de ALVARÁ SANITÁRIO), a qual será convertida em Real (R\$) na emissão dos boletos de Taxas de Alvará e outros;

Disponibilizar interface para configuração de parâmetros, podendo informar o valor em Reais (R\$) da UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Cadastros de Agente Fiscal: Disponibilizar formulário para cadastro de Fiscal contemplando no mínimo os campos: nome, e-mail, CPF;

Cadastros de Leis e Normas: Disponibilizar formulário para permitir a manutenção de dados de legislação relativo à Vigilância Sanitária. O sistema deverá permitir um ou mais itens para cada lei, observando para cada item os campos:

Âmbito (Federal/Estadual/Municipal);

Tipo (Lei, Decreto, Norma);

Número e Ano;

Item Referência;

Descrição;

Cadastros de Tipos de Documentos: disponibilizar formulário para cadastro/manutenção de tipos de documentos e vinculá-los a respectiva Atividade do CNAE.

Cadastros de Questionários: O Sistema deverá permitir o armazenamento de um ou mais questionários para uma atividade do CNAE, proporcionando a criação de grupos de subatividades que se enquadram dentro da mesma atividade do CNAE, observando:

O Sistema deverá dispor de interface que permita criar e manter um ou mais questionários para uma atividade do CNAE, proporcionando a criação de grupos de subatividades que se enquadram dentro da mesma atividade do CNAE;

Disponibilizar ferramenta que permita a importação de Questionários a partir de arquivo no formato XLS;

O sistema deverá ser fornecido com os questionários pré-carregados para os Atividades do CNAE, onde os questionários deverão atender no mínimo as Atividades constantes da relação apresentada neste Termo com "TABELA DE QUESTIONÁRIOS DA FISCALIZAÇÃO";



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Os questionários pré-carregados deverão ser compostos com perguntas correspondente ao CNAE da Atividade e respectiva descrição de subatividades, conforme descritos na "TABELA DE QUESTIONÁRIOS DA FISCALIZAÇÃO"; e deverão ser baseadas nas referências legais (leis, Decretos e Normativas, Federais, Estaduais e Municipais para cada Atividade do CNAE e seu específico grupo de subatividades;

Cada pergunta do questionário deverá estar relacionada a sua referência legais as quais deverão estar disponíveis para consulta devendo constar no mínimo as seguintes informações: óbito, tipo, número e ano, item de referência e descrição das referências legais.

A interface do Sistema deverá permitir incluir e/ou editar referências legais nas questões/perguntas dos questionários, dispondo de filtros para selecionar referências legais constantes no sistema, sendo os filtros por: óbito, tipo,

Os Questionários de Fiscalização devem ter as perguntas/questões organizadas em grupos de forma a facilitar o trabalho dos fiscais. Obrigatoriamente deverão ter os seguintes grupos de questões, quando a Atividade assim o exigir:

Documentação;
Recursos Humanos;
Recursos Físicos;
Recursos Materiais;
Processos;
Abastecimento de Água;
Esgotamento Sanitário;
Acondicionamento e Destino de Lixo;

Deve possuir a tabela de atividades do CNAE atualizada e seus respectivos grupos de subatividades.

ACORDOS/PACTOS: Disponibilizar formulário que permita o registro de pactos e/ou acordos de fiscalização por Atividade do CNAE, observando as ações de Vigilância Sanitárias pactuadas entre Município e Estado, definidas no Plano de Ação Municipal/Visa.

Estabelecimentos: Disponibilizar interface para cadastrar e manter dados de Estabelecimentos, tendo no mínimo as informações relativas a: Dados gerais do estabelecimento, endereço, identificador (Estabelecimento, Contabilidade), dados dos responsáveis legais, dados do contato e demais informações necessárias a fiscalização e emissão de Alvará Sanitário.

Disponibilizar ferramentas para criar e configurar informações de Relatórios e Gráficos, contemplando a escolha das tabelas de dados e respectivos campos para serem visualizados no relatório (dados em forma de tabela) e



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



em gráfico (pizza, barra horizontal, barra vertical, barra vertical empilhada, linha)

Disponibilizar interfaces para permitir criar e definir relatório, contendo no mínimo as seguintes funcionalidades:

Definir o Título do Relatório;

Listar tabelas de dados disponíveis para geração de relatório;

Permitir a escolha de uma ou mais tabelas, sendo que a partir da primeira tabela escolhida deverá ser filtrado as tabelas que possuem relacionamento com a tabela escolhida. A cada nova tabela escolhida para o relatório, o sistema deverá ir mostrando e disponibilizando as demais tabelas que possuem relação com as tabelas escolhidas;

Permitir escolher os campos de dados que comporão o relatório, onde será mostrado para escolha todos os campos das tabelas que possuem relação entre si e foram selecionadas como fonte de dados para este relatório;

Permitir a escolha de um ou mais campos de ordenação e o método de ordenação (crescente/decrescente);

Permitir a definição de filtros através da escolha de um ou mais campos de filtros, relativos aos campos escolhidos para o relatório;

Gravar as definições do relatório e disponibilizar em interface para ser posteriormente usado;

Disponibilizar interface de visualização de relatórios criados pelo gerador de relatórios, devendo listar todos os relatórios criados. Ao selecionar um relatório, o sistema deverá possibilitar para a respectiva seleção:

Visualizar o conteúdo do relatório em tela, disponibilizando funcionalidades para gravar o relatório em formato PDF e/ou XLS;

Permitir a geração de gráficos a partir das definições do relatório, onde dinamicamente o relatório selecionado deverá disponibilizar template para escolha:

Tipo de gráfico (barra vertical, Barra vertical empilhada, barra horizontal, barra horizontal empilhada, linha, pizza)

Seleção de campos para o respectivo tipo de gráfico;

Permitir a edição/manutenção das definições do relatório (disponível de acordo com o perfil do usuário);

Deve possuir a funcionalidade para uso interno da vigilância: Agenda de eventos e ou comunicados, possibilitando o registro e manutenção de Eventos e outros Assuntos/Comunicados, disponibilizando funcionalidade para seleção das pessoas a serem notificadas (somente as cadastradas no sistema);

Deve possuir a funcionalidade para uso interno da vigilância: Painel de Publicações e comunicados da Vigilância que permita o comunicado ser visualizado em página de acesso por todos usuários sem necessidade de login.

Deve possuir a funcionalidade para uso interno da vigilância de publicações recentes: Disponibilizar interface que permita enviar comunicados a todos os Usuários do sistema, onde ao acessar a página de relacionamento apareça em destaque a informação da Vigilância.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Deve possuir a funcionalidade para uso interno da vigilância de correio eletrônico: "Mala Direta" disponibilizar interface que permita o registro, envio e recebimento de mensagens de correio eletrônico (Eventos, Comunicados, Notificações, etc.) para usuários cadastrados no sistema, devendo aceitar anexos (documentos, imagens);

Deve possuir a funcionalidade para uso interno da vigilância: Relatório de Inspeção da Dengue / inspeção diversas. Sistema deve possibilitar o registro de ações de inspeção diversas e Inspeção da Dengue, onde o fiscal possa relatar as atividades. Este documento deve conter no mínimo os seguintes campos: Tipo de Inspeção, Número de protocolo, data de abertura, data de vistoria, logradouro, cep, número, bairro, cidade e estado. E campo editável para descrição da atividade.

Deve possuir a funcionalidade para uso interno da vigilância: Atas de reuniões: disponibilizar interface que contemple o registro e manutenção de Atas de reuniões, com pesquisa e recuperação filtradas por intervalo de datas e assunto.

Permitir ao fiscal que por ocasião da emissão de um Auto de Notificação para o estabelecimento, possa selecionar a lei que está amparando legalmente a emissão do Auto em um ou mais itens em não conformidade.

Disponibilizar funcionalidades para permitir imprimir todos os protocolos de todos os tipos de solicitações, possibilitando a impressão em qualquer passo da solicitação (Alvará, licença, etc). O documento impresso deverá conter no mínimos seguintes campos: Nome da Pessoa, CPF/CNPJ, Nr. Do Protocolo e Passo (do fluxo). Modelo de impressão deverá ser similar ao do Termo de Solicitação, podendo o cliente poder parametrizar para aparecer em um único passo.

Disponibilizar funcionalidade para emitir AUTO DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR, quando da fiscalização/vistoria, possibilitando ao estabelecimento prazo para sanar a irregularidade antes da NOTIFICAÇÃO DEFINITIVA. O AUTO DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR é utilizado para permitir o estabelecimento sanar itens de fácil solução com prazo estabelecido a critério do fiscal.

Disponibilizar funcionalidade para emitir AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA destinado especificamente a vendedores ambulantes, possibilitando descrever na hora da emissão os itens permitidos para venda, validade e uma observação que constará no documento impresso, porém deixando registrado todos os dados.

Disponibilizar Impressão dos roteiros para possibilitar aos fiscais, além de terem a disposição os roteiros em formato web e mobile, também em papel e poder efetuar vistoriar, preencher os itens e digitar posteriormente. Esta funcionalidade é para municípios que não possuam a disposição a cobertura de mobilidade através de internet em todos os locais passíveis de vistorias.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Disponibilizar interface para permitir a abertura e registro da execução das Inspeções de Estabelecimentos (perfil Fiscal), observando os seguintes tópicos:

Disponibilizar formulários para registro de abertura da Solicitação de Inspeção relativa ao Estabelecimento, contemplando o registro do motivo da inspeção e respectiva data de abertura;

Disponibilizar formulário para Registro dos dados da execução da Inspeção, sendo que esta deverá ser baseada no questionário associado a(s) atividade(s) CNAE do Estabelecimento;

Disponibilizar interface para criar e emitir Auto de Intimação de Vigilância Sanitária, permitindo a especificação dos itens não atendido na inspeção, permitindo anexar arquivos digitais (documentos e imagens).

Deve permitir a Vigilância ter disponibilizado cadastros de Importação de Questionários, arquivos de importação de Estabelecimentos individuais ou por lotes de CNPJ.

Disponibilizar a importação de questionários de auto inspeção utilizados pela vigilância.

Disponibilizar a importação através de link com Receita Federal onde dados do CNPJ são validados individualmente ou por lote.

Para os usuários pertencentes aos Perfis ESTABELECIMENTO e/ou CONTABILIDADE, deverá ser disponibilizado interface que permita efetuar registro de Solicitação de Alvará de Vigilância Sanitária, observando:

Permitir a partir da Tela de Login efetuar o Cadastramento do Estabelecimento (auto cadastro), proporcionando desta forma informar todos os dados do estabelecimento, dados de login e demais informações cadastrais.

Após efetuar o cadastro do estabelecimento pelo auto cadastro, o sistema automaticamente deverá habilitar um usuário para acesso com autenticação de senha, conforme dados informados no Cadastro do Estabelecimento (usuário e senha);

Após o usuário do perfil Estabelecimento/Contabilidade efetuar o Login/autenticação, o sistema deverá disponibilizar interface para Registro de Solicitação de Alvará, mostrando o questionário associado a atividade principal (CNAE) do respectivo Estabelecimento; Disponibilizar funcionalidades para AUTO-DECLARANTES em atendimento ao definido pela VISA, sendo:

Cadastro de Atividades CNAE assinaladas com AUTO-DECLARANTES (CNAES de baixo risco sanitário de fiscalização prévia). As atividades serão definidas no momento da implantação pela VISA CONTRATANTE.

Disponibilizar filtro no Cadastro CNAE que possibilite identificar os CNAES definidos pela vigilância como Auto



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



declarantes e criado um fluxo reduzido para este processo, ajustando os documento que formalize a solicitação de AUTO-DECLARANTE e enquadre legalmente o estabelecimento neste processo.

Disponibilizar interfaces para Consulta de Estabelecimentos observando:

Filtro de pesquisa: (Razão Social, Tipo de Pessoa (Física/Jurídica), CNAE)

Mostrar informações do Estabelecimento pertinente a: dados gerais do estabelecimento; endereço, usuário de acesso e senha, dados complementares; Pessoa de Contato; Representantes Legais; Responsável Técnico; Horário de funcionamento (dia da semana x hora de início e fim de expediente no período da manhã e tarde); Permitir a edição dos dados relativo ao Cadastro do Estabelecimento a partir da seleção de um registro visualizado.

Disponibilizar interface que mostre Mapa centralizando o município através das coordenadas geográficas da Prefeitura Municipal, contendo ainda as seguintes funcionalidades:

Permitir consultas por atividade do CNAE e mostrar no mapa marcadores com a geolocalização dos estabelecimentos.

Permitir interação nos marcadores a partir de click do mouse, mostrando informações do estabelecimento (Razão Social, CPF/CNPJ, Endereço, Atividades CNAE).

Disponibilizar interface para visualizar procedimentos (ações) executadas no sistema, contemplando áreas para: Filtro de Pesquisa, Painel de visualização gráfica e Listagem de procedimentos em forma de tabela, observando: Filtros de Pesquisa: Disponibilizar no mínimo os seguintes filtros de pesquisa de procedimentos (não obrigatório o preenchimento dos filtros):

Por tipo de Pessoa (Jurídica/Física)

Informar o CPF/CNPJ da pessoa Jurídica ou Física, conforme preenchimento do campo anterior;

Intervalo de Datas para Abertura do Procedimento;

Atividade Principal CNAE;

Número do Protocolo do processo;

Disponibilizar Área de Gráficos relativa aos filtros acima, com a opção de filtrar os procedimentos relativos as responsabilidades: Todos, Da Vigilância ou do Estabelecimento). Os gráficos a serem gerados deverá atender os seguintes critérios:

Mostrar gráficos em barras verticais empilhando processos de Vigilância e processos de estabelecimento, explicitando as respectivas quantidades e total dos processos em cada barra vertical.

Mostrar no eixo Y a escala com número de Processos e no eixo X os tipos de processos em compostos por assuntos: Solicitação de Alvará, Baixa de Alvará, Solicitação de Licença de Transporte, Baixa de licença de Transporte, Alteração de Responsável Técnico;

Possibilitar selecionar processos específicos da Vigilância ou específicos do Estabelecimento ou Todos.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Disponibilizar listagem de processos em forma de tabela, contemplando:

Tabela com controle de paginação, listando os processos de acordo com o filtro selecionado;

Disponibilizar interface que mostre os processos e seus respectivos estado de evolução/Conclusão.

A interface deverá dispor de funcionalidade que mostre graficamente (barra vertical) o quantitativo de processos por assunto, permitindo interatividade no gráfico, devendo os assuntos serem separados pelo filtro de responsabilidades (Da Vigilância, Do Estabelecimento).

Os assuntos a serem tratados são:

Solicitação de Alvará Sanitário
Baixa de Alvará Sanitário
Solicitação de Licença de Transporte
Baixa de Licença de Transporte
Alteração de Responsável Técnico
Solicitação de Inspeção
Solicitação de Exumação
Solicitação de Traslado

Solicitação de Alvará Sanitário - Ações da Vigilância ao clicar no gráfico dinâmico: mostrar interface com Filtros, Gráficos e Tabela de dados para os processos correspondentes observando:

Dispor de interface com funcionalidades para validar documentos apresentados e que permita a inclusão de parecer da Vigilância;

Dispor de interface para tratamento de financeiro, compreendendo: geração de boletos, solicitação de boleto com nova data; Os boletos deverão ser disponibilizados em formato PDF;

Permitir o cancelamento da Solicitação;

Disponibilizar interface que permita efetuar a inspeção do Estabelecimento, utilizando os questionários associados as Atividades CNAE do estabelecimento inspecionado;

Disponibilizar interface para geração de documentos em formato PDF com autenticação de QR code relativos a:

Alvará Sanitário;
Auto de Intimação;
Licença de Transporte;
Solicitação de exumação



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Solicitação de traslado

Solicitação de Alvará Sanitário - Ações do Estabelecimento: ao clicar no gráfico dinâmico): mostrar interface com Filtros, Gráficos e Tabela de dados para os processos correspondentes, com totalizadores para processos com situações: EM ANDAMENTO, FINALIZADOS E CANCELADOS;

Solicitação de Alvará Sanitário - Ações do Estabelecimento: Disponibilizar interface permitindo acompanhar o fluxo do processo de Solicitação de Alvará e solução de pendências, contemplando:

Entrada de dados complementares do cadastro de Estabelecimento;

Seleção de Atividade para geração do Alvará (uma ou mais constante no cadastro do Estabelecimento);

Anexar documentos obrigatórios;

Gerar Termo de Solicitação de Serviço já preenchido com os dados do Estabelecimento (em formato PDF) para que o responsável do Estabelecimento assine e anexe o documento escaneado no processo;

Anexar Termo de Solicitação de Serviços com a devida assinatura ao processo;

Gerar boletos bancário para cobrança de Taxas de emissão do Alvará Sanitário;

Baixa de Alvará Sanitário - Ações do Estabelecimento: Disponibilizar de interface que permita o estabelecimento efetuar a solicitação de Baixa de Alvará Sanitário, através de formulário web com dados da solicitação, anexo de documentos e impressão do Termo se Solicitação de Baixa;

Baixa de Alvará Sanitário - Ações da Vigilância: Disponibilizar de interface para visualizar e acompanhar as solicitações de baixa de alvará sanitário, bem como efetuar os procedimentos legais e técnicos para efetuar a baixa do Alvará;

Solicitação de Licença de Transporte - Ações do Estabelecimento: Disponibilizar de interface para visualizar e acompanhar as Solicitações de Licença de Transporte, possibilitando nesta interface:

Efetuar solicitação de Licença de Transporte relativo as atividades do CNAE do Estabelecimento;

Anexar documentos (quando for o caso);

Gerar boleto bancário para pagamento;

Solicitação de Licença de Transporte - Ações da Vigilância: Dispor de interface para visualizar e acompanhar as Solicitações de Licença de Transporte, possibilitando:

Visualizar graficamente os processos quando as quantidades x situação (Andamento, Finalizados, Cancelados);



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Permitir a seleção de processos por filtros (CPF/CNPJ; Data de Abertura (intervalo de datas); Atividade CNAE; Nr. Protocolo)

Permitir interatividade nos gráficos, com o detalhamento das Situações;

Para os processos em andamento, o gráfico deverá mostrar as fases que se encontram os processos e respectiva quantidades de processos por fase. O sistema deverá disponibilizar graficamente no mínimo as seguintes fases dos processos:

Aguardando Validar documentos;
Taxas Geradas e Pendentes de pagamento;
Aguardando Inspeção;
Aguardando Emitir Documento de Licença de Transporte.

Disponibilizar de interface que permita validar os documentos anexados;

Disponibilizar de interface para Geração de Taxas (boletos Bancários) referente a Licença de Transporte;

Disponibilizar de interface para Registrar as inspeções efetuadas, mostrando o Questionário de inspeção específico da Licença de Transporte e associado a Atividade do CNAE;

Disponibilizar de interface para Gerar o documento Licença de Transporte em formato PDF com autenticação de QRCode.

Baixa de Licença de Transporte - Ações do Estabelecimento: Disponibilizar de interface que permita o estabelecimento efetuar a solicitação de Baixa de Licença de Transporte, através de formulário web com dados da solicitação, anexo de documentos e impressão do Termo de Solicitação de Baixa;

Baixa de Licença de Transporte - Ações da Vigilância: Disponibilizar de interface para visualizar e acompanhar as solicitações de baixa de Licença de Transporte, bem como efetuar os procedimentos legais e técnicos para efetuar a referida Baixa;

Alteração de Responsável Técnico - Ações do Estabelecimento: Disponibilizar interface web que permita ao Estabelecimento gerar a Solicitação efetuando os seguintes procedimentos:

Informar os dados do Estabelecimento e do novo responsável técnico;
Anexar documentos;
Gerar o Termos de Solicitação em formato PDF;



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Visualizar as suas solicitações e respectivas situações (andamento);

Efetuar o cancelamento da Solicitação.

Alteração de Responsável Técnico - Ações da Vigilância: Disponibilizar interface web que permita visualizar e acompanhar as Solicitações de Alteração de Responsável Técnico, possibilitando:

Listar os processos pelos filtros (CPF/CNPJ; Data de Abertura (intervalo de datas); Atividade CNAE; Nr. Protocolo);

Possibilitar executar todas as ações definidas para o Estabelecimento;

Disponibilizar interface para visualizar todas as informações de Abertura do processo e validar a análise dos documentos anexados, bem como finalizar o processo;

Solicitação de Inspeção - Ações do Estabelecimento: Disponibilizar interface web que permita ao Estabelecimento gerar a Solicitação efetuando os seguintes procedimentos:

Informar dados do Estabelecimento e dados da inspeção a ser executada (atividade CNAE);

Anexar documentos (quando for o caso);

Gerar Termo de Solicitação de Inspeção em formato PDF;

Acompanhar os processos e respectivos estado (andamento);

Efetuar o cancelamento do processo;

Solicitação de Inspeção - Ações da Vigilância: Disponibilizar interface web que permita visualizar e acompanhar as Solicitações de Alteração de Responsável Técnico, possibilitando:

Listar os processos pelos filtros (CPF/CNPJ; Data de Abertura (intervalo de datas); Atividade CNAE; Nr. Protocolo);

Possibilitar executar todas as ações definidas para o Estabelecimento;

Disponibilizar interface para visualizar todas as informações de Abertura do processo e validar a análise dos documentos anexados;

Registrar a inspeção efetuando o preenchimento do(s) questionário(s) vinculado(s) as atividades CNAE do Estabelecimento.

Solicitação de Exumação - Ações do estabelecimento: Disponibilizar interface web que permita ao Estabelecimento gerar a Solicitação efetuando os seguintes procedimentos e filtros:

Interface que permita através de dados de Pessoa Física (CPF) criar login e senha para solicitação de Exumação.

Deve possuir campo de Data da Exumação, sala e endereço da Exumação.

Endereço composto por: CEP, Logradouro, Número, Estado e Cidade.

Campos para os Dados do Falecido: Nome, Documentos (RG, Título de Eleitor, CPF), Nacionalidade, Filiação (Pai e Mãe), Data do Óbito, certidão do óbito, Cartório.

Campos para endereço do óbito: Cep Estado e Cidade.

Campos para Nome do Médico que atestou o óbito.

Campo causa Mortis.

Campo de Endereço destino dos restos Mortais contendo: Cep, Estado e Cidade.

Interface que permita envio de documentos anexos solicitados pela vigilância para conferência.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Geração automática de taxa de exumação e liberação de boleto para pagamento com retorno bancário ou interface que permita anexar documento pago para conferência da Vigilância.

Interface que permita Emissão de documento modelo padrão utilizado pela vigilância com Autorização de Exumação autenticada por QRCode.

Solicitação de Exumação - Ações da Vigilância: Disponibilizar interface web que permita visualizar e acompanhar as Solicitações de Exumação possibilitando:

Visualização através do Painel de controle as solicitações de Exumação pela vigilância sanitária.

Interface que permita visualizar os documentos enviados na solicitação de exumação e espaço onde o responsável possa validar ou rejeitar tais documentos após verificação com respectiva justificativa em caso de rejeição.

Interface que permita visualizar, alterar ou cancelar taxas de Exumação.

Interface que possibilite a Emissão e liberação do referido documento legal de Exumação padrão do município com a autenticação do QRCode.

Solicitação de Translado - Ações do estabelecimento: Disponibilizar interface web que permita ao Estabelecimento gerar a Solicitação efetuando os seguintes procedimentos e filtros:

Interface que permita através de dados de Pessoa Física (CPF) criar login e senha para solicitação do Translado.

Deve possuir campo de Data do traslado, identificação do local de embarque (aeroporto, Porto ou outro).

Dados de Endereço do embarque composto por: CEP, Estado e Cidade.

Dados do Responsável pelo traslado: Nome da Empresa, CNPJ, funcionário responsável pelo traslado, CPF do Funcionário, Número de conhecimento de carga.

Campos para os Dados do Falecido: Nome, Documentos (RG, Título de Eleitor, CPF), Nacionalidade, Filiação



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



(Pai e Mãe), Data do Óbito, certidão do óbito, Cartório.

Campos para endereço do óbito: Cep Estado e Cidade.

Campos para s dados dos veículos: Veículo, placa, Motorista, número de habilitação.

Campo de Endereço do Sepultamento contendo: Cep, Estado e Cidade.

Interface que permita envio de documentos anexos solicitados pela vigilância para conferência.

Geração automática de taxa de exumação e liberação de boleto para pagamento com retorno bancário ou interface que permita anexar documento pago para conferência da Vigilância.

Interface que permita Emissão de documento modelo padrão utilizado pela vigilância com Autorização de traslado autenticada por QRCode.

Solicitação de Traslado - Ações da Vigilância: Disponibilizar interface web que permita visualizar e acompanhar as Solicitações de Exumação possibilitando visualização através do Painel de controle as solicitações de Traslado pela vigilância sanitária.

Interface que permita visualizar os documentos enviados na solicitação de Traslado e espaço onde o responsável possa validar ou rejeitar tais documentos após verificação com respectiva justificativa em caso de rejeição.

Interface que permita visualizar, alterar ou cancelar taxas de Traslado.

Interface que possibilite a Emissão e liberação do referido documento legal de Traslado padrão do município com a autenticação do QRCode.

Solicitação de relatório de Boas Práticas de Fabricação (BPF)

Solicitação de relatório de Inspeção para AFE na Anvisa - Sistema deve conter formulário com os seguintes requisitos:

Número de processo ou protocolo gerado com a solicitação

Dados do requerente, CPF/CNPJ, endereço, cidade, Estado, bairro, CEP, e-mail, tel.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Dados do processo contendo Assunto, data de abertura do processo e hora.
Campos para vínculo de documentos obrigatórios informados pela vigilância.
Autenticação através de QRcode do documento gerado pela solicitação.
Gerar guia de pagamento de taxa de serviço.

O sistema deve conter interface que disponibilize a Vigilância tabela de vínculo das atividades próprias regulamentadas pelo município as atividades do CNAE.

Sistema deve possibilitar realizar o vínculo das atividades próprias aos CNAES correspondentes a atividade específica do Município. Disponibilizar base de transferência ou inclusão de arquivos de Tabelas próprias de atividades do Município.

Vínculo CNAE/Tabela Própria de Atividades do Município deve estar disponível com filtros de atividades para facilitar busca e vínculo com códigos da Tabela CNAE na área de seleção de Atividades.

Zoonoses- O sistema deve disponibilizar Interface que tenha funcionalidades e filtros para classificação e cadastro de animais criando vínculo entre animais e proprietários através de CPF.

Zoonoses- Cadastro de pacientes

Deve conter os dados de identificação em todos os procedimentos, sendo no mínimo os campos: nome, sexo, data de nascimento, espécie, raça, número individual e sequencial.

Zoonoses- O sistema permite os seguintes cadastros:

Espécie;
Raça;
Sexo;
Data de nascimento;
Pelagem ou Cor; Porte,
Nome do paciente
Temperamento
Número de microChip

Zoonoses- Cadastro de proprietário: deve conter os campos nome completo, nº do CPF ou CNPJ, nº da Identidade ou Inscrição Estadual, Endereço completo, CEP, e-mail, data de nascimento e data do cadastro.

Zoonoses- Cadastro de Localidades e Código Postal: possui funcionalidade que permite associar o CEP a um



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



endereço digitado no cadastro dos clientes.

Zoonoses- Registro do atendimento (anamnese): anamnese do paciente contendo o histórico referente à queixa principal do paciente, que deverão ser informadas pelos clínicos veterinários, porte, peso do animal, temperamento, pelagem ou cor, regime dietético, composição da dieta, informações em relação ao tratamento, vacinação, medicação contínua, contactantes, tipo de habitat, acesso à rua, contato com roedores, enfermidades anteriores. Esses campos deverão ser pré-definidos, cadastrados e possibilitar a pré-definição dos mesmos.

Zoonoses- Sistema deve conter registro de exames dos aspectos físicos do paciente, e demais informações parametrizáveis de acordo com a necessidade do centro de controle animal.

Zoonoses- Sistema deve conter cadastro de procedimentos, serviços, diagnósticos realizados.

Zoonoses- Registro de Vacinas e Histórico de Vacinas.

Zoonoses- Sistema deve permitir mudança de proprietário de um determinado animal.

Zoonoses- Sistema de buscas: permitir que se façam buscas para os seguintes, pacientes, proprietários ou serviços.

Zoonoses- Ambiente Multiusuário: O sistema deverá possibilitar sua utilização por vários usuários simultâneos, acessando e processando a mesma aplicação e base de dados, sem perder a segurança e integridade das informações. O número de usuários deve ser ilimitado.

Zoonoses- Registro de Agressões do animal a seres humanos. Sistema deve disponibilizar campo para registro de ocorrências com seres humanos com os requisitos mínimos:

Data de agressão,
Descrição do comportamento do animal,
Condições do Animal,
Observações, e procedimentos adotados.

Zoonoses- Sistema deve conter campo para destinação e encaminhamento em caso de resgate.

Zoonoses- Sistema deve fazer vínculo entre Proprietário e animal através de CPF e número de Registro de microchip.



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Zoonoses- Sistema deve conter mapa animal para registro de características específicas, (marcas na pelagem, cicatrizes ou marcas nos membros, amputações etc).

Zoonoses- Sistema deve possibilitar Alocação de animais por baias e possuir mecanismos para:

Cadastrar Baias informando a quantidade máxima de animais permitidos.

Desativar baias em manutenção, limpeza ou desinfecção.

Anexar fotos das condições de higiene e estado dos animais;

Visualizar capacidade total X vagas ocupadas;

Listar animais alocados;

Desalocar animais.

Sistema deve impossibilitar alocar animais em baias com capacidade máxima já atingida.

Zoonoses- Sistema de conter controle de alimentação dos animais que possibilite:

Cadastrar os tipos de animais

Deve possibilitar registro de várias alimentações do dia informando o tipo de Alimento, data/hora, quantidade, responsável pela liberação e caixa para editar texto com Observações,

Visualizar histórico Animal

Filtros de animais pelo tipo de Alimentação, data/hora ou responsável.

Zoonoses- Sistema deve conter controle de estoque com os seguintes recursos:

Cadastro de grupos de produtos: Possibilidade de cadastrar vários tipos de Produtos.

Cadastro de tipo de Entradas dos produtos em estoque: possibilidade de registrar os tipos de entrada de produtos em estoque, permitindo que possa ser identificado a forma com que o produto entrou, compra, transferência, ajuste.

Cadastro de tipo de Saídas de produtos do estoque: possibilidade de registrar os tipos de saídas dos produtos em estoque, onde ao dar baixa de um produto o usuário pode registrar o motivo da baixa.

Cadastro de almoxarifado ou estoque físico. Cadastro que permite que os locais onde haverá estoques de produtos físicos possam ser identificados.

O sistema deve disponibilizar funcionalidades DASHBOARD com gráficos dinâmicos, atendendo os seguintes requisitos:



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Permitir criar e configurar até quatro páginas de Dashboards, onde cada página poderá ter pelo menos 4 gráficos;

Permitir navegar pelas páginas de Dashboards configuradas;

Permitir configurar os gráficos a serem mostrados em cada página;

A configuração dos Gráficos deverá ser feita a partir da escolha de Relatórios criados no Gerador de Relatórios, os quais possuem especificação para a geração de gráficos a partir dos filtros de dados e conteúdo do relatório escolhido.

O sistema deve disponibilizar funcionalidade em Painel (dashboard) mostrando indicadores de serviços e outros dados atualizados, a partir de definições mapeados durante a implantação.

Funcionalidades do Aplicativo móvel: aplicativo (app) desenvolvido para instalar e rodar em sistema operacional Android e ter funcionalidades que permita aos fiscais da Vigilância executarem inspeções (vistorias e fiscalização) em campo, contemplando:

Login Fiscal: Sistema deve possibilitar criação de Login e senhas de acesso aos fiscais.

Interface de configuração que permita informar os dados de conexão com o Servidor remoto da Vigilância.

Interface que permita baixar os dados da vigilância e armazenar no Banco de dados Local no Tablet, permitindo que as inspeções sejam feitas off-line (desconectado do servidor). Os dados a serem baixados consistem de:

Cadastro de Estabelecimento e informações complementares do cadastro;

Cadastro de Fiscais;

Cadastro de Atividades do CNAE;

Cadastro de Questionários e respectivo vínculo com as atividades do CNAE, conforme TABELA DE QUESTIONÁRIOS DA FISCALIZAÇÃO;

Cadastro de Inspeções e respectivas informações complementares;

Interface que permita fazer a atualização da base de dados das vistorias que estão armazenadas no Tablete, para o Servidor Remoto da Vigilância, através de conexão WiFi ou 3G (dados).

Interface que permita executar as Inspeções e outras operações, como:

Consulta de inspeções disponíveis no sistema (online ou off-line);

Deve ser possível selecionar imagens, tanto da galeria (caso as fotos já tenham sido tiradas) quanto diretamente da câmera (para fotografar na hora da fiscalização). O usuário deve poder excluí-las. Ao salvar as imagens, o usuário deve retornar à interface das perguntas.

Preenchimento dos questionários da inspeção, os quais deverão ser automaticamente selecionadas de acordo com as Atividades CNAE do Estabelecimento;

Geração de Autos de intimação automático in loco;

Atualização da base de dados online, atualizando o sistema com as informações das inspeções realizadas a partir do dispositivo móvel, através de conexão WIFI ou 3G;

Edição de processos já finalizados (botão voltar passos liberado apenas para senha Master).

Impressão de Roteiros na página de relacionamento (liberado apenas para perfil fiscal)



Importação de cadastro de estabelecimentos.

Perfil Contabilidade: Botão de vínculo de estabelecimentos importados e validados da Receita Federal. (Liberado apenas para o perfil contabilidade).

O Sistema deve informar sobre Resolução Normativa que Regulamenta Autodeclarantes.

Sistema deve possuir legenda de Legenda de Status de fácil visualização nas solicitações de Documentações (Validado/Deferido, inválido/indeferido ou Em análise).

Solução de atendimento ao público através de redes sociais e chats síncronos

A solução deve, minimamente, possuir integração com Telegram, Webchat, Messenger, Whastapp Business API e Voip.

A solução ofertada deve possuir cadastro de departamentos contendo, minimamente, as seguintes informações:

Nome do Departamento

Status do Departamento (ativo ou inativo)

Token (para integração com os serviços)

Número de atendentes para encaminhamento de ligações

Indicador para identificar quando uma notificação será emitida ao receber atendimento

Indicador de obrigatoriedade ou não para preenchimento do tipo de atendimento

Indicador que permita identificar qual robô (atendente virtual) será utilizado para a pesquisa de satisfação.

A ferramenta deve possuir cadastro de etiquetas (tags) separadas entre etiquetas do usuário (atendente humano) e da empresa contendo, minimamente, o nome da etiqueta e a cor a ser utilizada.

Deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita o cadastro e o gerenciamento de motivos de atendimento, contendo, minimamente, campo para informação da descrição do motivo.

A solução deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a criação de modelos de mensagens contendo, minimamente, as seguintes informações: Atalho, Tipo da Mensagem (Anexo, Texto)

A funcionalidade de criação de modelos deve permitir que sejam inseridas variáveis para substituição no momento do envio da mensagem. A lista de variáveis deve conter, minimamente, as seguintes opções: Número do Protocolo do Atendimento, Nome do cidadão (pessoa que solicitou o atendimento), Nome da Empresa, Nome



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



do Atendente,

A ferramenta deve possuir mecanismo de configuração de áudio e vídeo contendo, minimamente, as seguintes informações: webcam (qual das câmeras será utilizada na existência de mais de uma), entrada de áudio (permitir selecionar no caso de houver mais de uma), saída de áudio (permitir selecionar no caso de houver mais de uma), saída de notificações (permitir selecionar no caso de houver mais de uma)

Deve possuir funcionalidade que permita a definição de períodos de atendimento (deve permitir que possam ser cadastrados vários períodos de atendimento).

Para cada período de atendimento criado, deve ser possível identificar os dias com os horários de atendimento para cada dia.

A ferramenta deve possuir configuração de mensagens personalizadas para os seguintes tipos de mensagem:

Mensagem para pedir CPF do usuário

Mensagem para informar que o CPF não foi encontrado

Mensagem para informar o encerramento do atendimento.

Ainda na funcionalidade de mensagens personalizadas, deve ser possível a inserção de variáveis para substituição no momento do envio das mesmas, contendo, minimamente, as seguintes variáveis:

Protocolo

Nome do Usuário

Nome do Atendente

Nome da Empresa

A ferramenta ofertada deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a exportação em formato csv (valores separados por vírgula) para as seguintes funcionalidades:

Atendimentos

Atendentes

Canais de Comunicação

Mensagens dos Atendimentos

A solução deve possuir funcionalidade para criação e configuração de robôs contendo, minimamente, as seguintes informações:

Nome do atendente virtual (robô);

Imagem de Identificação do robô;

Fluxo a ser utilizado pelo robô durante o atendimento;

Tempo para encerramento por inatividade na conversa;



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Mensagem a ser exibida quando da ocorrência de encerramento por inatividade;

Deve possuir cadastro de operadores (atendentes humanos) contendo minimamente as seguintes informações:

Nome;

Status (Ativo ou Inativo);

Imagem de identificação do operador (atendente humano);

A solução ofertada deve permitir que um mesmo operador (atendente humano) possa estar atrelado a mais de um departamento dentro da organização, permitindo que o administrador opte pelo envio ou não de notificações push para esta associação departamento/usuário.

A solução ofertada deve permitir que um mesmo operador (atendente humano) possa estar atrelado a mais de um grupo dentro da organização, permitindo que o administrador opte pelo envio ou não de notificações push para esta associação grupo/usuário.

A solução ofertada deve permitir que para cada usuário (atendente humano) possam ser configuradas suas informações de telefonia, contendo, minimamente, as seguinte informações:

Ramal;

Siga-me (ativo ou inativo);

Telefone para contato do siga-me;

Período do funcionamento do siga-me;

Rota de saída do siga-me;

Deve permitir que atendentes humanos possam assumir os atendimentos realizados por robôs.

Plataforma de interação da ferramenta com os operadores humanos de ve ser totalmente web, sem necessidade de utilização ou de instalação de outros aplicativos para acesso senão o próprio navegador de internet.

A ferramenta ofertada deve possuir mecanismo de painel de controle do operador humano (atendente), mostrando em modo gráfico, minimamente, as seguintes informações:

Percentual de operadores humanos online e off-line;

Quantidade de atendimentos finalizados por mês pelo operador;

Atendimentos finalizados por mês pela organização;

Avaliação média dos atendimentos por mês;

Avaliação média dos atendimentos do operador no Último período.

Deve ofertar mecanismo de painel de controle da organização, em formato gráfico, mostrando, minimamente, as seguintes informações:



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Atendimentos abertos e finalizados por mês
Atendimentos abertos e finalizados por dia
Informações sobre os atendimentos ainda em andamento
Atendimento por status
Ranking de atendimento mensal dos atendentes

Deve ofertar mecanismo de painel de controle para gerenciamento dos atendentes humanos em formato gráfico, contendo, minimamente, as seguintes informações:

Atendimentos Assumidos
Atendimentos Finalizados
Tempo de Atendimentos Finalizados

Deve possuir painel de gerenciamento gráfico para acompanhamentos por departamento, contendo, minimamente, as seguintes informações:

Novos Atendimentos
Atendimentos Assumidos
Atendimentos Finalizados
Tipos de Atendimento Finalizados
Atendentes por departamento.

Deve ofertar mecanismo de painel de gerenciamento para atendimentos em andamento, em formato gráfico, contendo, minimamente, as seguintes informações:

Atendimentos por departamento
Atendimentos por atendente

A solução ofertada deve possuir painel de gerenciamento em formato de gráficos, com dados sobre telefonia, contendo, minimamente, as seguintes informações:

Indicador mostrando número de atendentes online, offline, livres e em chamada;
Informações sobre chamadas perdidas.

A solução deve possuir ferramenta para elaboração de fluxo a ser utilizado no atendimento possuindo, minimamente as seguintes opções de configuração para cada passo do fluxo a ser criado:

Adicionar Etiqueta (tag);
Auto Vínculo;
Condicional;
Criar Delay;
Enviar Mensagens;
Enviar Perguntas;
Executar Flow;
Transferir para Departamento;



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Transferir para Usuário;
Enviar Arquivo;
Enviar Pesquisa de Satisfação;

A ferramenta deve permitir que os fluxos sejam utilizados por um ou mais robôs de atendimento, permitindo que existam robôs para assuntos específicos.

A solução deve possuir funcionalidade que permita a duplicação e a edição de um fluxo existente.

A solução deve possuir funcionalidade que mostre ao atendente humano todos os atendimentos em andamento sendo realizados por robôs, permitindo que o atendente possa acompanhar este atendimento, verificar a timeline de atendimento a este cidadão ou ainda assumir este atendimento.

Ao assumir o atendimento, a ferramenta deve permitir que o atendente humano possa enviar anexos e emojis, além de poder utilizar as templates criadas para responder de forma ágil ao cidadão que está sendo atendido.

Durante o atendimento, o operador humano deve ter a possibilidade de identificar o motivo do atendimento do cidadão.

A solução deve permitir que sejam aplicadas etiquetas, tanto da organização como do operador ao atendimento, além de poder fixar o atendimento no topo da lista de atendimentos.

A ferramenta deve permitir que durante o atendimento pelo operador humano, o atendimento possa ser transferido para outro departamento/setor ou ainda para um atendente humano específico. Ao ser realizada uma transferência, a ferramenta deve exibir notificações na área de trabalho (desktop) do atendente/departamento para qual o atendimento foi encaminhado.

A ferramenta deve sinalizar visualmente os atendimentos marcados para acompanhamento permitindo sua identificação de forma fácil e ágil.

Na funcionalidade de 'timeline' (linha do tempo do atendimento), deve ser possível visualizar todos os atendimentos já realizados para este cidadão exibindo minimamente, toda a conversação com informações de data, hora e canal de comunicação utilizado.

A solução deve possuir uma funcionalidade onde possam ser identificados todos os atendimentos em andamento por atendentes humanos, permitindo ao operador um filtro rápido onde possam ser filtrados os atendimentos, minimamente, por:



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Atendimentos do Operador;
Atendimentos dos departamentos do Operador ;
Todos os atendimentos;

Quando um atendimento que está sendo realizado por um robô é assumido por um atendente humano, este atendimento deve migrar para a tela de atendimentos por humanos, sem que haja necessidade de refresh no navegador, agilizando o atendimento.

A ferramenta deve possuir tela ou funcionalidade que liste todos os atendimentos abertos para os departamentos do operador humano logado na plataforma.

Ao selecionar um atendimento da lista de atendimentos abertos para os seus departamentos, o operador humano deve ter a possibilidade de assumir este atendimento, podendo etiquetar o mesmo e ainda indicar o motivo de atendimento.

A solução ofertada deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita ao operador visualizar todos os atendimentos finalizados, permitindo ao operador o filtro dos atendimentos em, minimamente:

Meus Atendimentos;
Atendimentos dos Meus Departamentos;
Todos;

Ao selecionar um atendimento já finalizado, a solução deve permitir ao operador humano, que um novo atendimento seja aberto para o cidadão ou ainda que seja visualizada a timeline (Linha do tempo) de atendimento.

A solução deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita ao operador humano logado, a visualização de todos os atendentes humanos da plataforma, possuindo campo para pesquisa em formato texto, além de, minimamente, os seguintes filtros:

Todos;
Online ;
Offline;
Em Ligação;

Deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita ao operador a criação de grupos de atendimento com possibilidade de identificação dos usuários que farão parte deste novo grupo.

Gestão de inteligência de informações da Saúde;

A solução ofertada deve possuir todos os mecanismos e funcionalidades necessários para que o software de BI



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



ofertado rode utilizando os conceitos de armazém de dados (datawarehouse).

A solução de BI ofertada deve permitir a conectividade com sistema gerenciador de qualquer banco de dados relacional.

Deve permitir a integração de dados e informações de múltiplas fontes heterogêneas ou não.

A solução deve permitir o gerenciamento das fontes de dados, dos módulos analíticos e dos metadados.

Deve possuir repositório de metadados centralizado e único.

Deve possuir mecanismo ou funcionalidade para a geração de scripts de extração para múltiplos sistemas gerenciados de bancos de dados.

Deve possuir funcionalidade ou ferramenta para gerenciamentos dos modelos de informação.

Possuir funcionalidade ou mecanismo para construção e gerenciamento dos metadados.

Deve permitir a execução de mais de um processo simultâneo.

Deve possuir mecanismo ou funcionalidade de área de trabalho, onde ficarão armazenados os resultados dos relatórios agendados e demais informações sobre agendamentos dos usuários.

Deve possuir ferramenta específica para realização de análise de desempenho dos modelos de informação.

Deve permitir a criação de gráficos em formatos variados.

Deve permitir a criação de alertas e indicadores automáticos.

Deve permitir a impressão instantânea em vários formatos, no mínimo em pdf, planilhas Excel, texto, csv files.

Deve permitir a publicação da informação em intranet e internet.

Deve permitir de forma nativa acesso aos SGBDs mais usados no mercado (minimamente: Oracle (a partir do



9i), SQL Server, Firebird (1.5 ou superior) e PostgreSql).

Permitir a execução multiplataforma tanto para aplicação quanto para o banco de dados a ser utilizado como repositório das informações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E DO VALOR DO CONTRATO

1. Os preços dos serviços são aqueles constantes da Planilha apresentada pela CONTRATADA, sendo que o valor total do contrato é de R\$ 509.100,00(quinhetos e nove mil, cem reais).
2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
3. O valor referente ao treinamento dos funcionarios e usuarios do sistema poderá ser pago até 15 (quinze) dias antes da realização do treinamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

1. A CONTRATADA ficará obrigada cumprir os prazos apresentados em sua proposta e aceitos pela administração para execução dos serviços, contado do recebimento da autorização de serviço expedida pelo(a) CONTRATANTE.
2. Eventuais retrabalhos deverão ser iniciados em até 48 horas a contar da notificação da FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, sem prejuízo de outros serviços autorizados para execução

CLÁUSULA QUARTA - DO AMPARO LEGAL

1. A lavratura do presente contrato decorre da realização do Pregão Eletrônico nº 8/2022-016, realizado com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico Nº. 8/2022-016.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. A vigência deste contrato terá início em 12 de Abril de 2022 extinguindo-se 12 de Abril de 2023, tendo início e



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

2. A vigência poderá ser prorrogada por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
 - 2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
 - 2.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação
 - 2.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

1. Caberá ao CONTRATANTE:

- 1.1 - Permitir acesso dos técnicos da CONTRATADA às instalações do CONTRATANTE para execução dos serviços constantes do objeto;
- 1.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA;
- 1.3 - Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes do Anexo I do edital do Pregão Eletrônico n.º 8/2022-016;
- 1.4 - Impedir que terceiros executem os serviços objeto deste contrato;
- 1.5 - Solicitar que seja refeito o serviço que não atenda às especificações constantes do Termo de Referência do Pregão Eletrônico n.º 8/2022-016;
- 1.6 - Disponibilizar à CONTRATADA espaço físico em suas dependências para a execução de trabalhos simples, quando necessário; e
- 1.7 - Atestar as faturas correspondentes e supervisionar o serviço, por intermédio da Secretaria de Serviços Gerais do CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

1. Caberá à CONTRATADA:

TV RAIMUNDO RIBEIRO



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



1.1 - Responder, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como:

- a. salários;
- b. seguros de acidente;
- c. taxas, impostos e contribuições;
- d. indenizações;
- e. vales-refeição;
- f. vales-transporte; e
- g. outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

1.2 - Manter os seus técnicos sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE quando em trabalho no órgão, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

1.3 - Manter os seus técnicos identificados por crachá, quando em trabalho no órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

1.4 - Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnicos durante a prestação dos serviços alvo deste contrato;

1.5 - Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos no recinto do CONTRATANTE;

1.6 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados referentes ao objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais usados;

1.7 - Providenciar, sem quaisquer ônus adicionais para CONTRATANTE, o transporte do mobiliário a ser recuperado, tanto na saída quanto no retorno ao seu local de origem, seguindo, para tal, as normas de controle de movimentação patrimonial do CONTRATANTE;

1.8 - Devolver os móveis retirados para manutenção e reforma limpos, sem ônus adicional para o CONTRATANTE;

1.9 - Refazer os serviços que forem rejeitados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

1.10 - Reparar ou indenizar qualquer descaracterização de mobiliário decorrente de serviço executado pela CONTRATADA sem autorização prévia da CONTRATANTE;

1.11 - Usar a melhor técnica possível para a execução dos serviços objeto deste contrato;

1.12 - Não remover os bens e acessórios do local onde se encontram sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE, quando for o caso;



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 1.13 - Fornecer todo o material necessário à execução dos serviços objeto deste contrato, empregando sempre materiais de primeira qualidade;
- 1.14 - Submeter à fiscalização do CONTRATANTE as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução;
- 1.15 - Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 1.16 - Obter todas e quaisquer informações junto à CONTRATANTE necessárias à boa consecução dos trabalhos;
- 1.17 - Manter-se em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato durante toda a execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

1. À CONTRATADA caberá, ainda:

- 1.1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- 1.2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- 1.3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a este contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência; e
- 1.4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

1. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

- 1.1 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do CONTRATANTE durante a prestação dos serviços, objeto deste contrat;



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



1.2 - é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;

1.3 - é vedada a subcontratação de outra empresa para a prestação dos serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. A execução dos serviços objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Servidor **DIRCEU CONCEIÇÃO DE SOUSA - MAT. 36486 - CPF: 938.125.072-34**, do CONTRATANTE, designado para esse fim.

2. O servidor do CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

3. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a autoridade competente do(a) CONTRATANTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

4. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la durante a execução deste contrato, desde que aceito pela Administração do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ATESTAÇÃO

1. A atestação da execução dos serviços caberá à servidor do CONTRATANTE designado para fim representando o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas oriunda do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária Exercício 2022 Atividade 0316.101221002.2.081 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, no valor de R\$ 509.100,00.

2. Em caso de prorrogação, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

1. Executados e aceitos os serviços, a CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal/Fatura no Setor Financeiro da (o) CONTRATANTE, situado na RUA LAURO SODRÉ, Nº 277, para fins de liquidação e pagamento, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor, até o 30º (trigésimo) dia útil contado da entrega dos documentos.

TV RAIMUNDO RIBEIRO



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



2. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.
3. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.
4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e previdenciária, sem que isso gere direito a alteração de preços, compensação financeira ou aplicação de penalidade ao CONTRATANTE.
5. O prazo de pagamento da execução dos serviços será contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

5.1 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} \implies I = \frac{(6/100)}{365} \implies I = 0,00016438$$

TX - Percentual da taxa anual = 6%

5.2 - A compensação financeira prevista nesta condição será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

5.3 - O pagamento mensal dos serviços somente poderá ser efetuado após a apresentação da nota fiscal/fatura atestada por servidor designado, conforme disposto no art. 67 da Lei n.º 8.666/93, e verificação da regularidade da licitante vencedora junto à Seguridade Social - CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja

TV RAIMUNDO RIBEIRO



interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

1. No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

1.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e

1.2 - nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

1. O atraso injustificado na execução dos serviços ou o descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.

2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

2.1 - advertência;

2.2 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

2.3 - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos itens 1 e 2 desta cláusula:

3.1 - pelo atraso na execução dos serviços, em relação ao prazo proposto e aceito;

3.2 - pela recusa em substituir qualquer material defeituoso empregado na execução dos serviços, que vier a ser rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



rejeição; e

3.3 - por recusar refazer qualquer serviço que vier a ser rejeitado caracterizada se a medida não se efetivar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de rejeição.

4. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

5. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no Item 3 desta cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

6. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar e m licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

1.1 - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

2. A rescisão deste contrato poderá ser:

2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos;

2.2 - amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE; ou

2.3 - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E Á PROPOSTA DA CONTRATADA

1. Este contrato fica vinculado aos termos do Pregão Eletrônico n.º 8/2022-016, e aos termos das propostas da CONTRATADA.

TV RAIMUNDO RIBEIRO



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TUCURUÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de TUCURUÍ, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

TUCURUÍ - PA, em 12 de Abril de 2022

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ(MF) 11.193.159/0001-96
CONTRATANTE

SGP-ASSESSORIA E TECNOLOGIA EIRELI
CNPJ 18.992.419/0001-32
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____

2. _____